

TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO,
IDENTIDADE – Espaços de
Memória da Comunidade da Costa
da Lagoa: possibilidades e
perspectivas de musealização

SÔNIA MARISA MELIM ROCHA

Sônia Marisa Melim Rocha

TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO, IDENTIDADE – Espaços de Memória da Comunidade
da Costa da Lagoa: possibilidades e perspectivas de musealização

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de
Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção
do Grau de Bacharelado em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rocha, Sônia Marisa Melim Rocha
TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO, IDENTIDADE - Espaços de
Memória da Comunidade da Costa da Lagoa:
possibilidades e perspectivas de musealização / Sônia
Marisa Melim Rocha Rocha ; orientadora, Prof.ª Drª
Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes , 2018.
109 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Museologia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Território. 3. Patrimônio
cultural. 4. Patrimônio natural. 5. Identidade. I.
, Prof.ª Drª Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes.
II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Museologia. III. Título.

Sônia Marisa Melim Rocha

TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO, IDENTIDADE – Espaços de Memória da Comunidade
da Costa da Lagoa: possibilidades e perspectivas de musealização

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Museologia, e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Museologia.

Florianópolis, 04 de Dezembro de 2018.

Prof.^a Dr.^a. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Coordenadora do Curso de Museologia

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a. Rose Elke Debiasi.
Centro Universitário Municipal de São José

Esp.^a Karina Baseggio
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
Serviço de Patrimônio Histórico - SEPHAN - Prefeitura de Florianópolis

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, esta força maior que nos proporciona viver e habitar o território deste planeta Terra, agradeço aos meus pais Alberi e Therezinha (em memória) pelo mesmo motivo.

Agradeço a oportunidade de ter conhecido a Costa da Lagoa, e nela ter vivido com meu amado companheiro Paulo Roberto Kruehl Herrera, Paulinho (em memória), onde continuo vivendo com nossa filha Catarina, amor das nossas vidas. Por muitos motivos devo e agradeço a eles o fato de realizar esta pesquisa, e a eles, especialmente a dedico.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a oportunidade de fazer parte desta comunidade como integrante do Curso de Graduação em Museologia, a que também agradeço a todo o seu corpo docente e administrativo e aos meus colegas de turma.

Agradeço à minha orientadora Prof^ª. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, por sua objetividade em conduzir a pesquisa, o que foi fundamental para o processo da escrita.

Agradeço aos autores que me inspiraram e ajudaram a compor a escrita do TCC.

Agradeço a oportunidade de poder realizar o estágio com tema relacionado à minha pesquisa de TCC, no IPUF/SEPHAN, sob a orientação e supervisão da arquiteta Karina Baseggio e do arquiteto Rui Stanzani Lapa, aos quais agradeço imensamente por suas contribuições nesta pesquisa, e também pelo acesso aos arquivos da instituição.

Agradeço a colega de estágio no SEPHAN, aluna do curso de Arquitetura da UFSC Samantha Manes Guesser, por sua generosidade e auxílio imprescindível na confecção das tabelas, gráficos e mapas em meio digital.

Agradeço a comunidade da Costa da Lagoa, que é a principal destinatária desta pesquisa, a todos os seus habitantes atuais e aos que já não mais a habitam, mas que deixaram as suas marcas no território. Agradeço aos moradores que participaram da pesquisa de campo respondendo de boa vontade aos questionários com seus conhecimentos e anseios, sem os quais não seria possível se chegar aos objetivos da pesquisa como um todo.

Agradeço a colega Maria Vitória Capote pelo apoio no trabalho de diagramação e formatação da pesquisa.

Agradeço aos que de alguma forma me ajudaram nesta jornada, com opiniões, com sugestões ou em conversas que trouxeram apoio e entusiasmo.

Obrigada a todos e todas!

“Um pensamento se realiza tornando-se palavra, esta se realiza pelos sinais, sons e figuras dos sinais: é este o primeiro grau de realização. Depois, ela se imprime na luz astral por meio dos sinais da escrita ou da palavra; ela influi sobre outros espíritos, refletindo-se neles; se reflete atravessando o diáfano dos outros homens, aí toma formas e proporções novas, depois se traduz em ato e modifica a sociedade e o mundo; é este o último grau de realização.”

(Eliphas Lévi)

RESUMO

A pesquisa busca investigar possibilidades cabíveis de utilização dos patrimônios da comunidade da Costa da Lagoa, dentro das perspectivas contemporâneas da Museologia. A Costa da Lagoa situada na ilha de Santa Catarina é uma localidade que se destaca pelas belezas naturais de fauna e flora, pela paisagem e cultura náutica, e pela singular modalidade de transporte utilizada pelos moradores e turistas, que se dá por embarcações, por via lacustre. A pesquisa apresenta um panorama sobre os conceitos de território e de patrimônio cultural, suas ampliações ao longo do tempo, e suas relações com as identidades das comunidades em que se inserem, e faz um contraponto com o território em estudo, a Costa da Lagoa, apresentando o seu território e patrimônio cultural e natural, com a perspectiva de musealização, como forma de aplicação de metodologias que favoreçam a preservação dos seus patrimônios e o desenvolvimento social local.

Palavras chave: Território; Patrimônio cultural; Patrimônio natural; Identidade.

ABSTRACT

The research seeks to investigate possible possibilities of utilization of the heritage of the community of the Coast of Lagoa, within the contemporary perspectives of Museology. The Lagoa Coast, located on the island of Santa Catarina; is a locality that stands out for the natural beauties of fauna and flora, the landscape and nautical culture, and the unique modality of transport used by the locals and tourists, which is given by vessels, via lake. The research presents a panorama on the concepts of territory and cultural heritage, its extensions over time, and its relations with the identities of the communities in which they are inserted, and makes a counterpoint with the territory under study. Costa da Lagoa, presenting its territory and cultural and natural heritage, with the perspective of musealization, as a form of application of methodologies that favor the preservation of its patrimony and the local social development.

Keywords: Territory, Cultural heritage, Natural heritage, Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização Costa da Lagoa.....	27
Figura 2 Costa da Lagoa: interior de embarcação do transporte coletivo	29
Figura 3 Placa informativa existente no Caminho da Costa da Lagoa.....	30
Figura 4 Vista atual da Costa da Lagoa, a partir do Caminho geral.....	32
Figura 5 Embarcações em terra, vistas do Caminho da Costa da Lagoa.....	34
Figura 6 Beiju na Farinhada do engenho na Costa da Lagoa	38
Figura 7 Balaio no engenho de farinha.....	41
Figura 8 Casarão da Dona Loquinha - Implantação	51
Figura 9 Casarão da Dona Loquinha - Planta baixa: Porão e Piso térreo. Desenho de 1985	52
Figura 10 Casarão da Dona Loquinha: Fachada Frontal Lateral Sul. Desenho de 1985.	53
Figura 11 Casarão da Dona Loquinha - Fachada Frontal - situação atual.....	54
Figura 12 Casarão da Dona Loquinha - Fachada Lateral Sul - situação atual.....	54
Figura 13 Placa localizada em frente ao Casarão da Dona Loquinha.	56
Figura 14 Apolo e as Musas no Monte Parnaso	57
Figura 15 Detalhe de embarcação. Ecomuseu do Seixal.....	60
Figura 16 Patrimônio intangível do Ecomuseu de Santa Cruz Desfile do G.R.E.S. Acadêmicos de Santa Cruz (2015).	61
Figura 17 Exposição de objetos do MUQUIFU	63
Figura 18 Atividade do Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro – Lomba – Tur.	64
Figura 19 Ponto de Memória - Casa Linhares em Balneário Camboriú - SC	65
Figura 20 Museu ao Ar Livre de Orleans	66

LISTA DE ABREVIATURAS

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

ICOM - *International Council of Museums*.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

MINOM - Movimento Internacional para uma nova Museologia.

COTESPHAN - Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município.

FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.

AMOCOSTA – Associação dos Moradores da Costa da Lagoa.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	13
2	Capítulo 1 – Patrimônio, Território e IDENTIDADE.....	19
2.1	Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural Material, Patrimônio Cultural Imaterial.....	19
2.2	Território e museologia.....	23
2.3	O território da Costa da Lagoa.....	27
3	Capítulo 2 O Patrimônio da Costa da Lagoa.....	35
3.1	As tipologias de patrimônios da Costa da Lagoa.....	35
3.2	Suportes e agentes do patrimônio	42
3.3	O Casarão da Dona Loquinha	48
4	Capítulo 3 A musealização sob a perspectiva da nova museologia como aparato de preservação do patrimônio da Costa da Lagoa – possibilidades	56
4.1	Novos museus, novas possibilidades.....	56
4.2	Vontade de memória da comunidade da Costa da Lagoa: a voz da comunidade e possibilidades de musealização do seu território e patrimônios	67
4.3	Costa da Lagoa: mapa de possibilidades	79
5	Considerações Finais.....	81
6	Referências	83
7	Anexos.....	87
7.1	Anexo I – Pesquisa de Campo com a Comunidade da Costa da Lagoa - Questionário	87
7.2	Anexo II– Tabelas e gráficos dos resultados do questionário	90
7.3	Anexo III – Termo de Consentimento: Coleta de Dados.....	109

1 INTRODUÇÃO

Dentro das premissas expressas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, que trata do Patrimônio Cultural brasileiro de natureza material e imaterial onde estão incluídos: “[...] os modos de viver e fazer, as edificações, os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico” como referenciais da identidade e memória da sociedade brasileira, se sustenta a ideia de realizar este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Museologia pautado na preservação do Patrimônio Cultural da Costa da Lagoa, estabelecendo-se uma visão global do seu território e da sua população. A pesquisa tem como objetivo investigar possibilidades cabíveis de utilização dos patrimônios da comunidade da Costa da Lagoa, dentro das perspectivas contemporâneas da Museologia.

A Costa da Lagoa localizada junto à Lagoa da Conceição, na ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis, é uma região de ocupação secular, onde se encontram vestígios pré-coloniais representados por oficinas líticas, peculiaridades da antiga vila de pescadores, e um passado também ligado à agricultura representada por engenhos de farinha. Destaca-se pelas belezas naturais de fauna e flora, pela paisagem e cultura náutica, e pela singular modalidade de transporte utilizada pelos moradores e turistas, que se dá por via lacustre em embarcações que colorem a paisagem. O transporte lacustre é a forma usada diariamente pela comunidade para se locomover, restando apenas como outra opção a utilização de trilhas, as quais fazem ligação com a Lagoa da Conceição ao sul e ao norte com a região de Ratonas, as trilhas se tornam inviáveis como meio de locomoção diária para os moradores pela sua grande extensão, porém são bastante utilizadas pelos turistas em caminhadas.

A escolha do local e a motivação para a realização da pesquisa se deu pelo fato de como moradora desta comunidade desde 1994, e como arquiteta e estudante de Museologia perceber a necessidade de uma ordenação dos usos do território que venha intensificar o potencial de seu Patrimônio cultural. Também por acreditar na importância da valorização deste patrimônio e sua preservação, como poderosas ferramentas, capazes de melhorar as relações da população consigo mesma, com seus bens culturais e com seu território no tempo presente, de estabelecer elos com o passado e estender estas relações para as gerações futuras.

O ponto de partida para o desejo de construção do TCC é uma edificação de valor histórico e arquitetônico: o sobrado conhecido como Casarão da Dona Loquinha,

nome atribuído à antiga moradora que viveu no local até meados dos anos de 1980; um exemplar único da arquitetura colonial construído em alvenaria de pedra, barro e óleo de baleia por volta do ano de 1780, que persiste como vestígio de memória. Sua implantação no Caminho geral, logradouro que dá acesso à vila; em meio à paisagem natural faz com que seja visto como referencial na memória coletiva para os moradores da região, e como referencial na paisagem para os turistas que se deparam com a edificação ao percorrer a trilha. No escopo deste trabalho o referido Casarão torna-se um ponto irradiador, considerado como uma edificação de interesse a ser usado como sede física para a proposta de instituição de um espaço museológico para a comunidade.

Como moradora da comunidade e participante de reunião e conversas com representantes da associação de moradores e técnica do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF foi possível observar a vontade de preservação da memória local por parte da comunidade, assim como o desejo de recuperação e reutilização do Sobrado da Dona Loquinha com fins culturais, sendo cogitado como um espaço de memória e cultura, integrado à paisagem e a outros bens existentes ao longo do território da Costa da Lagoa.

A cidade de Florianópolis possui uma considerável trajetória na área da preservação urbana, ao longo do tempo foram criadas legislações, decretos e regulamentações no sentido de proteger os bens culturais, onde se inclui de forma notável o cenário paisagístico e ambiental como parte do patrimônio da cidade. Neste panorama preservacionista, a região da Costa da Lagoa foi tombada pelo Decreto Municipal 247 de 06/11/1986, o decreto de tombamento de 06/11/1986 seguiu os moldes do previsto para o tombamento da Lagoa do Peri (localidade situada ao sul da ilha de Santa Catarina) que ampliou o conceito de proteção prevendo a manutenção da população no local, integrando natureza, caminho rural e edificações de valor histórico (ADAMS, 2002). Sob o ponto de vista do tombamento e sua significância, é necessário que sejam tomadas providências no sentido de se fazer uso dos patrimônios tombados, para que façam sentido para a população e possam ser agentes de transformação social, trazendo para a comunidade em questão novas possibilidades de desenvolvimento, e a concretização efetiva da preservação por meio da manutenção e conservação dos bens patrimoniais.

Neste contexto a presente pesquisa se justifica, e tomando referências na Mesa Redonda de Santiago do Chile, evento promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, A Ciência, e a Cultura - UNESCO, ocorrido em 1972, onde surgiram e

foram esboçadas as premissas do “museu integral”, uma prerrogativa para o envolvimento dos museus junto à sociedade, como meio de proporcionar uma visão de conjunto de seu meio material e cultural, contribuindo com as resoluções das condições econômicas, sociais, culturais e políticas da América Latina de forma global e interdisciplinar. Os membros da Mesa Redonda concluem que os museus dentro de uma perspectiva global e democrática podem e devem servir como instrumento de mudança social.

A Declaração de Quebec, um encontro acontecido no Canadá em 1984, que trata e avança nas ideias dos novos caminhos da museologia, lança o movimento da Nova Museologia, formalizado um ano depois como MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) no II Encontro Internacional “Nova Museologia / Museus Locais” realizado em Lisboa, onde são discutidas e incorporadas as questões da museologia em contraponto com o desenvolvimento comunitário de forma mais ativa, ampliando as funções dos museus, até então mais restritas à preservação e conservação dos artefatos do passado. Assim a Nova Museologia vem afirmar as novas práticas de se pensar e fazer dos museus, acompanhando os avanços científicos, tecnológicos e sociais da humanidade, e apresentando novos conceitos e visões como: ecomuseologia, museologia comunitária e outras formas ativas de museus. Segundo o documento final do evento em Quebec apresentado em Moutinho (1989, p. 120) nestas novas formas de pensar da Museologia em que “[...] interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos do futuro”. Outra das recomendações de Quebec se refere à preservação do *Spiritu Loci* (Espírito do Lugar) através da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento.

Paralelamente ao encontro em Quebec, acontece em Oaxtepec, México um encontro que dá origem a outro importante documento para a Museologia: a Declaração de Oaxtepec - 1984, que considera a relação indissolúvel entre Território, Patrimônio e Comunidade, espaço territorial como área museográfica e o Patrimônio Cultural como visão integrada da realidade. Neste encontro são afirmadas e reconhecidas as premissas da Nova Museologia com as novas tipologias de museus, suas recomendações visam ao desempenho dos ecomuseus com propostas sócio museológicas, dialógicas e participativas.

Baseando-se nestes e outros documentos da área da Museologia e do Patrimônio Cultural é que se pretende fundamentar e justificar a pesquisa proposta para a localidade da Costa da Lagoa, e assim contribuir para que a comunidade possa vir participar ativamente da gerência de seu Território e de seu Patrimônio. Neste sentido a comunidade da Costa da Lagoa como dona deste importante patrimônio natural e cultural, pela conformação geográfica do seu território e sua inserção diferenciada no território da cidade, se revela adequada a estas novas versões de museus e é por este viés que se pretende conduzir a pesquisa.

O Ecomuseu sobre o território, como instrumento de expressão das relações que compõem as conexões entre homem/ natureza no tempo/espaço onde se insere, representa e reconhece o patrimônio e os bens culturais do território em questão (DESVALLÈES; MAIRESSE, 2013). Estas inter-relações trazem para a pesquisa a hipótese a ser observada e investigada no sentido de elucidar de que forma o Território e o Patrimônio da Costa da Lagoa podem contribuir para reafirmar a Identidade da comunidade.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa se dará num primeiro momento sob a forma de pesquisa bibliográfica nas áreas da Museologia social, do Território, do Patrimônio Cultural, da Memória e Identidade, visando refletir sobre conceitos e elementos relevantes para o trabalho, serão realizadas a partir da consulta em livros, teses, trabalhos acadêmicos e artigos de autores que atuam nesses campos de estudos. Também serão consultadas fontes de referência como as Declarações, Anais, Documentos oriundos de eventos da área da Museologia, além de legislação nacional e municipal referentes ao Patrimônio Cultural. Paralelamente será realizada pesquisa bibliográfica e documental, textual e imagética; a respeito da história e processos de preservação e tombamentos envolvidos na localidade da Costa da Lagoa, por meio de consultas aos arquivos e legislação dos órgãos municipais de Planejamento Urbano e Patrimônio do município de Florianópolis.

Concomitantemente ao trabalho de pesquisa bibliográfica será realizada pesquisa para coleta de dados em campo, pelo método de pesquisa exploratória de cunho qualitativo, por meio de questionários aplicados a um grupo de moradores da comunidade da Costa da Lagoa, com o objetivo de conhecer a opinião dos moradores com relação ao seu Patrimônio Cultural local, baseando-se em Silva (2013, p. 2) isto é; “[...] considerando a opinião da população local, e responsável pela eleição dos patrimônios que considera importantes para representar sua história”. Para a coleta dos

dados buscou-se aplicar o questionário em diferentes faixas de idade, e para moradores dos diferentes pontos e vilas que compõem o território da Costa da Lagoa, para que se obtivesse uma visão englobando os diferentes locais. Os questionários têm como objetivo levantar impressões e visões dos moradores com relação à sua comunidade e território, no que diz respeito à identificação, reconhecimento e usos dos bens patrimoniais materiais, imateriais e naturais, com interesse para o trabalho de preservação e musealização. As questões foram divididas em três Blocos de perguntas, o modelo do questionário se encontra na seção de anexos desta pesquisa. Também serão feitas captura de imagens fotográficas, observação e mapeamento dos bens. A pesquisa de campo será feita em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), no setor do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN), onde a pesquisadora realiza estágio curricular do curso de Museologia, atuando em trabalho de pesquisa de campo referente ao patrimônio cultural e natural da região da Costa da Lagoa, de interesse para o trabalho de preservação e musealização.

Após a compilação e cruzamento das informações obtidas pelas pesquisas de campo será feita uma análise, onde se pretende abordar e justificar as proposições da pesquisa no estudo de caso da Costa da Lagoa, no sentido da importância de se criar mecanismos e instrumentos ligados à valorização do patrimônio cultural, da memória e do território da Costa da Lagoa que possam contribuir com o desenvolvimento social da comunidade.

A pesquisa será dividida e apresentada em três capítulos, o Capítulo 1, intitulado “Território, Patrimônio, Identidade”, apresenta conceitos de termos relevantes para a pesquisa, seus desdobramentos e inter-relações com a Museologia. Neste capítulo também serão apresentadas características e aspectos históricos da região da Costa da Lagoa. As fontes bibliográficas para a escrita dos conceitos serão extraídas de artigos, livros e teses de autores das áreas de patrimônio cultural, território e museologia, entre eles André Desvallées/François Mairesse, Kabengele Munanga, Hugues de Varine, Carlos Lemos, Milton Santos, Sandra Pelegrini e Pedro Funari, Arthur Stürmer e Benhur da Costa, Natália Fauvrelle, e Maria R. Weissheimer, além de consultas em legislação e *sites* de instituições ligadas às áreas do patrimônio cultural e museologia, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Para contextualizar os conceitos de território e patrimônio com a realidade, história e memória da comunidade da Costa da

Lagoa serão utilizados os dados da pesquisa de observação em campo, e como fonte bibliográfica, dissertações e trabalhos acadêmicos de três moradores da Costa da Lagoa: Esdras Pio Antunes da Luz, Renan de Mendonça Barros, Silvia I.D. Gimeno e pesquisa no arquivo do IPUF/SEPHAN.

O Capítulo 2, denominado “O Patrimônio da Costa da Lagoa”, onde serão apresentados e contextualizados os patrimônios existentes na comunidade, as suas tipologias, suportes e agentes. Em subcapítulo específico será destacado um patrimônio importante da localidade, o sobrado: Casarão da Dona Loquinha, com informações sobre a história da edificação, sua implantação física e arquitetônica no território e aspectos relacionados à sua significação para a comunidade como referência cultural e espaço de memórias. As fontes de pesquisa para a escrita serão os arquivos dos órgãos municipais IPUF/SEPHAN; legislação referente ao patrimônio cultural em âmbito municipal e nacional; pesquisas de campo feita com a comunidade e in loco; além de pesquisa bibliográfica referente ao tema de preservação, memória, patrimônio e território, dos autores Betina Adams, Hugues de Varine, Yara Costa Netto Muniz, José Reginaldo Santos Gonçalves, Esdras Pio Antunes da Luz, Rafaela Nunes Ramos, Fábio Vergara Cerqueira e Michael Pollak,

O Capítulo 3, sob o título de “A Musealização sob a perspectiva da Nova Museologia como aparato de preservação do patrimônio da Costa da Lagoa – Possibilidades”, primeiramente apresentando conceitos e exemplos de tipologias de museus que adotam as formas preconizadas pela Nova Museologia, com intuito de estabelecer informações e parâmetros para contextualização com o território em estudo. As fontes de pesquisa bibliográfica adotadas para a escrita deste capítulo serão extraídas de artigos, e livros de autores que atuam em áreas que dialogam com a museologia, como as áreas do meio ambiente, Luisa Maria Rocha e Heloisa Barbuy; e do urbanismo, Kevin Lynch; da área dos museus, Mário Chagas; além de autores já referenciados para os capítulos anteriores; e cartas, declarações, legislação e anais de eventos da área de museus e patrimônio. Neste capítulo será apresentada a compilação e os resultados da pesquisa de campo oriundos das respostas dos moradores questionados, expressando ideias, anseios e argumentos de preservação da memória do patrimônio, emanados do pensamento comunitário local e suas relações com o presente e futuro do território. A partir da análise qualitativa dos dados, das questões abordadas no questionário, observações in loco, em contraponto com a bibliografia apresentada e os exemplos de

museus serão observados os pontos que se configuram como cabíveis com a realidade do caso da Costa da Lagoa nos termos da proposta da pesquisa.

2 CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE.

2.1 Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural Material, Patrimônio Cultural Imaterial.

Para falar das adjetivações dadas a palavra Patrimônio é sempre bom que nos remetamos primeiramente à sua etimologia, o termo *patrimonium* originário do latim faz referência aos bens familiares, à herança deixada de pai (do latim - *pater*) para filho. Associada ao adjetivo “cultural” surge como Patrimônio Cultural, termo que se refere à cultura do ponto de vista da conceituação antropológica, adotando o conceito de cultura dito em Pelegrini e Funari (2008), em que cultura consiste na transmissão de valores adquiridos e acumulados pela experiência de determinado grupo humano, o que pressupõe uma diferenciação de um povo para outro; de onde pode se dizer que Patrimônio Cultural é a herança de uma determinada população envolvendo suas diversas manifestações e costumes dentro de seu território.

De acordo com Varine (2013, p. 18) “[...] estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc.” Em suas evoluções conceituais, o patrimônio cultural caminha dinamicamente conforme os novos paradigmas se apresentam na evolução da humanidade, em concepções atuais o patrimônio cultural é visto como um recurso para o desenvolvimento, possui valor em si mesmo, está ligado ao tempo: tem um passado, um presente e um futuro e pode ser insumo de mudança se bem monitorado (VARINE, 2013). Estão no rol do patrimônio cultural da humanidade variadas categorias: Patrimônio Histórico, Patrimônio Natural, Patrimônio Paisagístico, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, sendo que dentro de cada uma destas categorias estão arrolados diferentes elementos considerados como herança cultural a serem preservados (IPHAN, 2018).

No Brasil, o Patrimônio Cultural teve seus mais efetivos pensamentos e ações em prol de sua preservação, a partir do desejo por parte dos governantes em buscar uma identidade nacional, algo que acontece de forma bastante controversa tendo em vista a diversidade cultural espalhada pelo vasto território brasileiro resultante da miscigenação, envolvendo questões políticas, de dominação e invisibilização de memórias não interessantes para a classe dominante. De acordo com o arquiteto

especialista na problemática da Preservação do Patrimônio Cultural, Lemos (2010, p. 39) “somente em 1936 é que realmente ganhamos um projeto digno de elogios, de autoria do escritor paulista Mário de Andrade, homem cuja inteligência fora do normal o levou a produção literária de alto nível” e ressalta o arquiteto que já naquela época Mário de Andrade tentou salvaguardar um vasto repertório de nossos bens culturais, agrupando diversas categorias de patrimônios incluindo obras arqueológicas ameríndias, inclusive instrumentos de caça, pesca e agricultura, inscrições rupestres, e até mesmo elementos da paisagem e do meio ambiente, além de vocabulários, cantos, medicina, magia entre outros. O projeto incluiu também a arte popular e seus artefatos, arquitetura, agrupamentos de mocambos, além do arrolamento dos bens culturais considerados históricos segundo a visão nacionalista vigente.

É do projeto de Mário de Andrade que se originou o Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e toma providências com relação ao tombamento dos bens patrimoniais, em seu Artigo 1º, segundo parágrafo diz:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

O conceito de patrimônio cultural do ponto de vista do Estado nacional esteve ligado às questões das identidades sociais, no sentido de representar a nacionalidade, onde os museus tiveram impulso em apresentar e salvaguardar o patrimônio em honra da nação. Ao longo do tempo com as novas formas de pensamento mais democráticos e abrangentes, associados aos efeitos da globalização esta noção de patrimônio se expandiu tanto em questões de tipologias patrimoniais quanto aos agenciadores do patrimônio. Nesse sentido, houve uma democratização no que diz respeito ao quê e para quem eleger o patrimônio, neste contexto somado a diversidade cultural, são apontadas e reivindicadas novas categorias por diferentes grupos sociais, trazendo o patrimônio cultural como representação de identidades, para mais perto das camadas populares da sociedade, antes agenciada pela classe dominante.

Mundialmente a partir dos anos de 1945, com o pós-guerra e tendo em vista a preocupação a partir de 1930 por parte de estudiosos com o crescimento e as intervenções que ocorriam nas grandes cidades; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tomou a frente no campo da preservação

do patrimônio cultural, promovendo encontros e conferências com o objetivo de traçar diretrizes para a preservação dos bens culturais de valor patrimonial do planeta, de onde resultaram diversas recomendações registradas nas cartas patrimoniais, como por exemplo, a Carta de Veneza de 1964, importante documento contendo diretrizes para a salvaguarda e preservação do patrimônio mundial. Em 1972 acontece a Convenção do Patrimônio Mundial, onde se concretizam as proposições elencadas pela UNESCO e demais organizações envolvidas em torno da proteção do patrimônio cultural mundial, além de dar continuidade e avançar nos conceitos, critérios e recomendações para a criação de políticas culturais (PELEGRINI, FUNARI, 2008).

Atualmente no Brasil a visão do patrimônio cultural voltada para a sua dimensão material, o Patrimônio Material; segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se classifica segundo sua natureza, de acordo com quatro categorias que deverão estar inscritas nos quatro Livros do Tombo, que são: o Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; o Histórico; o de Belas Artes; e o das Artes Aplicadas, os bens podem ser tombados a nível municipal, estadual e nacional, segundo o instituto:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2018).

Como exemplos de bens materiais do Brasil considerados e tombados como Patrimônio Mundial Cultural, cita-se o Centro Histórico de Ouro Preto - MG, o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial; Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, na categoria de Paisagem Cultural e o Cais do Valongo - Rio de Janeiro - RJ, que passou a integrar Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017 e representa o reconhecimento do seu valor universal excepcional, como memória da violência contra a Humanidade ocasionada pela escravidão (IPHAN, 2018).

Na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216 ocorre uma ampliação da noção de patrimônio, os bens culturais de natureza intangível passam a ser reconhecidos como patrimônio cultural e declarados passíveis de preservação, baseado então na carta magna se cria um novo instrumento de proteção para este patrimônio, através do Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens

Culturais de Natureza Imaterial. Este registro se fará de acordo com a natureza do bem patrimonial a ser salvaguardado, em um de quatro livros, são eles: Livro de Registro dos Saberes (onde se inscrevem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); Livro de Registro das Celebrações (onde se inscrevem rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); Livro de Registro das Formas de Expressão (onde se inscrevem as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e Livro de Registro dos Lugares (onde se inscrevem mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Os registros de bens culturais imateriais podem ocorrer na esfera administrativa municipal, estadual, nacional e mundial (IPHAN, 2018).

A UNESCO considera Patrimônio Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Estas considerações foram cunhadas na Conferência para salvaguarda do Patrimônio Imaterial que aconteceu em outubro de 2003 em Paris, durante Conferência Geral da UNESCO, com a finalidade de buscar a conscientização da importância do patrimônio imaterial, sua preservação e salvaguarda para as gerações futuras, além de manifestar as tradições orais incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial (PELEGRINI, FUNARI, 2008, p. 46-48).

No Brasil existem alguns Registros de bens culturais imateriais a nível mundial como, por exemplo, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2004 a nível nacional, e reconhecido pela UNESCO em 2005; a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, no ano de 2002 e reconhecida como Patrimônio Mundial no ano seguinte; O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, uma celebração religiosa que ocorre em Belém (PA), inscrita no Livro das Celebrações, em 2004 e inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade em 2013; e a Roda de Capoeira registrada no Livro de Registro das Formas de Expressão no ano de 2008, aprovado em 2014 na 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda, em Paris, um dos símbolos da identidade brasileira, mais reconhecidos internacionalmente como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (IPHAN, 2018).

Como podemos ver o conceito de Patrimônio Cultural se alargou ao longo das discussões em torno do assunto, no que diz respeito às contribuições que estes alargamentos conceituais trouxeram e trazem para a sociedade, podemos perceber que foram muitas, pois através das reflexões conceituais estão imbricadas questões que tangem a muitos aspectos da vida social como: reforçar a cidadania, instigar a noção de pertencimento, a valorização das identidades culturais, a inclusão das classes invisibilizadas e tantas outras contribuições que melhoram a sociedade e os indivíduos. Sendo assim o Patrimônio Cultural é um recurso disponível capaz de gerar benefícios para a comunidade a que pertence, e por assim dizer, nas palavras de uma das principais referências internacionais na área da Museologia e do Patrimônio, Hugues de Varine (2013, p.18) “o patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou Imaterial, morto ou vivo) fornece o **húmus**, a terra fértil necessária ao desenvolvimento”.

2.2 Território e museologia

A Declaração de Oaxtepec, um documento firmado em 1984, no México trouxe para o campo da Museologia a consideração de que território, patrimônio e comunidade fazem parte de uma relação indissolúvel, esta ideia tem sido levada adiante até os dias atuais, é notável a interação entre estes elementos nos museus da atualidade. Alguns teóricos da área da Museologia percebem esta questão de uma forma orgânica, que vê o patrimônio como “[...] enraizado no território e na comunidade” e que o “[...] patrimônio constitui as raízes visíveis da comunidade em seu território” (VARINE, 2013, p. 38).

Assim como o conceito de patrimônio se transformou e ampliou de acordo com os processos sociais da humanidade, também o conceito de território veio se modificando em suas definições ao longo do tempo. O conceito de território é utilizado em diversas áreas do conhecimento, sendo a geografia o seu grande campo de utilização com acepção tradicionalmente ligada ao solo ou o chão, a população, e também as fronteiras, em uma visão contemporânea observa-se o dinamismo e retomadas do conceito com relação às questões espaciais e transformações sociais:

Sendo o território um dos conceitos mais importantes para a Geografia, ao lado da região, paisagem, lugar e espaço, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Auxilia-nos a compreender as relações de poder existentes na

sociedade e que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 51).

Os autores chamam a atenção para as inúmeras acepções do termo território e entendem o conceito como um contínuo de articulações, cortes e superposições de outros conceitos. Adiante em seu artigo intitulado Território: aproximações a um conceito-chave da geografia, se referem ao termo espaço como precedente ao território ou o território originário do espaço, segundo esta visão o território se apropria de um espaço para a sua composição, abrindo possibilidade de se ver a territorialidade, quando pessoas e grupos realizam uma ocupação do espaço.

O entendimento do conceito de território em um sentido mais geral perpassa pelas questões de espaço de um estado ou nação, em um sentido mais aprofundado o território envolve as diversas etapas de como se dá sua utilização ao longo da história da sua constituição.

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 19).

Estas discussões e transformações em torno do conceito de território estão permeadas pelas novas formas de pensamento e consequências advindas da globalização, as novas tecnologias, a rápida e extensa circulação da informação modificaram a noção de espaço, haja visto que o ser humano consegue estar virtualmente em vários lugares ao mesmo tempo. Além disso, a globalização acarreta outras relações. Para Milton Santos, geógrafo e estudioso das questões de território, a globalização amplia o conceito de território pela competitividade, criando uma relação de valorização dos espaços geográficos e seu uso, favorecido pelos atores mais poderosos, em entrevista diz:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. A globalização amplia a importância desse conceito (SANTOS; SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2000, p. 22).

Sob este ponto de vista mais atual de Milton Santos, sabendo-se que o autor percorreu décadas tratando deste assunto e que seus conceitos evoluíram ao longo de sua trajetória de pesquisador do território; a sociedade e o território dialogam entre si quando o ser humano se utiliza do espaço geográfico e seus componentes naturais e artificiais, da herança social e da dinâmica socioeconômica presente.

Os autores Stürmer e Costa, ao analisarem a trajetória do conceito de território sob a visão de Milton Santos percebem a sua evolução de um ponto de vista mais rígido e imutável em seus primeiros estudos, passando para uma visão mais ampla envolvendo a utilidade que se dá ao território, onde o espaço é modelado conforme seus requisitos naturais, artificiais ou culturais, isto é, construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. Por fim, Stürmer e Costa chegam ao que Santos chamou de *território esquizofrênico*, onde o célebre geógrafo considera que o território tem papel ativo na sociedade, mais flexível e dinâmico, que deixa emergir tanto a racionalidade dominante como outras formas de vida e por isso esquizofrênico.

O território, agora, deixa transparecer a identidade e o pertencimento, que são aspectos por vezes negligenciados no trato desse conceito, especialmente quando o elemento humano é sacrificado na abstração das análises territoriais excessivamente técnicas. Essa concepção de território estreita a relação entre território e população, juntamente com as implicações que acompanham essa relação: a identidade, o sentimento de pertencimento e o que preenche o cotidiano das pessoas (STÜMER; COSTA, 2017, p. 58).

Observando os conceitos considerados pela pesquisa e aqui apresentados, percebe-se quão vasto é o contingente do conceito de território e suas relações com as questões sociais e econômicas da humanidade. Trazendo estas questões ligadas ao território para o campo da Museologia entende-se que a interdisciplinaridade está visivelmente intrínseca neste processo, e que o universo dos museus eclode destas dinâmicas sociais, no sentido de que a instituição Museu evoluiu de uma visão museológica tradicional fechada em si, para uma dimensão abrangente. Com a Nova Museologia o edifício museu abre suas portas e se estende para o território, as coleções se ampliam para uma visão de patrimônio que abrange outros olhares incluindo o entorno, a função do museu se amplia em suas ações educativas, e o público é parte integrante do todo e deve participar ativamente em prol do desenvolvimento social, e o território neste contexto passa a ser parte ativa no processo museal. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, ao propor, em seu documento que é referência para a Museologia; a ideia de Museu Integral abriu os horizontes para novas práticas

dentro dos museus trazendo a dessacralização e democratização do espaço do museu, de forma que a instituição em suas práticas museológicas exerça o papel de gestor social em consonância com os anseios e interesses da comunidade a que serve com o intuito de gerar conhecimento e transformação social.

Estas noções de museu e território podem ser vistas no pensamento daqueles que em sua experiência na área da museologia e do patrimônio vivem em constante contato com as instituições ao redor do planeta, como é o caso de Hugues de Varine ao se expressar sobre a tipologia de museu- território:

[...] o museu - território é ao mesmo tempo um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior, inicialmente, sobre os territórios vizinhos; em seguida tudo o que se encontra “de fora” e que pode enriquecer o território e contribuir para seu desenvolvimento (VARINE, 2013, p. 186).

O Ecomuseu sobre o território, como instrumento de expressão das relações que compõem as conexões entre homem/ natureza no tempo/espaço onde se insere, representa e reconhece o patrimônio e os bens culturais do território em questão (DESVALLÈES; MAIRESSE, 2013, p. 66).

De acordo com Munanga (2012, p. 15) “[...] a memória e a territorialidade tem por função assegurar a preservação do sentimento de unidade, continuidade e existência do grupo”, de onde se pode dizer que Território, Patrimônio e Identidade estão inter-relacionados e os museus em sua função de salvaguardar as memórias estão intrinsecamente inseridos nestas relações.

Outra categoria que ganhou destaque no âmbito do patrimônio e que está intimamente vinculada ao território, é a paisagem, esta parcela do panorama patrimonial que exerce seu papel na dinâmica social, que é afetada pelas práticas e usos do território e se entrelaça também com as novas práticas da Museologia. Ao abordar sobre patrimonialização /musealização da paisagem, a autora Natália Fauvrelle, comenta:

É importante notar que os museus deixaram de ser meros espaços de objetos, alargando a sua ação a um cada vez maior leque de patrimônios, acompanhando também a evolução do pensamento contemporâneo sobre o passado e a cultura material (a valorização da paisagem no quadro museal enquadra-se no movimento da ecomuseologia, em que a coleção do museu passa a ser o próprio território, a realidade) (FAUVRELLE, 2015, p. 160).

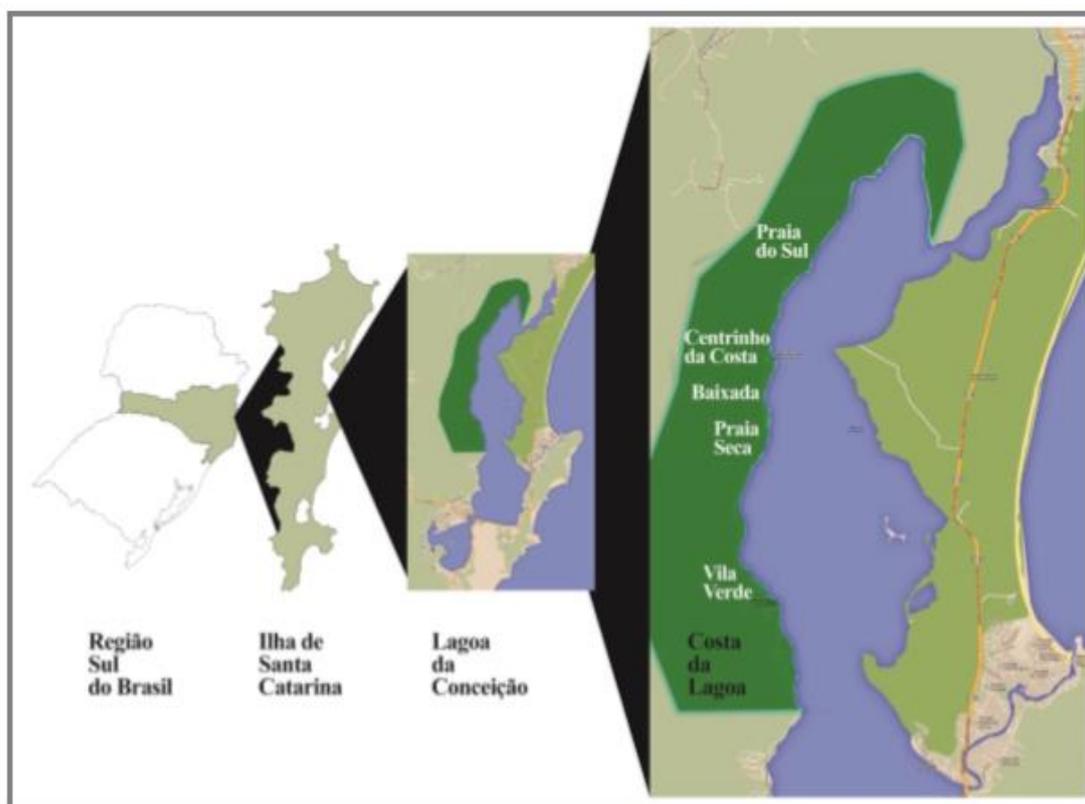
Sobre a paisagem cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criou através da Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009, a Chancela da

Paisagem Cultural Brasileira, um instrumento que estabelece o reconhecimento do valor cultural de porções singulares do território nacional. A referida portaria em seu Art. 1º define: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (WEISSHEIMER, 2012).

Destas reflexões a respeito do território, do patrimônio, da comunidade e dos museus nascem novas tipologias museológicas que adiante serão explicitadas neste trabalho, de antemão podemos sinalizar que a noção de território em relação a Museologia possui estreita ligação na atualidade, sendo que o território pode ser visto como o próprio museu a céu aberto como ocorre por exemplo, em cidades históricas.

2.3 O território da Costa da Lagoa.

Figura 1 Localização Costa da Lagoa



Fonte 1 Dissertação de mestrado Antunes da Luz, 2014¹

¹ ANTUNES DA LUZ, Esdras Pio. Na Reversa do Vento: a cultura náutica da Costa da Lagoa - Florianópolis-SC. 160 f. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

A comunidade da Costa da Lagoa localizada junto à Lagoa da Conceição, na cidade de Florianópolis, conta atualmente com aproximadamente 800 moradores nos 293 domicílios², é uma região de ocupação secular, em seu território encontram-se vestígios pré-coloniais representados por oficinas líticas; peculiaridades da antiga vila de pescadores, e um passado também ligado à agricultura representada por engenhos de farinha entre outras evidências, como a origem da sua população açoriana e afro descendente. Destaca-se também pelas belezas naturais de fauna e flora, pela paisagem e cultura náutica, e pela singular modalidade de transporte utilizada pelos moradores e turistas, que se dá por via lacustre em embarcações que colorem a paisagem. O transporte lacustre é feito por barcos de propriedade dos moradores da comunidade, administrados por cooperativas em parceria com a prefeitura municipal. Os traslados acontecem em horários determinados, a partir das primeiras horas do amanhecer; sendo esta a forma usada diariamente pela comunidade para se locomover, restando apenas como outra opção a utilização de trilhas, as quais fazem ligação com a Lagoa da Conceição ao sul e ao norte com a região de Ratoles. As trilhas se tornam inviáveis como meio de locomoção diária para os moradores pela sua grande extensão, porém são bastante utilizadas pelos turistas em caminhadas. O trajeto principal feito pelas embarcações se dá às margens da porção oeste da lagoa, que é servida por trapiches para o embarque e desembarque dos passageiros e ligação com a terra, os trapiches ou “pontos” são nominados por numeração que vão do número 1 ao 23, a rota náutica é feita no sentido Sul/ Norte para o acesso à comunidade da Costa da Lagoa e Norte/Sul para o acesso ao “centrinho” da região da Lagoa da Conceição. Existe também outra rota náutica de transporte público que faz o traslado no sentido Oeste/Leste e faz ligação com a localidade do Rio Vermelho, administrada por cooperativa distinta.

² Dados do Censo do IBGE de 2010.

Figura 2 Costa da Lagoa: interior de embarcação do transporte coletivo



Fonte 2 Arquivo Pessoal da Autora.

Geograficamente o território da Costa da Lagoa se dá em conformação com extensa lagoa e os morros que chegam aos 400 metros, o que faz com que sua ocupação ocorra de forma linear acompanhando as margens da lagoa, e o sopé das encostas, sendo que em alguns locais há maior adensamento populacional e em outros a ocupação se dá de forma esparsa. Esta forma de ocupação ocasionou o traçado de um caminho que percorre todo o território a partir do Canto dos Araçás, ao Sul; até o extremo Norte do caminho, na praia do Saquinho. Este caminho, denominado Servidão Caminho Costa da Lagoa; se caracteriza por um percurso tradicionalmente utilizado como ligação com a localidade da Lagoa da Conceição desde épocas remotas, onde se pode visualizar vestígios de variadas épocas da ocupação do território. O caminho da Costa da Lagoa se apresenta como uma trilha natural ladeada pela lagoa e por vegetação, a topografia é variada, com trechos planos e outros acidentados, em alguns locais o caminho recebeu pavimentação para conter a erosão, sendo que um destes pavimentos remonta a época colonial e foi construído pelos escravos (IPUF/SEPHAN, 1985). As cinco regiões de maior densidade populacional são conhecidas e denominadas pelos moradores como: Vila Verde, Praia Seca, Baixada, Vila (principal adensamento), Praia do Sul e Praia do Saquinho, descritas aqui no sentido Sul/Norte.

Figura 3 Placa informativa existente no Caminho da Costa da Lagoa



Fonte 3 Arquivo Pessoal da Autora

No que diz respeito às transformações ocorridas no território da Costa da Lagoa se fez pertinente a apresentação das visões de três autores moradores, que também realizaram suas pesquisas na comunidade sobre aspectos sociais, econômicos e culturais entre outras questões, com intuito de contextualizar a realidade da Costa da Lagoa com os conceitos de território e patrimônio cultural, e suas relações com a dinâmica social, anteriormente apresentados nesta pesquisa.

Interessante citar a visão bem atual de um morador no que diz respeito às características relacionadas a uma determinada parte do território da Costa da Lagoa explicitada em seu trabalho de Conclusão de curso em Biologia da UFSC intitulado: **Estudo das relações dos moradores da Costa da Lagoa com o ambiente e a paisagem:**

A região compreendida entre os pontos 4 e 8, que me permito chamar aqui de Grande Vila Verde, e que foi objeto desse trabalho, sustenta uma condição particular dentro da comunidade como um todo. Em primeiro lugar, os moradores desse início da Costa da Lagoa não são tão dependentes do transporte náutico como o são os moradores da vila da baixada em diante. De fato, muitos dos entrevistados e muitos outros que não o foram, fazem a trilha regularmente, chegando ao Canto dos Araçás e continuando o percurso de carro, carona ou ônibus. Além disso, a atividade turística é muito menos impactante nessa região do que na vila principal, por exemplo. (BARROS, 2016)

Uma das características da região citada por Barros é a procedência dos moradores, que na sua maioria são oriundos de diferentes regiões do Brasil, como Rio Grande do Sul, outras locais de Santa Catarina, São Paulo, entre outras, os quais vieram morar na Costa da Lagoa em busca de um tipo de vida mais qualitativo pela proximidade com a natureza e os benefícios para a saúde.

A Costa da Lagoa contou com ocupação pré-colonial atestada pela presença de oficinas líticas na localidade, do período colonial a ocupação é representada pelas construções da época, que podem ser vistas no local, como os engenhos de farinha, algumas ruínas e um sobrado que é seu representante mais significativo, o casarão da Dona Loquinha; do qual falaremos adiante de forma particular. Estes artefatos do passado documentam a sua história e são as provas das atividades que ali outrora se processaram, como as atividades da agricultura, representada pelos engenhos, alguns vestígios de plantações, as eiras que eram utilizadas para a secagem dos produtos da agricultura, assim como as embarcações e a vasta lagoa que atestam a atividade da pesca.

As atividades de agricultura eram realizadas como forma de subsistência pelas famílias em um modo de vida que passava de pai para filho onde as técnicas de manejo eram reproduzidas, em sua tese de dissertação de mestrado intitulada: **O destino viaja de barco: um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930 - 1990)**, a autora e também moradora da Costa da Lagoa, Silvia Gimeno apresenta alguns relatos de moradores:

Ao observar-se o terreno íngreme, irregular e pedregoso onde está circunscrita a Costa da lagoa torna-se fácil imaginar que ali a atividade agrícola possui uma série de adversidades que se antagonizam com a laboriosidade do agricultor e suas primitivas técnicas de cultivos. “Você não vai compará uma agricultura aqui, uma roça com qualquer um lugar desses aí que tem chão plano” (D. 1990). Alia-se a esta irregularidade topográfica o fato do agricultor da Costa da lagoa não dispor de outra técnica de beneficiamento de novas áreas cultiváveis a não ser a COIVARA e a ENXADA; “Aqui tem que fazê a queimada, tu já imaginô como uma pessoa vai limpá um pedaço de morro desses aí só com enxada?” (Campo/90). A coivara é uma unanimidade esmagadora na maioria dos depoimentos coletados: (...) “Tu tens que fazê a derrubada, botá fogo, depois virá a terra todinha, limpá e depois plantá” (M. 1989). Em alguns depoimentos quando questionados se não conheciam a existência de outras técnicas além da coivara responderam com certeza adquirida por demonstração ou evidência oriunda de uma antiga herança ancestral: “E, tem sim, mas a queimada é melhor pra plantá mandioca... o pai que fala” (M: 1990). (GIMENO,1992, p. 11-12).

As antigas atividades de agricultura desenvolvidas no território, sob este tipo de técnica de “queimada” foi responsável pela modificação da paisagem natural, em alguns pontos onde as famílias praticavam estas técnicas, já que promovia o desmatamento para o uso do solo nas plantações, a autora cita o cultivo de mandioca, café, feijão, batata - doce, amendoim, entre outros, e também se refere ao processo de regeneração do solo na época da escrita de sua tese onde observa: “o caráter extensivo deste tipo de agricultura pode ser percebido, ainda nos dias de hoje, por qualquer observador arguto, pelas extensas faixas de vassorais (mata de segunda geração) que sobem o morro contrastando com a Mata Atlântica” (GIMENO, 1992, p. 12). Quase três décadas após a pesquisa da autora a mata continua em processo de regeneração, nos dias de hoje a paisagem natural do território se apresenta de forma mais homogênea quando observada a distância.

Figura 4 Vista atual da Costa da Lagoa, a partir do Caminho geral



Fonte 4 Arquivo Pessoal da Autora

Atualmente o território da Costa da Lagoa sob o ponto de vista do seu desenvolvimento socioeconômico e cultural acontece de forma a se adaptar aos novos tempos, como pontua Esdras Pio Antunes da Luz, morador da comunidade e autor da Dissertação de Mestrado: **Na Reversa do Vento: A cultura Náutica da Costa da Lagoa:**

A Costa da Lagoa, desde a década de 1970, passa por uma renovação contínua das bases de seu processo de desenvolvimento econômico. Nessa época, a agricultura, que era um pilar histórico de sustentação da vida, deixou de existir para a comercialização, devido à falta de competitividade econômica, às leis ambientais cada vez mais restritivas e, possivelmente, pela dificuldade em desenvolver essa atividade num terreno tão pedregoso e íngreme. A cultura que se relacionava com a terra e seus fazeres, hoje, está apenas na lembrança dos mais velhos. A pesca artesanal, por sua vez, sendo a segunda atividade histórica em destaque, entrou em declínio no meio da década de 1980 e, para muitos, passou a ser uma atividade de complementação de renda ou apenas para alimentação familiar. No entanto, concomitantemente a esta situação, a atividade turística passou por um processo contínuo de profissionalização e diversificação, por imposição do próprio mercado na questão do atendimento ao turista, seja na melhoria do transporte náutico ou no estabelecimento de novas atratividades. Atualmente, pode-se dizer que a Costa possui um interesse para o turismo que mistura gastronomia, paisagem natural de floresta - para observação e caminhadas - e a lagoa para os passeios de barco. (ANTUNES DA LUZ, 2014, p. 8-9)

Estas considerações apresentadas pelos três últimos autores acima citados, ambos moradores que realizaram suas pesquisas na comunidade da Costa da Lagoa; vem ao encontro das questões observadas no subcapítulo anterior em que abordamos conceitos de território e suas relações com o fenômeno da globalização, de forma que aqui temos um exemplo na realidade, naturalmente a Costa da Lagoa em sua dinâmica social acompanha a evolução tecnológica/ informacional e as novas gerações absorvem as mudanças. Estas mudanças ao longo do tempo são observadas na transformação do espaço territorial, de forma material no sentido das construções e destruições dos artefatos materiais físicos; e de forma imaterial na concepção de novos padrões de pensamento, manifestações e práticas sociais no âmbito da parcela do intangível que envolve o território.

Figura 5 Embarcações em terra, vistas do Caminho da Costa da Lagoa.



Fonte 5 Arquivo Pessoal da Autora

O território da Costa da Lagoa possui em seu ambiente uma complexidade de fatores que representam a sua identidade, sua paisagem pode ser vislumbrada de forma bastante singular pela diversidade de patrimônios que comporta. O território da Costa da Lagoa expressa por meio de seus patrimônios a sua trajetória ao longo da história assim como a sua diversidade e identidade cultural, que são revelados por meio dos diferentes suportes em que se inserem, sendo um dos destaques os artefatos e atividades náuticas (Figura 5). Como dito por Hugues de Varine (2013, p.45) “O patrimônio é o DNA do território e da comunidade”, o autor faz uma comparação do território com o método que utiliza a genética para identificação dos indivíduos, para ele o patrimônio é composto pelo conjunto que caracteriza a comunidade e seus membros na atualidade, ao mesmo tempo em que reflete a evolução da comunidade e é suscetível a transformações contínuas, como ocorre com o DNA humano.

3 CAPÍTULO 2 O PATRIMÔNIO DA COSTA DA LAGOA

3.1 As tipologias de patrimônios da Costa da Lagoa

A noção de patrimônio passou por mudanças ao longo das formulações das leis brasileiras, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 amplia o conceito de patrimônio adotado pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 ao substituir Patrimônio Histórico e Artístico pela denominação de Patrimônio Cultural Brasileiro. Esta mudança trouxe reconhecimento ao cunho cultural dos bens de valor patrimonial, englobando seu caráter imaterial, trazendo esta visão mais abrangente para a discussão do conceito de patrimônio,

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (IPHAN)

Nesse contexto as definições de patrimônio ficam estabelecidas nas modalidades *material e imaterial* e são classificadas de acordo com suas características de bem cultural no que tange a forma que se compõe o bem, isto é da sua dimensão tangível ou intangível. O patrimônio material é composto por bens de natureza material, móveis ou imóveis, e podem ter sua representação na forma de bens individuais, de conjuntos ou coleções, assim como sítios ou cidades por inteiro. Os bens de natureza intangível compõem o patrimônio imaterial e estão relacionados às práticas e domínios da vida social que fazem referência às identidades dos grupos formadores da sociedade brasileira que são transmitidos de geração a geração. A UNESCO define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (IPHAN, 2018)

Um dos documentos base do ICOMOS no escopo das cartas patrimoniais, a Carta de Veneza; documento que apresenta os resultados obtidos em congresso realizado em 1964 traz em seu Artigo 1º a seguinte consideração a respeito do monumento histórico:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (IPHAN, 1995)

Essa definição voltada para o patrimônio material edificado e trazida pela Carta de Veneza, ao incluir as “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” produz uma ampliação do conceito de monumento histórico até então estabelecido, onde o valor do monumento se voltava para suas características histórico-artísticas. O artigo intitulado **Notas sobre a Carta de Veneza** traz uma análise que atenta para o papel de amplificador deste documento, no que diz respeito ao significado cultural e simbólico dos bens, a autora pontua:

Ou seja, pela definição, o interesse pode voltar-se a bens por seus aspectos memoriais e simbólicos. Não são estabelecidos limites cronológicos e, por isso, a Carta refere-se ao patrimônio construído de qualquer época, inclusive a arquitetura recente. A Carta de Veneza, documento do Icomos, de maio de 1964 amplia a noção de monumento histórico, estendendo-a não só a grandes criações, mas também a “obras modestas que tenham adquirido significação cultural”. (KÜHL, 2010)

São muitas as questões que envolvem o patrimônio de uma comunidade, sobretudo para que se eleja o que é um patrimônio e como inseri-lo dentro das diversas modalidades a que pode estar atrelado. Trazendo para a discussão a questão da estreita ligação entre patrimônio e território, como visto no capítulo anterior deste trabalho; as tipologias de patrimônio representam a diversidade de fazeres da comunidade, no modo como se manifesta material e imaterialmente o pensamento de seus habitantes, e que assim como as demais categorias de patrimônio pré-existentes no território geográfico/natural, se tornam visíveis na forma de patrimônios no contexto territorial.

As raízes ancestrais da população, por sua vez, estão expressas no patrimônio da comunidade a que pertencem e se evidenciam nas visíveis transformações do espaço territorial através de distintas manifestações ao longo do tempo. A região da Costa da Lagoa teve seu território ocupado por população pré-colonial, tendo sido colonizada por imigrantes açorianos em meados do século XVIII, estudos na área da genética aplicados à região indicam a predominância de marcadores genéticos europeus (açorianos) e observa-se também a presença da etnia ameríndia e africana, na população (MUNIZ, 2008).

Do ponto de vista da antropologia é necessário que se olhe para o patrimônio de uma sociedade de forma analítica: diferenciando as dimensões culturais e sociais possíveis, sem que se naturalize o olhar pelas nossas próprias percepções (GONÇALVES, 2009).

Além do olhar como pesquisadora da área da museologia, o fato de ser moradora da comunidade da Costa da Lagoa, possibilita de certa forma a proximidade e compartilhamento com o pensamento local, além do conhecimento de algumas peculiaridades adquirido pela convivência que ajudam na percepção dos patrimônios existentes.

Lançando primeiramente um olhar macro sobre o território da Costa da Lagoa em toda a sua extensão pode se visualizar uma perspectiva de patrimônio de Paisagem Cultural, envolvendo a totalidade de sua conformação geográfica em seus diferentes aspectos naturais, como a vegetação, a topografia, a hidrografia, a biogeografia, etc. em composição com os diferentes aspectos e manifestações culturais decorrentes do fator humano histórico e social. Dentro desta perspectiva a Costa da lagoa pode ser vista como uma tipologia patrimonial única, que engloba em si os diferentes patrimônios existentes em seu contexto, pelos vestígios de seus bens culturais de valor arqueológico, histórico, etnográfico e o valor paisagístico natural e cultural. Segundo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, documento elaborado pela UNESCO em Paris (França) no ano de 1972, em suas definições do Patrimônio Cultural o Art. 1, considera: “os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”, e nas definições de Patrimônio Natural no Art. 2, a Convenção considera: “Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural”.

No contexto da paisagem da Costa da Lagoa se inserem tipologias patrimoniais de valor arquitetônico/histórico edificados na época da colonização açoriana, sendo suas principais representações que restam daquele período: um sobrado com características de exemplaridade única na região e um engenho de farinha, além de algumas edificações que foram descaracterizadas por intervenções em seus aspectos arquitetônicos, e outras em ruínas. Destacam-se como patrimônios materiais, testemunhos da história e memória da comunidade da Costa da Lagoa, além de locais

propícios ao uso comunitário; o sobrado, ou o casarão da Dona Loquinha como é chamado, implantado no Caminho geral, é frequentemente apreciado e fotografado pelos turistas que por ali passeiam; e o engenho de farinha situado na Vila Verde que é utilizado pela comunidade em festas, reuniões, apresentações artísticas, oficinas etc., sendo um exemplo interessante a “Farinhada”, um evento realizado pela comunidade onde o funcionamento do engenho é ativado pelos participantes, e se produz a farinha de mandioca e produtos derivados dela como o Beiju (Figura 6). Estas edificações encontram-se em mau estado de conservação, principalmente o sobrado da Dona Loquinha que está em local isolado e não recebe intervenções de manutenção a muito tempo, é um patrimônio em risco e situação de urgência; já o engenho de farinha por estar em local com maior densidade populacional e pelo uso mais frequente e principalmente pelas intervenções de manutenção feitas pelos moradores encontra-se melhor conservado, mas necessita de cuidados técnicos no que diz respeito a sua restauração.

Figura 6 Beiju na Farinhada do engenho na Costa da Lagoa



Fonte 6 Arquivo Pessoal da Autora

O Caminho Geral da Costa da lagoa também é considerado um patrimônio histórico, haja visto o seu tombamento pelo Decreto Municipal 247, de 06 de novembro

de 1986 juntamente com as edificações históricas e seu entorno; pela sua conformação geográfica e aspectos históricos; quando na época da colônia serviu como via de escoamento dos produtos agrícolas que eram transportados em carros de boi e posteriormente em cavalos com selão (IPUF, 1985). Entre a diversidade de bens culturais patrimoniais, históricos e antropológicos encontrados pelo Caminho da Costa da lagoa estão as evidências da presença no local de civilizações pré-coloniais, representadas por oficina lítica localizada nas rochas de uma cachoeira em que se observam depressões circulares, onde os indígenas realizavam o processo de afiamento de seus instrumentos de trabalho, os quais eram feitos em pedra. Das edificações tombadas pelo Decreto Municipal, que eram em torno de 29, incluindo algumas ruínas; muitas desapareceram totalmente, atualmente existem pelo Caminho da Costa da Lagoa algumas edificações que poderiam ser avaliadas no sentido de sua preservação junto à paisagem, sabendo-se que o território e suas sobreposições resultam da dinâmica das relações ali vividas que narram a história do lugar. Além do valor histórico o Caminho é parte marcante da paisagem cultural, pois ao longo dos seus 5 km de percurso o caminhante pode experimentar diferentes sensações, cada trecho expressa um tipo de atmosfera, em alguns momentos pode se vislumbrar a cultura advinda do assentamento humano: com suas vilas, embarcações, etc em constante movimento na dinâmica de vida que acontece ao longo dos tempos; em outros trechos pode se apreciar as paisagens naturais da topografia, das águas, da fauna e flora. Neste sentido o Caminho da Costa da Lagoa possui atributos para a preservação da sua dimensão intangível, do seu *Spiritu Loci* ou Espírito do Lugar como declarado em Quebec, no documento patrimonial originado em reunião do *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS),

A 16ª Assembléia Geral e mais especificamente o Fórum da Juventude, o Foro dos Aborígenes e o Simpósio Científico nos deram a oportunidade de explorar com maior profundidade as relações entre o patrimônio tangível e intangível e os mecanismos culturais e sociais internos do espírito do lugar. O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. (ICOMOS, 2008).

Em Quebec se fez a relação do caráter plural e dinâmico frente ao fenômeno da globalização onde os movimentos populacionais acontecem constantemente e os contatos interculturais são crescentes, a declaração vê o espírito do lugar de forma a abranger o patrimônio cultural de acordo com um caráter “vivo e ao mesmo tempo

permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais”, além disso, traz a seguinte colocação: “As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade”.

As atividades desenvolvidas na Costa da Lagoa são permeadas por uma dimensão que a diferencia de outras localidades, dentro do contexto da cidade de Florianópolis, que é o transporte coletivo diário se dar exclusivamente por via náutica, essa condição faz com que seus habitantes tenham hábitos e relações singulares no seu dia a dia, ao estar em contato direto com a Lagoa da Conceição e se utilizar de um artefato específico, o barco, que de acordo com Antunes da Luz,

Isso pode ser considerado como um valor simbólico, mas existem outros valores. Essa forma de vida contém um conhecimento humano que relaciona o mar, a lagoa, a terra e o objeto barco, como uma interligação entre tudo. Ou seja, a navegação é a atividade essencial para o acontecimento da vida no lugar, desdobrada sobre vários domínios desse espaço, em um exercício contínuo de expansão do conhecimento acumulado, natural dessa atividade. A relação com o mar é uma herança cultural que precisa ser reconhecida como parte desse patrimônio da Costa. (ANTUNES DA LUZ, 2014, p. 143)

Sob o ponto de vista acima citado, a cultura que envolve as atividades náuticas relaciona, uma tipologia patrimonial material que são as embarcações e os apetrechos de navegação, além dos equipamentos necessários para sua utilização e funcionamento, como trapiches, ranchos, oficinas de reparos, etc.

Além dos seus patrimônios de natureza material, a Costa da Lagoa também possui alguns patrimônios de natureza imaterial que dizem respeito às atividades que se desenvolvem na comunidade. A renda de bilro, é uma tradição de herança açoriana que ainda está presente no fazer de algumas mulheres da Costa da Lagoa, é uma manifestação que se insere no rol dos bens culturais considerados patrimônio a ser preservado pelo Estado, pelo seu caráter referencial como grupo formador da sociedade brasileira, representado pelas rendeiras. Existem na Costa da Lagoa outros patrimônios ligados aos saberes, ofícios e modos de fazer, a atividade pesqueira desenvolvida na lagoa envolve artefatos materiais de pesca como a rede de pesca do tipo “tarrafa”, e o “covo”, que são objetos utilizados na captura do peixe, sendo a rede de pesca ainda produzida por alguns pescadores; a canoa de um pau só (feita em troncos de grandes árvores), que estão proibidas por conta da legislação ambiental; o balaio de cipó (Figura 7), que é uma atividade pouco feita na atualidade; a culinária tradicional; a linguagem que se utiliza de termos singulares; manifestações artísticas e folclóricas, como o boi de

mamão que é encenado pelas crianças nas festas da escola local; celebrações religiosas, representada pela procissão de Nossa Senhora de Navegantes que acontece anualmente por via náutica com os barcos enfeitados levando a imagem da santa e com banda de música a bordo.

Figura 7 Balaio no engenho de farinha



Fonte 7 Arquivo Pessoal da Autora

Esses bens culturais de cunho imaterial, pertencentes à cultura da comunidade da Costa da Lagoa são passíveis de preservação e estão em acordo com a Constituição Federal de 1988 que os reconhece como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, pelo seu caráter identitário e como parte integrante de um grupo formador da sociedade brasileira. Estão também em consonância com os instrumentos de proteção criados pelo IPHAN que constam no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e decreta em seu Artigo 1º:

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem

práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

As formas instrumentais convencionadas pelas leis de tombamento e registro dos bens culturais materiais e imateriais são artifícios utilizados para facilitar o enquadramento das diferentes tipologias de patrimônio, sob o ponto de vista de que “[...] o material não existe sem o imaterial e vice e versa, posto que estes dois elementos se complementam e coexistem” (RAMOS, CERQUEIRA; 2016, p. 24).

As manifestações presentes na cultura e memória da comunidade da Costa da Lagoa foram transmitidas de geração em geração, fazem parte da identidade e criatividade da comunidade e expressam diversas particularidades encontradas naquela localidade. Devem ser protegidas pelas leis do patrimônio cultural nas instâncias do governo municipal, estadual e federal, além de reavivadas através de incentivos junto à comunidade, como forma de preservação destes patrimônios imateriais e materiais.

3.2 Suportes e agentes do patrimônio

Atualmente os artefatos do passado são vistos como documentos, carregados de significados e informações a respeito da sociedade das quais se originam e são importantes fontes para a escrita da moderna historiografia, sob essa perspectiva o patrimônio representado pela cultura material e imaterial é por assim dizer suporte da memória social. Nesta condição, as memórias encerradas nestes suportes estão permeadas por escolhas e classificações políticas, emanadas da própria sociedade ao se identificar com este ou aquele bem cultural e fazer uso destes para formação da sua memória coletiva e identidade cultural, podendo gerar discursos e legitimar ideologias. (RAMOS, CERQUEIRA, 2016)

Pensar o patrimônio de uma comunidade é conhecer e reconhecer suas particularidades enquanto povo e território numa relação intrínseca e contínua, que constrói seu patrimônio ao longo do seu desenvolvimento. Os bens culturais materiais e imateriais contêm, manifestam e simbolizam essas particularidades e são veículos condutores da história das comunidades, que a encaminha ao longo do tempo para ser contada no presente e no futuro.

Uma das atribuições inerentes ao patrimônio cultural é sua condição de suporte de memória, a memória por sua vez se condiciona como suporte de identidade. A identidade se constrói através da memória, de forma individual e coletiva, numa relação submetida a variações, transformações e mudanças, como destaca o sociólogo Michael Pollak:

Se destacamos essa característica flutuante, mutável da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. (POLLAK, 1992, p. 201)

Seguindo a lógica apresentada pelo citado autor a memória se constitui primeiramente pelos *acontecimentos* vividos pessoalmente; em segundo lugar os acontecimentos vividos pela coletividade ou acontecimentos aos quais a pessoa/grupo se sente pertencente independentemente do espaço - tempo; além dos acontecimentos a memória é constituída por *pessoas*, que também podem ser personagens que não necessariamente tenham vivido no mesmo espaço/tempo; por fim o autor coloca os *lugares* como constituintes da memória, os *lugares de memória* são aqueles que evocam lembranças que também independem do tempo cronológico. Neste contexto, os vestígios de memória são estruturados de forma conflitante e mutante, no sentido de que os indivíduos e a coletividade disputam pela construção da memória em busca de uma representação de identidades. (POLLAK, 1992)

Se olharmos para os acontecimentos, as pessoas, e os lugares sob a ótica do patrimônio, tendo em vista que são portadores de vestígios de memória, podemos também inseri-los na categoria de suportes do patrimônio, que pode ser tanto material como imaterial. Dentro desta perspectiva os suportes do patrimônio se caracterizam em diversas tipologias para além das formas mais tradicionais e concretas como usualmente se imagina.

Aproximando as considerações acima, sobre memória, identidade e patrimônio e as constatações feitas em campo na área de trabalho desta pesquisa, o território da Costa da Lagoa; podemos dizer que como sendo um lugar particularmente suscetível de

patrimonialização e musealização, é ele próprio, o suporte dos seus patrimônios. Da mesma forma que as diversas tipologias existentes na comunidade, são também em suas unidades, suportes de patrimônios culturais materiais e imateriais diversos, pela riqueza de suas significações históricas e culturais.

O cuidado com os suportes do patrimônio cultural é requisito imprescindível para preservação do patrimônio e depende de agentes que facilitem a sua manutenção e conservação, os agentes são as pessoas ou instituições que têm por encargo a função de interlocutores do patrimônio junto à sociedade. Atualmente percebe-se um crescente interesse da sociedade brasileira pela preservação do patrimônio cultural, isto amplia as possibilidades de cuidado para com os bens culturais no sentido do aumento no número de atores interessados em contribuir com a salvaguarda do patrimônio.

A atuação de diferentes atores em prol da preservação do patrimônio cultural está contemplada no artigo 216 da Constituição Brasileira que determina que a proteção dos bens culturais fique a cargo do Estado em conjunto com a sociedade: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O Estado tem o dever de elaborar as leis e instrumentos que irão nortear as ações de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural em suas instâncias administrativas, a nível nacional, estadual e municipal, sendo responsável por dispor em seu quadro administrativo de agentes capazes de atuar e utilizar as ferramentas acerca da efetiva proteção dos bens culturais.

A cidade de Florianópolis contou com medidas de proteção do patrimônio histórico e artístico e natural no âmbito das três esferas de governo, através dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural nacional, estadual e municipal, sendo que as ações foram desenvolvidas em parcerias feitas entre os corpos técnicos das três esferas.

A nível municipal as primeiras políticas e órgãos de preservação foram criadas a partir da primeira metade da década de 1970, tendo sido o município de Florianópolis um dos pioneiros em termos de tombamentos de bens culturais na esfera municipal no Brasil. É desta época a criação de importantes agentes do patrimônio cultural de Florianópolis, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - SEPHAN, e a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - COTESPHAN, responsáveis pela criação e execução das

políticas de preservação dos bens culturais da sociedade florianopolitana e pelo respaldo e reflexão gerados ante os problemas da preservação. (ADAMS, 2002)

Segundo a autora, a COTESPHAN “[...] em suas ações prioritárias, propunha tombar os bens que necessitavam de proteção urgente; equacionar o funcionamento dos museus já instalados no município e sugerir convênios, visando preservar e restaurar bens” (ADAMS, 2002, p.52), o que denota a função do órgão como agente do patrimônio em questões abrangentes, envolvendo os museus.

Estes dois órgãos, SEPHAN e COTESPHAN atuaram e atuam até os dias de hoje como agentes de preservação do patrimônio cultural do município, ambos foram incorporados ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, criado em 1977; de maneira que a preservação dos bens culturais e naturais passou a ser parte integrante do planejamento urbano como um todo.

As leis zoneamento e ordenamento do uso do solo urbano e rural da cidade de Florianópolis, inseridas no Plano Diretor, que é o documento que estabelece a função social da propriedade urbana, e determinante para a proteção do patrimônio cultural/natural da cidade; desde suas primeiras versões já contemplavam diretrizes favoráveis às questões de preservação em aspectos estéticos e da paisagem. Diante das mudanças ocorridas nestas leis com o passar dos anos foram sendo introduzidas regras de preservação ambiental, como as medidas que criaram as Áreas Verdes; como as Áreas de Preservação Permanente - APP ³, importante passo para a preservação da paisagem natural do município, que incidiu fortemente na região da Costa da Lagoa.

O Plano Diretor do Município em seu Art.167 possibilita às “áreas que expressem significados, valores sociais, culturais e ambientais locais” a solicitação junto ao SEPHAN, pelo poder público, comunidade de bairro ou distrito, a declaração de Locais de Memória e Áreas de Interesse Cidadão, com intuito de garantir a difusão do seu significado como testemunho histórico-cultural.

Na década de 1980, com a implementação do Plano Diretor dos Balneários foram introduzidos novos parâmetros para a preservação do patrimônio cultural do

³ - “Área de Preservação Permanente (APP) - os espaços territoriais declarados de proteção pela legislação urbanística anterior, notadamente pela Lei n. 2.193, de 1985 e pela Lei Complementar n. 001, de 1997, conforme zoneamento consolidado nos mapas desta Lei Complementar, recobertos ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, conforme definidas na legislação vigente;” (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS)

município, onde foram definidas as Áreas de Preservação Cultural - APC⁴, “estas áreas foram demarcadas sobre o zoneamento de uso e ocupação complementando e, quando necessário, se sobrepondo às normas gerais estabelecidas” (ADAMS, 2002, p.65); com vistas à preservação de sítios de interesse histórico, antropológico e arqueológico, tendo sido também uma diretriz que se enquadra na configuração do território da Costa da Lagoa, a autora comenta sobre as APC's:

Áreas destinadas à proteção das paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras. Buscava-se alcançar, também, o desenvolvimento social da população residente e a conservação dos aspectos pitorescos resultantes das atividades tradicionais das áreas. Este mecanismo legal não foi adequadamente aplicado, pois inexistem estudos para definir os elementos a preservar (ADAMS, 2002, p. 65).

A região Costa da Lagoa está submetida às leis de ordenamento e planejamento do uso do solo que regem o município de Florianópolis, dispostas no Plano Diretor do Município, essas leis contribuíram de certa forma, com o processo de ocupação do território, e com a preservação do local no que diz respeito às questões ambientais ao longo de seu processo de ocupação, porém as leis não são compatibilizadas de forma eficiente na prática, pela falta de agentes que atuem na direção de: estudos, definições mais precisas e cuidados quanto ao patrimônio cultural da localidade, como bem pontuou a autora na citação acima.

Neste panorama de ações de proteção definidas pelas leis de zoneamento, “a região da Costa da Lagoa foi tombada pelo Decreto Municipal 247 de 06/11/1986 e deveria ser regulamentado por decreto específico, o que não ocorreu pela falta de cartografia em escala adequada” (ADAMS, 2002, p. 169). O tombamento ocorreu por iniciativa de um cidadão desvinculado das estruturas da administração pública ou políticas vigentes, Cesário Simões Júnior que em 29/09/1981 solicitou ao IPUF o tombamento apresentando justificativa técnica elaborada por ele. O decreto de tombamento de 06/11/1986 seguiu os moldes do previsto para o tombamento da Lagoa do Peri, também localizada no município de Florianópolis; que ampliou o conceito de proteção prevendo a manutenção da população no local, integrando natureza, caminho rural e edificações de valor histórico. (ADAMS, 2002, p.70).

⁴ Art. 126. As Áreas de Preservação Cultural (APC) são aquelas destinadas à preservação de sítios de interesse cultural, objetivando a preservação, valorização e promoção delas. Parágrafo único. As APC estão detalhadas no caput do art. 151 e no mapa, parte integrante desta Lei Complementar. (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS).

A justificativa apresentada pelo cidadão Cesário Simões Júnior era composta de textos: com dados históricos sobre o local, sobre aspectos geográficos, de fauna e flora, de nomenclatura dos diferentes lugares do Caminho Geral, além de desenhos com o mapeamento das edificações julgadas passíveis de preservação, fotografias das edificações existentes e de algumas que já se encontravam em ruínas na época e do Caminho Geral entre outras informações. Este documento foi utilizado como base pelo IPUF/SEPHAN para a realização do **Inventário Histórico Arquitetônico - O Caminho da Costa da Lagoa**, que *entre* 1984 e 1985 acrescentou à pesquisa: consulta a antigos moradores; elaborou o inventário do acervo histórico/arquitetônico, apresentou a proposta do Caminho *Turístico da Costa* visando incrementar a sinalização do Caminho geral da Costa da Lagoa como um todo. (IPUF/SEPHAN, 1985).

O fato da Costa da Lagoa não ser servida por sistema de transporte rodoviário convencional, e ter seu acesso por terra limitado às trilhas naturais para pedestres, fez com que a ocupação territorial da região tenha sido reduzida, isso se dá em parte pela dificuldade de se transportar materiais para a construção de edificações. Houve algumas reivindicações por parte da população no sentido de se construir uma estrada, o que gerou polêmica entre os moradores entre “os que queriam” a estrada e os “que não queriam”, passado o tempo esta reivindicação cessou, o fato de não se ter acesso rodoviário à Costa da Lagoa pode ser considerado um agente de preservação do patrimônio. Neste contexto pode se dizer que a população também atua como agente do patrimônio optando pela não construção da estrada e também pelo exemplo do cidadão que elaborou o documento com intuito de preservação do patrimônio.

Existe também na comunidade mobilização por parte da Associação de Moradores da Costa da Lagoa (AMOCOSTA) no sentido de propor uma melhor organização do território junto aos órgãos competentes no que diz respeito aos usos das áreas de interesse coletivo da comunidade, como trapiches, adequação do uso da borda d'água entre outros; nesse sentido foram realizadas algumas reuniões com técnicos do IPUF e da FLORAM.

Se perguntássemos como têm sido agenciados os suportes patrimoniais ao longo da trajetória histórica da Costa da Lagoa, certamente e infelizmente teríamos que responder: de forma incipiente, desassistida e desprotegida, apesar de todas as leis e instrumentos de preservação existentes na teoria. Estas afirmações decorrem de um olhar mais apurado decorrente da realização de estágio junto aos setores do município, responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, acrescido do olhar moradora da

Costa da Lagoa. A documentação dos bens patrimoniais existente no SEPHAN pôde ser atualizada durante o período de estágio, quando se fez as visitas a campo por todo o percurso do Caminho da Costa da Lagoa e se obteve resultados que indicam para tais afirmações. Como moradora há 24 anos, e 36 anos conhecedora desta comunidade, e pelas pesquisas realizadas junto aos órgãos responsáveis pelo agenciamento do patrimônio do município é possível perceber a inoperância na atuação das leis quando se vê e se compara o que existe e o que existiu na Costa da Lagoa.

3.3 O Casarão da Dona Loquinha

Para começar a falar deste patrimônio da Costa da Lagoa, o Casarão da Dona Loquinha; se torna interessante retomar para o contexto deste importante bem cultural situado no Caminho Geral da Costa da Lagoa; o conceito já citado neste trabalho, do *Spiritu loci ou Espírito do lugar*, sabendo-se por constatação observada pela pesquisa de campo, que os moradores entrevistados em sua grande maioria evocam lembranças ao se referir ao Casarão; pela percepção da passagem da temporalidade que se tem ao olhar para a edificação e seu entorno imediato, como um local com muitas histórias vividas e pelo fato de que este patrimônio permanece vivo na memória da comunidade tanto em sua dimensão material quanto imaterial, são atributos que denotam de forma marcante a presença inexorável do *Spiritu loci* neste trecho de passagem pelo caminho da Costa da Lagoa. Segundo a Declaração de Québec sobre a preservação do “*Spiritu loci*” onde os participantes do evento definem: “Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos.” (ICOMOS, 2008), sendo que no caso do Casarão da Dona Loquinha, comunidade e edificação compactuam desse caráter plural e dinâmico pela enorme quantidade de significâncias guardadas naquele ambiente, que foram e ainda são transmitidas com o passar do tempo, além de sua atuação como cenário da passagem do tempo na atualidade para os turistas e caminhantes.

A edificação chamada pela comunidade de Casarão da Dona Loquinha, também encontrada em documentos com a nomeação de Sobrado da Dona Loquinha; recebe este nome em homenagem a antiga moradora Emilia Felix Ramos, a qual era conhecida pela comunidade por este codinome, uma personagem que vive nos dias atuais na memória de muitos moradores da Costa da Lagoa, os quais guardam lembranças de

histórias vividas com Dona Loquinha no próprio Casarão e seu entorno. Sobre a biografia desta importante personagem não foi possível levantar maiores informações por se tratar de um trabalho específico de história de vida e não haver tempo hábil para sua realização, entretanto é importante pontuar que se trata de uma investigação plausível e relevante para pesquisas posteriores.

Segundo o **Inventário do Acervo Arquitetônico - Caminho da Costa da Lagoa**, realizado pelo IPUF/SEPHAN no ano de 1984, época em que os antigos proprietários Dona Loquinha com 75 anos e seu esposo Sr. Casimiro ainda residiam no sobrado; os mesmos informaram aos técnicos que realizaram o inventário, que a edificação foi construída por escravos no ano de 1780, também relataram que no porão do sobrado existia um armazém e que havia fartura de comida, o açúcar, a farinha, o café e o milho eram guardados por vários meses. A edificação possui características das construções luso brasileiras da época colonial e tem valor patrimonial também pela sua condição de exemplar único na ilha de Santa Catarina, sendo um marco referencial da Costa da Lagoa.

Logo após a morte em 1991 da proprietária Dona Loquinha, que permaneceu vivendo no Casarão até então, na companhia de Dona Maria uma descendente de escravos; o imóvel foi vendido aos atuais proprietários no ano de 1992, os quais não residem no local e dizem que o sobrado vem sofrendo vandalismos, segundo o documento pesquisado no IPUF/SEPHAN, **Projeto de Restauração do Antigo Sobrado “Dona Loquinha”**.

O casarão está implantado no caminho geral da Costa da Lagoa, seu entorno é coberto por remanescente de Floresta Ombrófila Densa em diversos estágios de recuperação, sendo este tipo de vegetação pertencente ao Bioma de Mata Atlântica que se caracteriza como patrimônio nacional e é protegido pela lei nº 11.428/2006, a qual dispõe sobre a sua utilização e dá outras providências. O Plano de Uso e Ocupação do Solo disposto na Lei Complementar 482/2014 -Plano Diretor de Florianópolis, no tocante ao local em que se encontra o Casarão da Dona Loquinha, prevê o zoneamento, como Área de Preservação Permanente- APP, com sobrezoneamento de Área de Limitação Ambiental - ALA⁵ e Área de Preservação Cultural - APC. Além das leis de zoneamento do Plano Diretor o imóvel é protegido pelo Decreto Municipal nº 247/1986

⁵ ART.140-§1º As Áreas de Limitação Ambiental são determinadas pela presença de mata atlântica em diferentes estágios de regeneração, áreas inundáveis, abrigos de elementos da fauna, entre outros. (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS)

que tomba o Caminho da Costa da Lagoa, a vegetação e as edificações de interesse histórico / cultural como Patrimônio Histórico e Natural do município de Florianópolis (IPUF/SEPHAN/FLORAM)

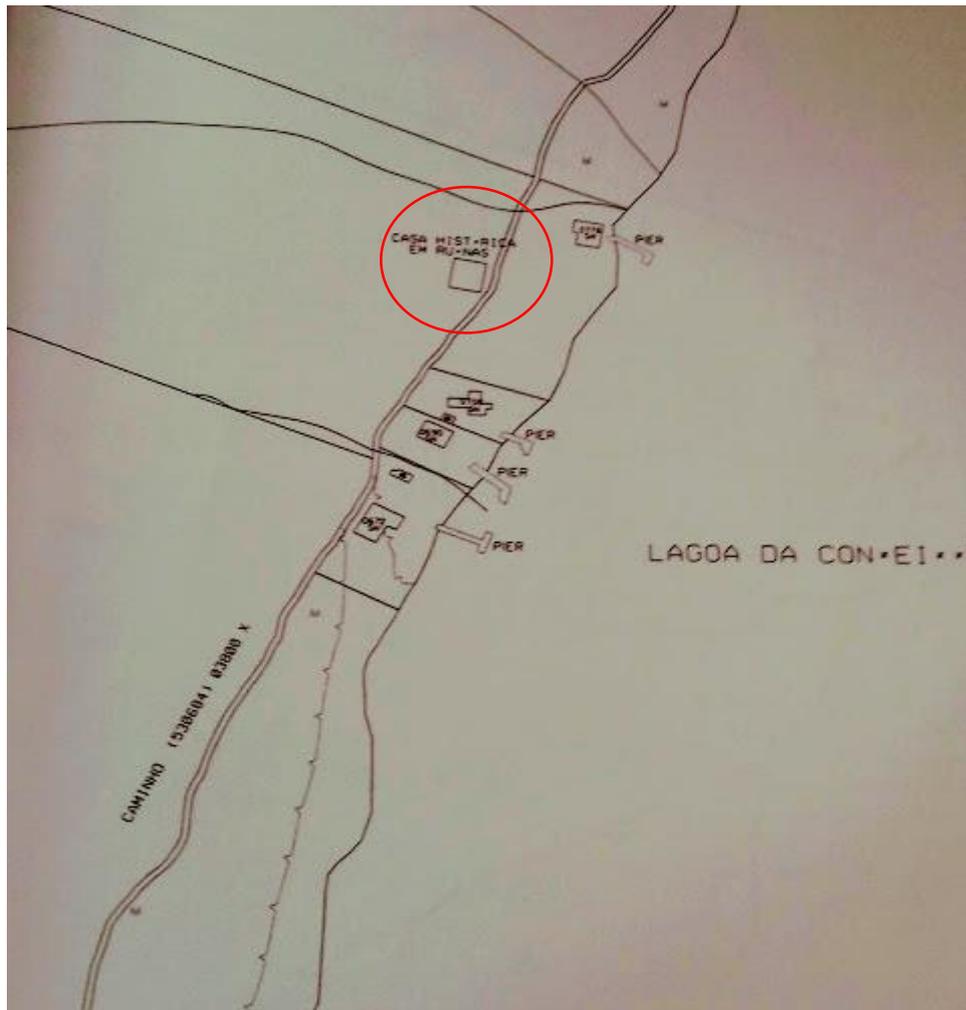
Próximo à beira da lagoa existe uma edificação onde antigamente funcionava um engenho de farinha e era parte integrante de um conjunto com o Casarão da Dona Loquinha, e levava o nome do seu antigo proprietário: Engenho de farinha do “Seu Casemiro”. Segundo o **Inventário Histórico /Arquitetônico - Caminho da Costa da Lagoa**, o engenho funcionou até meados de 1976 (IPUF/SEPHAN, 1985), esta edificação foi totalmente descaracterizada pela intervenção que passou quando da aquisição do conjunto pelos atuais proprietários.

Quanto ao Casarão, os novos proprietários não realizaram nenhum tipo de intervenção de forma que atualmente a edificação encontra-se em péssimo estado de conservação, segundo justificativa inserida no documento: **Projeto de Restauração Do Antigo Sobrado “Dona Loquinha”**, realizado pelo IPUF,

A responsabilidade da preservação é dos proprietários, exceto quando os mesmos comprovadamente não dispuserem de recursos. Neste caso, o Município realizará as obras levando a débito dos proprietários o valor da obra, ou solicitará ao Prefeito Municipal, a desapropriação do bem (art.20º da Lei Municipal nº 1202/74) (IPUF).

De acordo com o mesmo documento acima citado “os proprietários pretendem doar o antigo sobrado ao município de Florianópolis e sua área de entorno imediato, pois alegam não dispor de recursos financeiros suficientes para sua restauração e manutenção.” Diante de todos esses impasses sobre este importantíssimo patrimônio, o Casarão da Dona Loquinha se “[...] justificam a urgência de obra emergencial no imóvel para interrupção do processo de degradação do monumento, atualmente exposto a ação de intempéries e de vandalismo”.

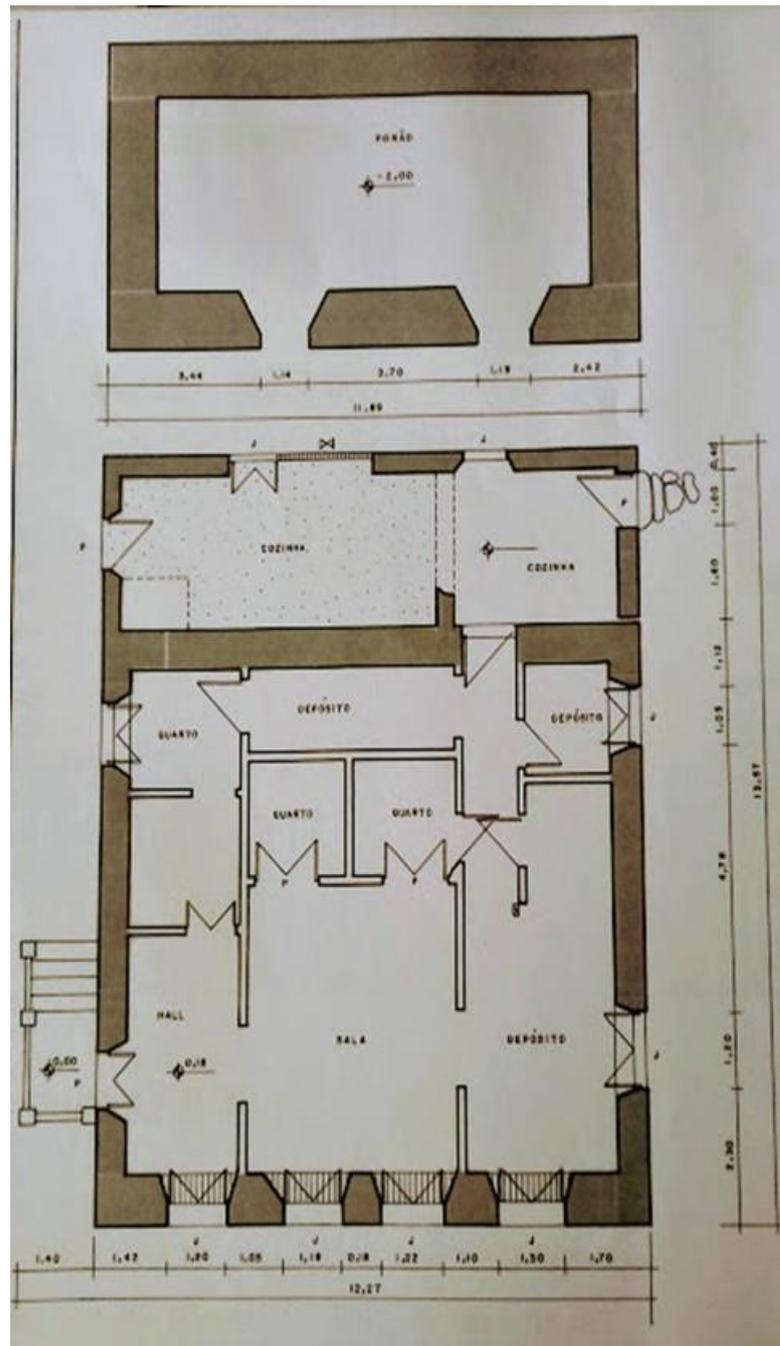
Figura 8 Casarão da Dona Loquinha - Implantação



Fonte 8 Arquivo IPUF/SEPHAN

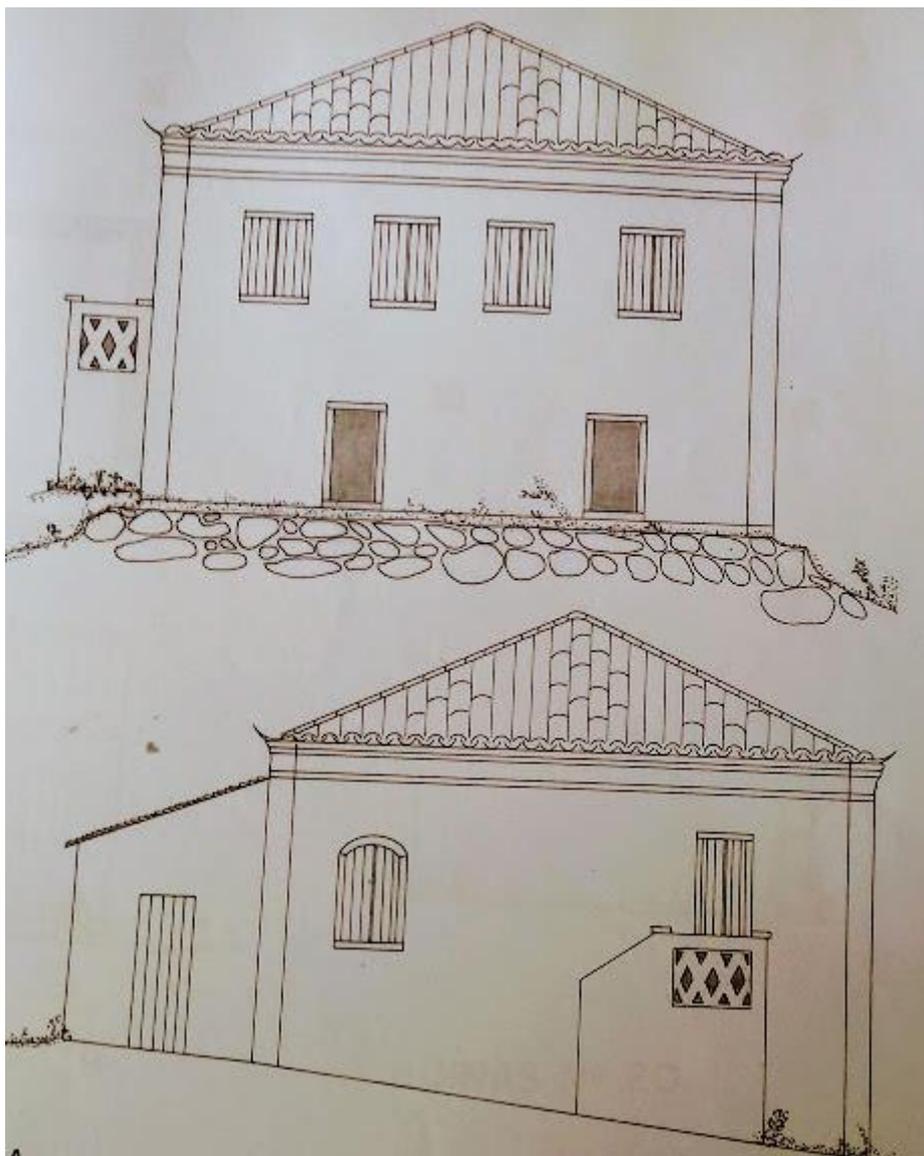
Em seus aspectos arquitetônicos o sobrado possui cobertura em quatro águas com telhas do tipo capa e canal com acabamento em peito de pomba (tipo de acabamento de telhado característico do período colonial), é composto por piso térreo e porão e ainda guarda características originais de implantação, com exceção da área onde se localizava a cozinha que era acoplada aos fundos da edificação e que hoje em dia não existe mais. O porão foi construído de forma a aproveitar a declividade do terreno, e as paredes externas construídas em alvenaria de pedras, barro e óleo de baleia. Na fachada frontal voltada para a lagoa é composta por quatro janelas correspondentes ao piso térreo e duas portas de acesso ao porão. A entrada principal para o piso térreo do sobrado se dá pela fachada lateral voltada para o sul, sendo acessada por escada de pedra que possuía guarda corpo em alvenaria de tijolos vazados hoje inexistente.

Figura 9 Casarão da Dona Loquinha - Planta baixa: Porão e Piso térreo. Desenho de 1985



Fonte 9 Arquivo IPUF/SEPHAN

Figura 10 Casarão da Dona Loquinha: Fachada Frontal Lateral Sul. Desenho de 1985.



Fonte 10 Arquivo IPUF/SEPHAN

As iniciativas feitas pelos órgãos competentes em levar adiante a preservação e recuperação do Casarão da Dona Loquinha, são ineficientes e acabam por se arrastar ao longo do tempo, como se pode perceber, desde a época das primeiras ações à nível de leis, decretos e projetos, como por exemplo, o tombamento do Caminho da Costa da Lagoa pelo Decreto Municipal nº 247/1986, que partiu da iniciativa de um cidadão em realizar uma justificativa de tombamento alguns anos antes; nenhuma ação efetiva foi feita no sentido de se dar o devido respeito ao Patrimônio Cultural e as leis que o regem, haja visto que das edificações que existiam no Caminho da Costa da Lagoa à época do tombamento, sobraram algumas ruínas e algumas não existem mais. No caso do Casarão da Dona Loquinha o mesmo descaso e desrespeito vêm ocorrendo ao longo

destes trinta e dois anos desde o Decreto até os dias de hoje, em que este precioso exemplar da arquitetura colonial brasileira espera pelo devido cuidado enquanto se degrada a cada dia.

Figura 11 Casarão da Dona Loquinha - Fachada Frontal - situação atual



Fonte 11 Arquivo Pessoal da Autora

Figura 12 Casarão da Dona Loquinha - Fachada Lateral Sul - situação atual



Fonte 12 Arquivo Pessoal da Autora

O Casarão da Dona Loquinha se caracteriza no escopo desta pesquisa, como já dito anteriormente: como o seu embrião, foi a partir deste monumento que surgiu a ideia

do TCC, no sentido de visualizá-lo como um ponto central e irradiador da cultura local, pelos diversos aspectos que esta importante obra arquitetônica apresenta na sua totalidade: como patrimônio histórico/cultural composto de atributos materiais e imateriais, também pela sua localização central em relação ao Caminho Geral da Costa da Lagoa, o que faz com que aumente ainda mais sua posição de centro irradiador. Nesse sentido e pelo vislumbre dos moradores da comunidade que unanimemente consideram a edificação como um patrimônio valioso da história e cultura local, constatado pela pesquisa feita em campo, na voz da pesquisa podemos citar alguns dizeres e querer expresso pelos moradores: “o casarão precisa ser restaurado e legalmente oficializado como patrimônio, para uso de promoção do bem estar da cultura local”; “abertura do casarão para visita”; “primeiro a reconstituição, depois a utilização para cursos, reuniões, palestras, teatro, projetos culturais”; “casarão pode ser usado como museu”; “para os bens materiais, a oficialização de seus usos para visita pública (museus, por exemplo)”. Nestas palavras dos moradores estão presentes algumas das premissas do patrimônio cultural, no que diz respeito ao seu caráter de agente social, quando ao fazer uso dos patrimônios tombados se concretiza a manutenção e conservação dos bens patrimoniais de forma dinâmica, viva, e produtora de transformação e desenvolvimento. Nesse sentido se justificando a utilização do Casarão da Dona Loquinha como sede física de um espaço museológico para a comunidade, onde os moradores possam salvaguardar a memória de seus antepassados de forma a revivê-la no presente e conduzi-la para as gerações futuras, neste espaço permeado de memórias históricas, culturais e afetivas com características de Local de Memória e Área de Interesse Cidadão como previsto no Plano Diretor do Município de Florianópolis.

Figura 13 Placa localizada em frente ao Casarão da Dona Loquinha.



Fonte 13 Arquivo Pessoal da Autora

4 CAPÍTULO 3 A MUSEALIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA NOVA MUSEOLOGIA COMO APARATO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA COSTA DA LAGOA – POSSIBILIDADES

4.1 Novos museus, novas possibilidades.

Na dinâmica das relações sociais e mudanças que ocorrem ao longo da evolução da sociedade, no tocante ao território e seu patrimônio cultural, também os museus participam destas transformações e ampliações, pela sua ligação direta com o patrimônio cultural, a memória social e as identidades. Ao longo do tempo esta instituição chamada “museu”, cuja denominação origina do termo grego *mouseion* (templo das musas; as musas eram as filhas de *mnemosine*, deusa que simbolizava a memória); evolui sob os diversos aspectos que envolvem a sua complexidade, como instituição que tem como finalidade primordial ser guardiã da memória. Muitas vezes o museu é relacionado ao espaço físico onde está estabelecida a instituição, isto é, o local onde estão armazenados e expostos os objetos que testemunham a cultura material e imaterial do homem e seu ambiente (DESVALLÉES, MAIRESSE; 2013).

Figura 14 Apolo e as Musas no Monte Parnaso



Fonte 14 Site Museus e Museologia (Internet)

Como uma definição de referência para a comunidade internacional de museus o International Council of Museums - ICOM adotou em 2007, em Viena, Áustria:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007).

Alguns teóricos do campo de estudo da museologia pontuam que esta definição de museu do ICOM é permeada por um contexto ocidental além de ter caráter e conceitos normativos, os mesmos acreditam que o museu pode ser definido com maior amplitude e acrescentar outras potencialidades ao conceito, como: uma instituição museal permanente a contemplar a noção do museu como produtor de conhecimento; dar aos objetos de museu o status de signos para interpretar fatos ausentes; ver o museu como “lugar de memória”; ou como um fenômeno que engloba as instituições os diversos lugares ou os territórios, as experiências ou mesmo os espaços imateriais. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013)

Portanto a visão de museu vem ao longo do tempo se modificando para uma perspectiva mais abrangente onde o museu passa a cooptar funções que complementam

as suas funções básicas, de maneira que o museu se amplia em direções diversas, tanto do ponto de vista da instituição e suas práticas internas, como dos seus espaços físicos e raios de abrangência efetivos no que diz respeito às ações desenvolvidas pelas instituições. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, já citada na presente pesquisa, lançou no ano de 1972 as primeiras prerrogativas do “museu integral”, envolvendo a instituição museu com a sociedade de uma forma mais democrática deixando de ser uma instituição fechada e elitista, e considerando que o museu contribua para o desenvolvimento sociocultural e econômico da sociedade a que serve, como instrumento de transformação social.

Desta forma surgem também novas tipologias de museus que extrapolam as paredes e os muros dos museus e expandem suas atividades para além do prédio do museu propriamente dito. Dentro destas novas perspectivas de ruptura acontece o movimento da Nova Museologia, iniciado em 1984, em que se afirmam e se incorporam as questões da museologia em contraponto com o desenvolvimento comunitário de forma mais ativa, para além das formas de pensar tradicionais dos museus encerrados em espaço fechado; para uma visão espacial mais abrangente envolvendo o território.

A partir destas evoluções, os museus acompanham os avanços científicos, tecnológicos e sociais da humanidade, trazendo para as instituições novos conceitos e visões, como: ecomuseologia, museologia comunitária e outras formas ativas de museus. Atualmente, na visão de Hugues de Varine, a Nova Museologia:

[...] toma formas diferentes de acordo com o país e com os contextos, é essencialmente um movimento de museólogos que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades da população. Aliás, ela não reúne apenas museólogos ou profissional de museus em geral, mas igualmente professores e educadores, agentes de desenvolvimento, filósofos, sociólogos, pessoas que, de boa fé, pensam que o patrimônio é um recurso essencial e que a cultura é uma dimensão primordial do desenvolvimento e que, portanto, temos necessidade de instrumentos para conhecer e utilizar esse patrimônio, não para o prazer de alguns, mas no interesse de todos (VARINE, 2013, p. 182).

Sob esse ponto de vista o museu passa a ser visto como um instrumento útil e eficaz de informação e desenvolvimento local, segundo Varine (2013, p.172) “um meio de administrar de modo dinâmico o patrimônio global de uma comunidade humana e de seu território”.

Neste contexto surgem os princípios do ecomuseu “uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento

das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação.” (BARBUY, 1995, p.209).

As primeiras experiências de ecomuseus surgiram na França em consonância com o movimento de renovação museológica do pós-guerra, quando alguns profissionais da área trouxeram reflexões e ações frente à democratização dos museus, no sentido de envolver a sociedade nos processos museológicos. Heloisa Barbuy cita em seu artigo: **A conformação, dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise**, pensamentos e ações de teóricos que contribuíram para estas renovações museológicas,

[...] Mathilde Bellaigue define quatro elementos como constitutivos dos ecomuseus: o território, a população (como agente), o tempo e - o patrimônio. E acrescenta: "quando falamos de patrimônio, falamos de patrimônio total: tanto as paisagens, sítios, edificações, como os objetos que são portadores de história ou de memória" (Bellaigue 1993: 75). [...] Georges Henri Riviere, provavelmente a mais importante figura do movimento francês de renovação museológica do pós-guerra, foi o responsável pela criação de muitos museus e ecomuseus na França e em outros países e deu importância absoluta aos acervos como portadores de informação, assim como de carga simbólica e afetiva (BARBUY, 1995 p. 211).

O termo “ecomuseu” traz em si algumas derivações, podendo estar atribuído a um qualitativo que define a principal característica ou realidade a qual se insere o museu, como por exemplo, museu comunitário, museu de território, museu de sítio (arqueológico, industrial, etc.), museu de percurso. Sendo primordial nestas tipologias de museus que se considere; o patrimônio global de uma comunidade ou território; um processo longo e lento que acompanha o desenvolvimento; a participação permanente da comunidade em todos os processos; ser uma fonte aberta de transmissão cultural (VARINE, 2013).

Para contextualizar e se ter uma ideia da prática de ecomuseus trazemos como exemplo para a pesquisa o Ecomuseu Municipal do Seixal em Portugal, seu território integra oito sítios e gere três embarcações tradicionais, sua estrutura é baseada em atividades no território referido, na preservação dinâmica do patrimônio e na participação da população e das comunidades. O museu foi criado e aberto ao público como Museu Municipal do Seixal em 1982 e denominado Ecomuseu em 1983, o qual tem por missão:

[...] investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável (ECOMUSEU

DO SEIXAL, 2018).⁶

Figura 15 Detalhe de embarcação. Ecomuseu do Seixal



Fonte 15 Site Ecomuseu do Seixal⁷

Segundo opinião de uma diretora do Ecomuseu do Seixal, Dra. Graça Filipe, este tipo de empreendimento ancorado na territorialidade e relação com a comunidade e sua identidade, que envolve estratégias de desenvolvimento integrado com respeito a utilização, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural e das memórias coletivas, é um trabalho ambicioso, pela extensão de competências entre município e tutela do patrimônio em consonância e compromisso com a comunidade. Além disso, a diretora considera o caráter de mutação e dinâmica do patrimônio, de forma que o Ecomuseu precisa estar em constante busca de novas e aprofundadas parcerias para sua gestão (VARINE, 2013).

Um exemplo brasileiro de ecomuseu pautado em aspectos comunitários é o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, criado em 1995, situado na cidade do Rio de Janeiro, se estende pelo bairro de Santa Cruz em um território com área de cerca de 125 km², numa estrutura dividida em sete núcleos. Santa Cruz é formada por terrenos de terras de aluvião, mangues e áreas edificadas, sua cobertura vegetal majoritária é de Mata Atlântica. O Ecomuseu de Santa Cruz prioriza a

⁶ ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. Disponível em: < <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal> > Acesso em: 22 out. 2018.

⁷ ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. Disponível em: < <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal> > Acesso em: 22 out. 2018.

participação da comunidade em sua gestão, em compartilhamento com o poder público e diversos atores locais, tem como missão:

[...] a valorização, preservação, pesquisa, documentação e comunicação do patrimônio do bairro de Santa Cruz. Este museu fomenta a participação comunitária nos processos de musealização e a gestão compartilhada do patrimônio com finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos grupos culturais envolvidos no processo. Traduz o conceito de patrimônio a partir da pluralidade e integralidade das relações humanas com o real, respeitando a não-hierarquização e a diversidade das referências culturais (ECOMUSEU DE SANTA CRUZ, 2018).⁸

Figura 16 Patrimônio intangível do Ecomuseu de Santa Cruz Desfile do G.R.E.S. Acadêmicos de Santa Cruz (2015).



Fonte 16 Site do Ecomuseu de Santa Cruz⁹

Segundo Hugues de Varine (2013, p. 183), no caso do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, [...] o termo “comunitário” diz mais sobre a realidade do museu que o termo “ecomuseu”, o que denota a inserção qualitativa de acordo com a concepção deste museu que explicita em sua missão a participação da comunidade nos processos de musealização e gestão do museu.

Os exemplos de ecomuseus acima citados, assim como os ecomuseus em geral; são concebidos conforme a natureza de seus patrimônios e suas comunidades, e por isso cada qual se diferencia pelas suas particularidades não havendo um modelo ou regra,

⁸ SITE ECOMUSEU DE SANTA CRUZ. Missão. Disponível em: < http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/ecomuseu_de_santa_cruz > Acesso em: 21 out 2018.

⁹ SITE ECOMUSEU DE SANTA CRUZ. Missão. Disponível em: < http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/ecomuseu_de_santa_cruz > Acesso em: 21 out 2018.

podendo cada museu apresentar as soluções e ideias que se adequem às necessidades de desenvolvimento das comunidades a que se destinam (VARINE, 2013)

Assim surgem muitas denominações para as tipologias dos ecomuseus, como museu de território que também podem ser considerados museus de percurso, estas tipologias de museus tem por premissa básica a valorização do território envolvido, com o intuito do desenvolvimento social, onde a porção territorial é vista em sua expressão total. Os patrimônios culturais materiais e imateriais; a comunidade e sua dinâmica através dos tempos: passado, presente e futuro perfazem a história do território em questão, sendo que os museus atuam como ferramentas para organização e interpretação deste acervo global e estão a serviço da comunidade que acompanha e vive o processo, pois são as pessoas que habitam o território que o conhecem efetivamente. O museu comunitário está ligado aos aspectos de expressão de determinada comunidade, podendo ou não estar relacionado a um território em seu sentido físico/geográfico, em geral está ligado a um grupo social humano que forma a comunidade, sendo o museu o instrumento de desenvolvimento que irá gerir, além do patrimônio, as ideias, os projetos, as produções de forma independente, avaliando suas necessidades e selecionando suas prioridades e suas contestações a fim de debatê-las e apresentá-las conforme a ideologia e identidade da comunidade em questão (VARINE, 2013).

A respeito dos ecomuseus comunitários Heloisa Barbuy (1995, p. 221) faz o seguinte comentário: “É verdade que, ao longo do tempo, vários ecomuseus foram criados sobre bases associativas e representam, hoje, uma gama de ecomuseus denominados comunitários, colocando-se, em muitos casos, como centros de resistência cultural”. Nesta perspectiva de resistência muitos museus são criados, como é o caso do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU) em Belo Horizonte e o Museu da Maré no Rio de Janeiro que são expressões de culturas invisibilizadas pela sociedade e que dentro das visões dos movimentos da Nova Museologia se incorporaram a função social dos museus na perspectiva da Museologia Social.

Figura 17 Exposição de objetos do MUQUIFU



Fonte 17 Internet (site do museu MUQUIFU)¹⁰

No Brasil, uma importante iniciativa foi criada no ano de 2009, no âmbito das atividades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em articulação com a Política Nacional de Museus e o Plano Setorial de Museus; o chamado Programa Pontos de Memória que trabalha na perspectiva da Museologia Comunitária compreendendo os museus como espaços de formação política e transformação social dos indivíduos e comunidades. Os Pontos de Memória trabalham com a idéia de processos museais partidos do seio das comunidades, com objetivo de reconhecimento e valorização da memória social, de maneira que seus anseios de memórias estejam expressos nas narrativas destes processos museais que são desenvolvidos por metodologias, em diálogo com a comunidade e uma diversidade de atores e agentes ligados às questões patrimoniais dentre eles o IBRAM. Nas etapas previstas na metodologia utilizada para a implementação dos Pontos de Memória se inclui a metodologia de Inventário Participativo, processo em que as comunidades tomam as decisões quanto à identificação, seleção, registro, formas de preservação e difusão dos bens culturais que consideram referências significativas de suas memórias e identidades,

¹⁰ NO MUQUIFU AS PAISAGENS MUDAM E A CULTURA RESISTE! Padre Mauro Luiz da Silva1
<https://www.google.com.br/search?q=Museu+de+territ%C3%B3rio+e+comunit%C3%A1rio%2C+Muquifu&rlz=1C1GGRV_enBR751BR751&oq=Museu+de+territ%C3%B3rio+e+comunit%C3%A1rio%2C+Muquifu&aqs=chrome..69i57j69i64.2727j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

esse processo contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e apropriação cultural dos indivíduos e comunidades.

O programa criou diversos Pontos de Memória, como exemplo o Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, situada na região leste de Porto Alegre - RS, que realiza diversas atividades em seu território, uma das principais ações do museu, o Lomba Tur (Figura 18), se trata de um passeio que percorre o bairro em pontos significativos elencados pelos moradores, a região conta com cerca de 70 mil habitantes e atua de forma que:

[...] desenvolve um trabalho de fortalecimento da memória e patrimônio junto às escolas, famílias e entidades associativas, servindo de ponto de partida para novos inventários, produção de músicas, imagens, pesquisas e transformações locais. [...] A partir da iniciativa foram identificados 60 pontos culturais estratégicos que unem as 26 vilas que formam a região. Dentre eles, destacam-se o Sítio Arqueológico Boqueirão, as comunidades indígenas Charrua, Kaingang e M'byá Guarani, a Vinícola Bordignon, a Represa Lomba do Sabão, a Associação dos Amigos da Vila São Francisco, o Centro Hípico Recanto do Pinheiro e o próprio museu comunitário (IBRAM, 2016, p. 40).

Figura 18 Atividade do Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro – Lomba – Tur.



Fonte 18 Internet - Portal Aprendiz

Outro exemplo é o Ponto de Memória - Casa Linhares em Balneário Camboriú - SC, que objetiva a valorização da memória e história, salvaguardar o patrimônio histórico e cultural, e o desenvolvimento do turismo e comércio da região. Segundo *site* da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, a quem o Ponto de Memória é vinculado, foram escolhidos pela comissão de trabalho eleita pela comunidade os temas de

interesse, como: populações indígenas, o mundo da pesca artesanal, lendas, contos e tradições, veranejar, caminho da roça, ofícios e mestres dos saberes entre outros.

Figura 19 Ponto de Memória - Casa Linhares em Balneário Camboriú - SC



Fonte 19 Site: Fundação Cultural de Balneário Camboriú.

A relação dos museus com o meio ambiente e a paisagem também foi ampliada com as novas práticas no campo do Patrimônio e da Museologia por conta das suas imbricações com o território, além das novas demandas da sociedade com relação a preservação ambiental, surgindo assim os chamados museus ao ar livre ou museus a céu aberto. Porém esta relação entre museus e meio ambiente já podia ser observada no século XIX nos jardins botânicos e museus de história natural, além dos movimentos pós-guerra de conscientização ambiental por conta das grandes devastações ocorridas nas cidades (CHAGAS, 2014).

O Museu ao ar Livre Princesa Isabel, localizado na cidade de Orleans - SC, segundo o site da instituição “[...] é o primeiro do gênero na América Latina [...] é uma instituição de caráter tecnológico, histórico e documental que preserva, pesquisa e divulga a cultura material de diversas etnias, destacando um acervo proveniente da imigração em Orleans e região sul de Santa Catarina”.

Figura 20 Museu ao Ar Livre de Orleans



Fonte 20 Site do Museu-Internet

Outra forma de preservação e difusão do patrimônio e da paisagem cultural é o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural criado pelo IPHAN, que atribui um selo de reconhecimento de porções singulares de território que tenham representatividade de identidade entre o ambiente natural e a cultura humana, sendo uma decisão tomada e requerida de forma democrática de acordo com a vontade dos grupos no sentido de proteção da paisagem, podendo ser requerida por qualquer pessoa natural ou jurídica (IPHAN, 2009).

Sobre a questão da paisagem cultural e desenvolvimento sustentável o museólogo Mário Chagas comenta: a gestão da Paisagem Cultural inclui, além da proteção, a valorização e dinamização dos patrimônios ambientais e culturais em perspectivas de desenvolvimento local (CHAGAS, 2014).

Estas são algumas das maneiras de se pensar e fazer os museus na contemporaneidade, como se vê, todas visam o desenvolvimento social e cultural das populações, e objetivam a geração de conhecimento e transformação social.

4.2 Vontade de memória da comunidade da Costa da Lagoa: a voz da comunidade e possibilidades de musealização do seu território e patrimônios

Para a escrita deste subitem serão utilizados os dados colhidos em campo na comunidade da Costa da Lagoa para esta pesquisa, onde moradores da comunidade responderam a um questionário contendo questões relacionadas ao território e ao patrimônio cultural e ambiental; contrapondo e contextualizando com as teorias da área da museologia contemporânea e possibilidades de intervenções para o território desta comunidade. Os questionários foram produzidos em formato impresso e entregues aos moradores, tendo sido tabulados e avaliados na pesquisa trinta e nove formulários. O questionário e tabulação dos dados encontram-se na seção de anexos da pesquisa, para a tabulação dos dados das questões discursivas as respostas foram sintetizadas em blocos nas tabelas, de acordo com as semelhanças e compatibilidade dos temas explicitados pelos entrevistados.

É possível perceber ao longo desta pesquisa que todas as questões abordadas: território, patrimônio, memória, identidade, museus, museologia, entre outras, estão em constantes transformações, que de fato evoluem individualmente, mas também de forma imbricada e compatíveis umas com as outras, este fato obviamente amplia as possibilidades, tornando-as vastas. Estas evoluções vistas na teoria também são perceptíveis na prática e dinâmica da vida, e da vida em sociedade, observando os dados da pesquisa de campo no Bloco 1, que se refere aos dados pessoais dos moradores entrevistados, os quais na maioria estão na faixa entre 21 a 60 anos como registrado na Tabela 1, quanto ao tempo de residência destes moradores na comunidade da Costa da Lagoa, apresentou-se variação entre três anos e sessenta e cinco anos de moradia no local, sendo que o morador entrevistado mais velho tem 65 anos de idade e reside na comunidade desde seu nascimento, a moradora com menor tempo de residência está a três anos na comunidade, sendo nascida em outro Estado, o que sinaliza as dinâmicas e fluxos que ocorrem dentro da comunidade. Na Tabela 3, pode-se ver que o tempo de moradia dos entrevistados na comunidade, em grande parte está, entre 21 e 40 anos de residência, pressupõe-se que a maioria dos entrevistados possui conhecimento sobre o território.

O território da Costa da Lagoa se dá ao longo das margens da Lagoa da Conceição, as denominações das vilas, locais, e a numeração dos pontos de embarque e desembarque do transporte lacustre (trapiches) são as referências de localização para os

moradores e também para os visitantes e turistas, a Tabela 5 mostra a quantidade de moradores entrevistados por pontos, locais e vilas. A maioria dos moradores entrevistados, em número de quatorze; reside na Vila Verde, a qual é povoada por pessoas nascidas na Costa da Lagoa e considerável quantidade de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, nesta localidade algumas pessoas solicitaram participar da pesquisa, o que acarretou na maior quantidade de questionários neste local, em seguida aparecem os entrevistados da Praia Seca em número de oito, a Vila com seis, a Baixada com quatro e o Ponto 18 com três; estas quatro localidades se situam entre o trapiche 13 e o trapiche 18 e podem ser consideradas como a parte mais populosa da Costa da Lagoa, com moradores na sua maioria nascidos na região e que juntas somam 21 pessoas entrevistadas. Estes diferentes locais, vilas e pontos (trapiches) são portadores de características que os fazem singulares entre si, ao seguir pelo caminho Geral percebe-se uma diversidade de tipologias de patrimônios culturais e naturais, em meio à atmosferas paisagísticas e sensoriais também diversificadas que se apresentam pelo percurso, podendo ser vistas como um acervo dentro de um panorama museológico e museográfico a céu aberto. Estas diferentes identidades entre os locais são as partes que formam o todo; compõem entre si o DNA do território e da comunidade da Costa da Lagoa e refletem as sucessivas camadas evolutivas ao longo das mudanças ocorridas com o passar do tempo e encerram diversas narrativas e memórias. A diversidade e complexidade de interesses existentes dentro do território é um fator importante a ser considerado em uma proposta de musealização e preservação do patrimônio pois estas diferenças são fatores passíveis de concorrência e até mesmo conflitos entre os grupos (VARINE, 2015).

Estando a Costa da Lagoa situada em um território que abrange leis de proteção ambiental e se caracteriza como Área de Preservação Permanente, é por assim dizer um patrimônio em si mesmo, e dentro da perspectiva de atuação contemporânea dos museus, os mesmos assumem novas responsabilidades, segundo colocação de Rocha (2015, p. 108) no artigo: **Patrimônio Meio Ambiente e Museologia de Relações: reflexões sobre um patrimônio no devir**, “[...] os museus encontram-se na difícil tarefa de “tomar posição” ou pelo menos discutir o enfrentamento da conservação de um meio ambiente que se efetiva no devir”, que é absolutamente consonante com a ideia da preservação do patrimônio através do seu uso e transformação, em prol do desenvolvimento local e seu fluxo permanente. Dessa forma os museus contribuem com suas práticas e fazeres e se adaptam a novas e diversas realidades,

[...] se a conservação é um dos pilares dos museus voltados para a questão ambiental, o patrimônio “Meio Ambiente” encontra na dimensão ética um campo fértil para o trabalho museológico, no qual saberes, práticas e valores se amalgamam e circulam na esfera pública, subsidiando as ações concretas nos contextos de diferentes formas de vida. Ações estas que espelham os diferentes grupos culturais e as formas de conceber e vivenciar a relação com o meio ambiente de determinadas identidades coletivas. E, por que não dizer, espelham as formas de valorar e configurar esta relação ou aquilo que podemos nomear um “patrimônio ético” (ROCHA, 2015, p. 109).

A citação acima se aplica ao que ocorre com a população da Costa da Lagoa, que se mescla entre os nascidos na comunidade e os não nascidos, e possibilita uma reflexão no que diz respeito a questão da diversidade cultural e das transformações do território ao longo do tempo. Foi possível perceber que os moradores entrevistados possuem um conhecimento do território e sentimento de pertencimento, independentemente do tempo de residência e localidade ou vila específica que residem, também se percebe que há um interesse relevante tanto dos moradores antigos como dos novos moradores pela preservação dos patrimônios.

As indagações feitas no Bloco 2 do questionário aplicado na comunidade da Costa da Lagoa se referem a impressão que os moradores têm de sua comunidade, uma das questões busca trazer através das respostas individuais, uma visão que sintetize uma ideia quanto a imagem que os moradores fazem do local onde vivem, o urbanista Kevin Lynch em seu livro **A imagem da cidade**, considera que a sobreposição das ideias individuais se aproxima de uma imagem global,

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos. Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente (LYNCH, 1997, p. 51).

A imagem que os habitantes têm de sua comunidade é um fator relevante para esta pesquisa, no sentido de avaliar o reconhecimento e o grau de valorização que os mesmos possuem de seu patrimônio cultural e natural, e do território em que vivem. Com intuito de se obter informações sobre como é visto o território da Costa da Lagoa pelos seus habitantes foram apresentadas frases como alternativas para possíveis

imagens da comunidade da Costa da Lagoa (Tabela 6), a maioria dos moradores assinalou que todas as alternativas apresentadas representam a imagem que fazem da sua comunidade. A Tabela 7, mostra em termos gerais, e levando-se em conta cada opção dada, que as respostas praticamente se equiparam, ficando em maior evidência a opção “um local de belezas naturais” como a mais apontada dentre as ideias, o que leva ao entendimento de que há uma atenção e valorização por parte da comunidade para os aspectos do patrimônio natural.

Também foi questionado aos entrevistados se além das alternativas dadas teriam outras ideias de imagens para a Costa da Lagoa, ao responderem de forma discursiva os moradores fizeram referências quanto a ser um local tranquilo, um local que preserva características tradicionais, um local de difícil acesso, lugar tradicional, e tradicional que se adapta às novas realidades (Tabela 8). Os agrupamentos inscritos na Tabela 8 sintetizam as características de maior incidência nas respostas, onde se vê a maioria de referências ao patrimônio natural e igual quantidade de referências aos aspectos da preservação das peculiaridades das manifestações culturais materiais e imateriais. Este dado sobre o patrimônio material e imaterial que se mostrou de maneira espontânea por parte dos moradores revela que existe um senso de valorização do patrimônio cultural.

Em seu contexto total as respostas apresentam diversos elementos presentes na descrição da imagem, como por exemplo, a água, o ar limpo, o transporte por meio de barcos, a ausência da poluição sonora, o linguajar diferenciado, núcleos familiares centenários, cenário de paraíso, local tranquilo bom para as crianças, etc. Estes elementos são os fragmentos do patrimônio que formam o todo e se expressam nas imagens feitas pelos moradores, e devem ser levados em consideração como subsídios úteis e imprescindíveis dentro de um plano de desenvolvimento de ações de preservação nos moldes da museologia contemporânea. De forma geral, a imagem que os moradores da Costa da Lagoa dizem ter da sua comunidade demonstra que existe um consenso quanto a ser um local que tem valor de preservação cultural e ambiental, o que é uma constatação importante para esta pesquisa.

Além da questão da própria imagem que os entrevistados possuem da sua comunidade, foi levantada a questão de como acham que a comunidade é vista pelos “olhos de fora”, isto é, num contexto abrangendo a cidade de Florianópolis, o estado e o país, como alternativas dadas na pergunta; no que 97,37% dos moradores entendem que a Costa da Lagoa é um local de referência para o país como registrado na Tabela 9, uma pessoa deixou a resposta em branco e um dos entrevistados em observação escrita

pontuou que considera a Costa da Lagoa como referência cultural para o mundo. Esta questão denota que existe uma conscientização por parte dos moradores quanto a importância que a localidade da Costa da Lagoa tem em um contexto abrangente, e dá indícios de autoestima elevada.

A pesquisa de campo também buscou investigar entre os moradores a respeito de lembranças significativas referentes a bens culturais envolvendo lugares, edificações, pessoas, ofícios, que porventura quisessem descrever, com intuito de se fazer um registro das memórias individuais e coletivas. A maioria dos entrevistados manifestou ter lembranças que se relacionam aos bens culturais como demonstra a Tabela 10, as lembranças mais citadas são associadas aos bens edificados, entre os mais lembrados estão o casarão da Dona Loquinha, e os engenhos de farinha e de cachaça respectivamente; após as lembranças das edificações seguem as associadas aos festejos religiosos e culturais, como a cantoria de terno de reis, a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e a Farinhada no engenho, sendo que esta última é lembrada frequentemente pelos moradores mais recentes por ser uma manifestação que aconteceu em tempos mais atuais, mas também incorporada pelos os moradores antigos como foi percebido na pesquisa. A respeito das recordações que envolvem as pessoas, algumas respostas estão associadas aos bens edificados, como no caso da antiga moradora do casarão, Dona Loquinha, que aparece como uma personagem que contava muitas histórias e que alguns dos entrevistados chegaram a conhecer pessoalmente, além de ter seu nome atrelado a sua antiga morada; no caso dos engenhos foram lembrados os donos dos mesmos, em análise haveria um aumento no percentual das lembranças aos bens edificados, que na tabulação dos dados foram considerados como lembranças envolvendo as pessoas. Entre os relatos das lembranças aparecem também alusões consideráveis ao saber-fazer, como a confecção de balaios, canoas e equipamentos de pesca, a própria pesca, a renda de bilro, entre outros; e lembranças aludindo a bens culturais imateriais, como as benzedeiras, lendas de bruxas e lobisomens, as histórias de pescadores e histórias na memória dos mais antigos.

A análise a respeito das lembranças evidencia que os patrimônios culturais da Costa da Lagoa comprovam a sua condição de suporte de memórias, além de comprovar que as memórias individuais e coletivas constroem a identidade da comunidade da Costa da Lagoa, tendo em vista que as memórias e lembranças são repletas de pontos invariáveis, o que confirma na prática algumas teorias apresentadas pela pesquisa bibliográfica deste trabalho, em capítulos anteriores.

Ainda investigando sobre as impressões dos moradores a respeito da sua comunidade foi questionado quanto às mudanças ocorridas na paisagem natural e cultural da Costa da Lagoa, sendo que, conforme registro na Tabela 11, observa-se que 64,10% dos entrevistados considera que ocorreram muitas mudanças ao longo do tempo. As maiores mudanças percebidas pelos moradores está no tocante aos aspectos culturais e históricos, foram apontadas questões relacionadas às atividades culturais como um todo incluindo as plantações, os engenhos, as manifestações religiosas (pão por Deus, terno de reis, festa de Navegantes), a perda da identidade cultural e a questão do transporte. Outra mudança bastante apontada na pesquisa são as modificações na ocupação do Caminho Geral, como o aumento de moradias, a população crescente, a arquitetura das casas e a falta de limpeza do caminho; além disso, também aparecem nas respostas o desmatamento e as mudanças no ambiente natural; assim como as mudanças em consequência do turismo.

Quanto aos impactos causados pelas mudanças, a Tabela 12 registra que 75,76% dos moradores considera que são tanto positivas como negativas, a dinâmica e o desenvolvimento socioeconômico, a perda da identidade cultural pela não preservação da memória, respectivamente, são exemplos apontados pelos entrevistados e indicam que os moradores percebem perdas e ganhos em seu território no que diz respeito ao espaço físico e à dinâmica socioeconômica. Sob o ponto de vista da transformação do patrimônio como recurso de desenvolvimento social é possível que haja ganhos significativos para a comunidade, mas para isso é necessário uma gestão que garanta a preservação e ao mesmo tempo a evolução dos bens culturais, no sentido de que se tornem vivos e dinâmicos.

As mudanças podem ser vistas como a transformação do patrimônio, e aproveitadas pela sua utilização no presente, como um recurso para geração de desenvolvimento cultural e social, em ação multiplicadora gerando outros patrimônios, de acordo com o respeitado e experiente consultor em desenvolvimento social e cultural na área de patrimônio e museologia Hugues de Varine,

O patrimônio (natural e cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro (VARINE, 2013, p. 20).

Como forma de se obter a identificação das tipologias dos patrimônios a partir dos critérios e conhecimento dos habitantes da comunidade da Costa da Lagoa, criou-se um bloco no questionário referente ao tema do patrimônio cultural e natural, o Bloco 3. A tabulação dos dados registrada na Tabela 13 apresenta os bens culturais edificados como os mais apontados como patrimônio pelos moradores entrevistados, em segundo lugar os mesmos identificam os bens integrantes do ambiente natural, seguidos dos bens culturais de natureza imaterial e a gastronomia.

Na Tabela 13.1 estão registrados especificamente os bens culturais edificados apontados pelos entrevistados, vê-se que o Casarão da Dona Loquinha é o que mais aparece nas respostas, dos 39 questionários, 23 respondentes citaram o casarão, que se somados às respostas que se referem a casarões de forma geral (Casarões desde os Araçás até a Costa) que são em número de 7 chega-se ao total de 30 respostas. Observa-se também que os engenhos de farinha aparecem com bastante frequência nas respostas, havendo um entrevistado que aponta o registro dos engenhos que não existem mais. As ruínas de edificações existentes no Caminho também são identificadas como patrimônio pela amostra feita com a comunidade. A igreja existente na localidade que não se enquadraria nos padrões oficiais de Patrimônio Cultural, por não se tratar de edificação histórica ou apresentar atributos de técnicas vernáculas ou atributos arquitetônicos de exemplaridade, é um bem identificado como patrimônio em cinco respostas, que em análise, poderia se dizer estar ligado a questões da religiosidade.

A Tabela 13.2 apresenta a visão dos entrevistados sobre os bens naturais que integram o território da Costa da Lagoa, os moradores elegeram como patrimônio, em sua maior parte, as cachoeiras, os pequenos córregos, sendo citadas também as águas limpas, sabendo-se que as cachoeiras abastecem o consumo de água da população, é notável que as águas são identificadas como um importante patrimônio; a lagoa também foi citada, por um dos entrevistados. O caminho com seus componentes naturais de fauna e flora, e os componentes culturais foi identificado como patrimônio, além do território e a paisagem como um todo de maneira bastante expressiva. A ausência de carros foi identificada como patrimônio por um dos entrevistados, sendo esta uma observação interessante por ser um fator determinante da preservação da Costa da Lagoa.

A identificação dos patrimônios culturais feitas a partir dos critérios dos moradores, mesmo que as escolhas não sigam os critérios adotados tradicionalmente; é uma forma de se revelar o que é importante para a comunidade a respeito do seu

território, envolvendo os lugares, objetos, edificações, manifestações, etc., como artefatos representantes da sua cultura e história. Esta prática está dentro da perspectiva museológica contemporânea, é uma etapa que se insere na metodologia chamada de *inventário participativo*, em que há a participação da população, e não apenas de técnicos, para eleição dos patrimônios. Este método leva em conta que os bens culturais materiais e imateriais e os naturais, são o substrato das comunidades a que pertencem, e os museus por sua vez são agentes capazes de utilizar este substrato como recurso, em prol do desenvolvimento social e fortalecimento da memória e identidade destas comunidades, sendo imprescindível a sua participação.

Sobre a importância da preservação, todos os moradores entrevistados julgaram que é importante a preservação dos patrimônios da comunidade, tendo como principal justificativa a manutenção da memória e identidade a ser passada para as gerações futuras, como mostra a Tabela 14, além das referências aos antepassados, a manutenção das origens, a não perder as características identificadoras da comunidade, entre outras considerações. A preservação do ambiente natural, a preservação para o desenvolvimento do turismo e a utilização do patrimônio pela comunidade também são justificativas para a preservação.

Os cuidados com os patrimônios da comunidade da Costa da Lagoa de acordo com o pensamento de 76,92% dos moradores entrevistados não estão sendo tomados como deveriam conforme indicado na Tabela 15, e quanto à responsabilidade da preservação e conservação, dentre as alternativas dadas pela pesquisa, a grande maioria considera que todos são responsáveis (Tabela 16).

É fato que o patrimônio da Costa da Lagoa vem se perdendo ao longo do tempo, e que as ações e os mecanismos de preservação adotados pelos agentes responsáveis pelo território e patrimônio não se fazem eficientes, tendo em vista, e constatado por pesquisa de campo *in loco*, o desaparecimento de bens que compunham o Caminho da Costa da Lagoa à época do seu tombamento na década de 1980, pelo Decreto Municipal 247 de 06/11/1986, além do mal estado de conservação dos bens ainda existentes, como por exemplo, o Casarão da dona Loquinha, também constatado *in loco*.

Levando-se em conta estes fatores e pensando na importância da salvaguarda desta gama de categorias patrimoniais existentes na Costa da Lagoa é necessário e urgente que sejam analisadas as possibilidades de medidas cabíveis para que se proteja e preserve de forma efetiva o patrimônio ainda existente na Costa da Lagoa. No contexto debatido nos capítulos anteriores a respeito da amplitude de ação dos museus, na gama

de movimentos inseridos na chamada Nova Museologia; em contraponto com o contexto do território e do patrimônio da Costa da Lagoa, visivelmente se estabelece uma situação de equivalência e de possibilidades museológicas em se tratando da ideia dos ecomuseus.

O Caminho Geral da Costa da Lagoa, que se caracteriza como uma trilha com percurso natural, usado como acesso por terra para os moradores e para caminhadas de lazer e turismo; é identificado e reconhecido pela quase totalidade dos entrevistados como um patrimônio cultural, como mostram as respostas registradas na Tabela 17, este dado sinaliza que existe uma conscientização por parte da população com relação a este bem, que é tombado a nível municipal e que se estende ao longo do território. A Tabela 18 traz a tabulação das tipologias de patrimônios existentes no caminho, identificadas pelos moradores entrevistados, os mais citados foram os bens edificados, os engenhos com 30 respostas, sendo que 26 se referem ao engenho de farinha do ponto 8 (Vila Verde); o Casarão da Dona Loquinha foi citado em 25 respostas, o que vem a confirmar a importância dada pela comunidade à este bem histórico e cultural, onde se percebe pela pesquisa o seu valor como patrimônio material e como lugar de memória para muitos dos entrevistados; o caminho de pedras feito pelos escravos situado no ponto 5, e as ruínas de casas e escola existentes pelo caminho somam 7 respostas. Também foram considerados patrimônios os bens de natureza natural como a cachoeira, a cachoeira do Filomeno (onde se encontram a oficina lítica), as cachoeiras pela trilha, cachoeiras com água de qualidade, as árvores, as figueiras centenárias, a fauna e a flora etc., sendo que os bens naturais elencados somam 13 respostas. Outros bens foram considerados como se vê na Tabela 18, incluindo atividades comerciais que se desenvolvem ao longo do caminho como o bar do Seu Manoel no Ponto 8, este dado demonstra que a seleção dos bens patrimoniais é feita conforme os interesses e valores da comunidade.

Dos entrevistados, 71,05% acham que os bens existentes no Caminho Geral não estão sendo usados de forma adequada, como descrito na Tabela 19. Esta pergunta foi formulada dentro da pesquisa com o objetivo de obter sugestões de uso para os bens culturais por parte dos moradores entrevistados, 11 pessoas deram respostas no sentido da realização de ações, como: restauração, conservação, preservação e agilidade por parte dos órgãos competentes. Especificamente sobre a sugestão de usos do patrimônio, foram 22 respostas, que apontam para a viabilização dos espaços para usos de atividades culturais, entre as sugestões estão: revitalização dos espaços para projetos, encontros

culturais e visitação, em 17 respostas, sendo três específicos para o Casarão da Dona Loquinha; usos para fins de museus foram apontados por 3 dos entrevistados, dois deles especificam o Casarão da Dona Loquinha; o funcionamento do engenho de farinha foi sugerido por dois moradores.

A diversidade de paisagens existentes ao longo do percurso do Caminho Geral da Costa da Lagoa, ora natural, ora cultural, é de grande valor patrimonial e representatividade comunitária e se divide em seus diferentes pontos, localidades ou vilas. Estas tipologias patrimoniais culturais e naturais, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, estão presentes nos relatos dos moradores ao se referirem a imagem que possuem da comunidade em que vivem, estão atreladas às suas memórias e lembranças, além de figurarem como representação da identidade local, a nível municipal, nacional e mundial na visão dos moradores.

O panorama em que se insere o Caminho Geral da Costa da Lagoa no que diz respeito aos elementos que o compõem, tanto na forma geográfica, como no valor patrimonial e cultural, natural e paisagístico, assim como pela significância que tem para a comunidade; é absolutamente propício ao que temos visto dentro das teorias da Nova Museologia, podendo o seu percurso ser pensado e trabalhado dentro das práticas museológicas e museográficas, o que traria benefícios para este patrimônio em termos da sua preservação, conservação e da sua evolução.

As considerações e comentários adicionais feitos pelos moradores ao final do questionário foram expressos por nove dos entrevistados, cinco deles se referiram a questões que dizem respeito às ações do poder público, em torno da participação comunitária, nesse sentido existe um projeto de parceria com a prefeitura e comunidade que discute o planejamento e ordenamento territorial da Costa da Lagoa levando em conta suas especificidades locais, o qual segundo alguns dos entrevistados está parado e precisa ser retomado. Também foram feitas considerações sobre o transporte, quanto a horários, relações de valor de passagens que atrapalham as visitas aos moradores por conta do valor diferenciado entre os residentes e não residentes. Foi comentado sobre uma maior adequação por parte de turistas; moradores antigos e recentes quanto à preservação e respeito ao meio ambiente; a fiscalização por parte dos órgãos competentes; sobre a colocação de lixeiras, maior controle das nascentes de águas; e sobre o fato da Costa da Lagoa ser produtora de sua subsistência ser contabilizado como um importante dado para análise do modo de vida da localidade.

É fato que a região da Costa da Lagoa é dona de um importante patrimônio cultural material e imaterial, e natural, como detectado pela pesquisa como um todo, e principalmente pela voz da comunidade, que reconhece o seu território, seus bens culturais e naturais como patrimônio e anseiam pela preservação deste legado, assim como pela sua valorização e utilização. Considerando a pesquisa de campo, in loco e as respostas dos moradores nos questionários, e considerando os conceitos sobre patrimônio e território e sobre as tipologias de museus apresentadas pela pesquisa bibliográfica, é possível perceber que a Costa da Lagoa possui um manancial de possibilidades em termos de museologia e suas práticas contemporâneas, tendo em vista o seu vasto capital patrimonial cultural e natural, além da vontade de memória de seus habitantes e do interesse pela preservação e salvaguarda de seus bens culturais.

O território e o patrimônio da Costa da Lagoa se configuram como passíveis de musealização, partindo de uma perspectiva que abranja as novas práticas da museologia contemporânea, a começar pelo envolvimento da comunidade em todo o processo decisório sobre a gestão da sua herança cultural e natural de maneira que o patrimônio se transforme e se faça útil e vivo no seio da comunidade e contribua efetivamente com o desenvolvimento da comunidade como um todo. Os fundamentos e as novas abordagens no campo da museologia possibilitam para os museus a ampliação de seu raio de atuação dentro dos territórios em que se inserem de modo que podem abarcar em seus ambientes internos e externos uma gama infindável de contribuições para com a sociedade.

As possibilidades para a Costa da Lagoa em termos de musealização apontam para uma gestão compartilhada envolvendo a comunidade em todo o processo, a localidade constitui uma realidade em que existe uma relação indissociável entre o território, a comunidade e o patrimônio cultural e natural; esta configuração se adequa a visão do “museu integral”. Do ponto de vista das diferentes tipologias de museus, e olhando para o caso da comunidade da Costa da Lagoa se constata que existem inúmeras possibilidades condizentes com a realidade de seu território e patrimônio cultural e natural, na perspectiva da Nova Museologia e dos ecomuseus, podendo ser pensado como um museu de território que estabelece também uma característica de museu de percurso e museu a céu aberto, além de museu comunitário, enfim podendo ser uma mescla de tipologias. Por ser uma localidade com características próprias e peculiares pode ainda ser reconhecida com Paisagem Cultural Brasileira e se utilizar do instrumento Chancela da Paisagem Cultural,

Diante da constatação de que muito do patrimônio cultural já se perdeu e continua em processo de degradação, é plausível que se instaure um sentimento de urgência nas tomadas de decisão na direção de ações no sentido de salvar o que ainda está de pé, é necessário que sejam tomadas medidas por parte dos grupos e estruturas diversas que movem as questões sociais e os interesses da comunidade para que se consolide a proteção aos bens culturais e assim multiplicar os benefícios em prol do desenvolvimento social, científico, espiritual, entre outros.

O Casarão da Dona Loquinha se apresenta como um marco referencial da comunidade e como tal deve ser tratado, de acordo com o texto do Plano Diretor do Município de Florianópolis, em sua Seção III, Subseção I, Art. 171; que dispõe sobre os elementos excepcionais componentes das paisagens “os marcos referenciais são elementos construídos ou naturais marcantes na paisagem ou de significado simbólico que devem ser preservados em sua integridade física e terem garantida sua visibilidade”, nesse sentido o Casarão da Dona Loquinha se enquadra nessa definição e necessita de cuidados urgentes para sua manutenção. Uma ideia já colocada nesta pesquisa e que se mostrou condizente com a vontade da comunidade é a de o Casarão da Dona Loquinha ser utilizado como sede física de um espaço museológico, com a proposta de ser o seu embrião, atuando como ponto central e irradiador da cultura local, nos moldes das prerrogativas da ecomuseologia. Levando-se em conta a vontade de memória da comunidade com relação a este bem arquitetônico, além de seu caráter de associação com o *Spiritu Loci*, o Casarão da Dona Loquinha contempla a possibilidade de enquadramento no programa de Ponto de Memória.

Sendo assim, para se apontar uma tipologia de museu nesses moldes é necessário que haja primordialmente um processo de longa discussão entre os atores e agentes envolvidos e interessados na preservação e desenvolvimento dos patrimônios da comunidade da Costa da lagoa. Sobre isso e para fundamentar esta constatação final parece oportuno apresentar algumas ideias sobre a nova museologia, e os “ecomuseus” nas palavras do criador deste termo, Hugues de Varine (2015, p. 183),

Sua matéria primordial é o patrimônio global de uma comunidade ou de um território, fora de toda noção restritiva de coleção constituída, apropriada, inalienável. Seu quadro é territorial, não estando limitado a um ou a vários edifícios especializados. Sua criação toma a forma de um processo longo e lento, multiforme, que acompanha o desenvolvimento, no mesmo ritmo que este. A participação dos membros da comunidade ou das comunidades é permanente, instrumental e operacional, o que significa que são os atores locais que decidem o que é bom para eles e que participam na realização de

acordo com modalidades variadas. Ele é uma fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o mundo e para outras culturas. A pesquisa e a conservação são um meio de ação, e não um fim em si mesmo, ou obrigações e funções.

A pesquisa buscou apresentar um apanhado de informações a respeito dos temas tratados, para que o seu produto final possa servir à comunidade como começo e base para futuras ações e discussões sobre as possibilidades de musealização referente ao território e o patrimônio cultural e natural da Costa da Lagoa, de maneira que se caracterize como uma mostra de possíveis caminhos.

4.3 Costa da Lagoa: mapa de possibilidades

Este subitem apresenta o resultado de parte da pesquisa de campo realizada in loco quando se percorreu o território da Costa da Lagoa, e foram mapeados, e registrados por meio de imagens, alguns pontos do percurso referentes a localização de bens culturais e naturais de interesse patrimonial, assim como também foram registrados alguns trechos do Caminho Geral, o qual como visto anteriormente na pesquisa, também é considerado um patrimônio da comunidade; mostrando as diferentes paisagens e atmosferas que compõem o percurso. O mapeamento cartográfico dos bens culturais possibilita a visão de uma imagem global do território e patrimônios da Costa da Lagoa, e uma panorâmica das potencialidades da localidade no tocante aos bens culturais e naturais de natureza material, como portadores de possibilidades para a musealização.



CAMINHO DA COSTA DA LAGOA MAPEAMENTO

LEGENDA

- ↖ Direção da vista
- Item construído
- Caminho da Costa da Lagoa
- ↗ Número do trapiche



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar e refletir sobre as áreas do patrimônio cultural e do território, foi possível reconhecer de uma forma ampla as ligações estreitas entre estes elementos, que tanto na sua dimensão física e geográfica, quanto na dimensão imaterial e psicológica, atuam no contexto social, como atributos de coesão entre os habitantes de uma comunidade na construção da sua identidade, tanto individual como coletiva. Esta constatação estabeleceu um ponto de inserção aos objetivos da pesquisa, esta visão global entre: o território, o patrimônio cultural e natural, e a comunidade; possibilitou observar e entender na prática as relações com a identidade e a imagem dos moradores da Costa da Lagoa em relação a sua comunidade. No que diz respeito ao produto da pesquisa sobre os temas do território, patrimônio e museologia espera-se trazer para a comunidade uma contribuição no sentido da ampliação dos conhecimentos com relação a estas novas relações que se criam dentro da temática dos museus.

A pesquisa tornou claro que para a realização de um trabalho de reconhecimento do patrimônio cultural de uma comunidade, a participação dos seus habitantes é primordial, pois o cotidiano e a vivência destes no território é que forma a dimensão exata, e os valores dos seus bens culturais materiais e imateriais, que sob o olhar de um pesquisador de fora podem facilmente passar despercebidas. Identificar as categorias de bens culturais e naturais existentes na comunidade da Costa da Lagoa, e enquadrá-las dentro das legislações e mecanismos de proteção e valorização dos mesmos, permitiram contemplar de maneira global, a localidade como patrimônio cultural e natural para a sociedade como um todo, além de chamar a atenção dos agentes envolvidos, sobre as consequências das ações humanas e das intempéries sobre os bens ao longo do tempo, bem como sobre a discussão a respeito da sua preservação.

Inserir e apresentar o tema da Nova Museologia na pesquisa proporcionou uma amplitude sobre a visão do panorama do território da Costa da Lagoa, no sentido de como se pensar a musealização dos seus patrimônios culturais e naturais. A realização da pesquisa bibliográfica a respeito das formas de pensar e fazer de museus contemporâneos, os exemplos de ecomuseus, comunitários e de território contemporâneos apresentados, permitiram traçar paralelos com a realidade da comunidade e do território da Costa da Lagoa, e vislumbrar as suas potencialidades quanto a essas tipologias de museus. A pesquisa de campo, sob a forma de questionários com os moradores e observação do território in loco; foi uma experiência extremamente

rica, pela porção de realidade que impôs ao trabalho, e por possibilitar uma breve prática metodológica quanto aos preceitos das teorias contemporâneas da Museologia, apresentando os argumentos da comunidade com relação ao tema da preservação de seus patrimônios culturais e naturais, que ademais foram positivos.

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa, explicitado em seus capítulos, onde se apresentou alguns conceitos e referências sobre as novas formas de utilização do patrimônio cultural e da museologia em favor do desenvolvimento social; proporcionou um amadurecimento de ideias que foram aos poucos se mesclando e compatibilizando com o estudo de caso da Costa da Lagoa. A pesquisa como um todo, se mostrou condizente e profícua, com os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada com a comunidade e com a realidade observada in loco na região, encontrando assim ao ver da pesquisa, um caminho de muitas possibilidades para a proteção e preservação desta totalidade de patrimônio cultural e natural que se averiguou na Costa da Lagoa.

É preciso se levar em conta a complexidade e a diversidade de aspectos relacionados ao território, aos patrimônios e à comunidade da região da Costa da Lagoa, em contraponto com o quesito tempo que se dispõe para a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, e para além do resultado desta pesquisa também é preciso se levar em consideração a apreensão, a assimilação dos estudos museológicos frente à sua utilização, envolvendo a comunidade e as políticas vigentes. Nesse sentido sabemos que o caminho a ser percorrido para a efetivação de ações práticas, em qualquer território, de forma que haja organização e autonomia comunitária; se caracteriza por um longo percurso a ser desbravado e trabalhado sob diversos aspectos, sobretudo pelo engessamento das políticas públicas que vigoram em nosso país, esta pesquisa buscou apenas abrir o caminho e mostrar possibilidades.

Considerando o intuito da pesquisa em investigar e apresentar para a comunidade da Costa da Lagoa possibilidades de preservação do seu patrimônio cultural, fazendo uso das práticas da museologia contemporânea, ambiciona-se ter trazido para a comunidade da Costa da Lagoa uma visão introdutória para a compreensão da Nova Museologia e seus contributos teóricos e metodológicos para possíveis ações em seu peculiar território e patrimônio cultural.

6 REFERÊNCIAS

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história: patrimônio de Florianópolis**. Florianópolis, Ufsc, 2002.

ANTUNES DA LUZ, Esdras Pio. **Na Reversa do Vento: a cultura náutica da Costa da Lagoa - Florianópolis-SC**. 160 f. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARROS, Renan de Mendonça. **Estudo das relações dos moradores da Costa da Lagoa com o ambiente e a paisagem**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.3 p.209.236 jan./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a19v3n1.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1937, p. 24056. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 16 ago.2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei nº 3.551, 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em 25 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 11.428, de 22 dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm> Acesso em: 21 nov. 2018.

CHAGAS, Mário; STUDART, Denise; STORINO, Claudia. (Orgs). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro, Espirógrafo editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014.

FAUVRELLE, Natália. De Paisagem a Patrimônio: a classificação como processo de musealização da paisagem. In: **Processos de Musealização: um seminário de investigação internacional**. Actas do seminário. pp. 157-168. Porto: Universidade do Porto, 2015. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13482.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Org). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro. Lamparina. 2009.

GIMENO, Silvia I. D. O Destino Viaja de Barco: Um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização - 1930/1990. Dissertação de Mestrado - PPGCH/UFSC. Florianópolis, 1992.

IPIUF/SEPHAN. **Inventário Histórico / Arquitetônico: o caminho da Costa da Lagoa**. Florianópolis, IPIUF, 1985.

IPIUF/SEPHAN. **Informações sobre restrições construtivas para a Costa da Lagoa**. Floram, Florianópolis, 2016.

IPIUF/SEPHAN. **Projeto de Restauração Do Antigo Sobrado “Dona Loquinha”**. IPIUF/Sephan, Florianópolis, 2016.

IPIUF. Lei Complementar nº 482/2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Disponível em: < <http://planodiretorflorianopolis.webflow.io/#482-lei> > Acesso em: 15 nov. 2018.

IPHAN - Cadernos de Documentos nº 3. **Cartas patrimoniais**. Brasília, IPHAN, 1995.

ICOM - International Council of Museums. **Definição de Museu**. Disponível em: <<https://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/museum-definition/>> Acesso em: 14 out. 2018.

ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. Declaração de Québec sobre a preservação do Spiritu Loci. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Québec, Canadá: ICOMOS, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> Acesso em: 18 set. 2018.

IBRAM. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábrica, 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf> > Acesso em: 23 out. 2018.**

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. **Anais do Museu Paulista**, 2010, vol.18. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso > Acesso em: 24 set. 2018.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOUTINHO, Mário C. Museu e sociedade: reflexões sobre a função social do museu. Cadernos do Patrimônio, 5. Museu Etnológico de Monte Redondo, 1989. Disponível em: http://www.museumonteredondo.net/images/cadernos_pat/Museus_Sociedade_II.pdf Acesso em: 11 nov. 2018.

MUNIZ, Yara Costa Netto. **Marcadores genéticos de ancestralidade em comunidades fundadas por açorianos na Ilha de Santa Catarina.** Tese de doutorado. USP Ribeirão Preto. 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17135/tde.../DoutoradoYaraCostaNettoMuniz.pdf Acesso em: 15 set. 2018.

PELEGRINI, Sandra C.A, FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial.** 1ª edição, São Paulo, Brasiliense, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.200 a 212. 1992.

RAMOS, Rafaela Nunes; CERQUEIRA, Fábio Cerqueira. Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo. **Cadernos de Memória e Patrimônio** – Ano 1, n. 1. Pelotas, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/view/8872/5879> Acesso em: 25 set. 2018.

ROCHA, Luisa Maria. Patrimônio Meio Ambiente e Museologia de Relações: reflexões sobre um patrimônio no devir. In: **Museologia e Interdisciplinaridade.** Brasília, v. IV, n. 8. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16800> Acesso em: 02 nov. 2018.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

STÜRMER, Arthur Breno; COSTA, Benhur Pinós da Costa. Território: aproximação a um conceito chave da geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa.** Santa Maria, v.21, n.3, set/dez.2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/26693/pdf> Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Claudia Feijó da. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. In: Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, XXVII, 2013, Natal. Anais... Natal: ANPUH, 2013, p. 2. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346502_ARQUIVO_Claudia_FEIJO_ANPUH_2013.pdf Acesso em: 30 ago. 2018.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura. Paris, 1972. Disponível em: < <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> > Acesso em: 21 nov. 2018.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre, Medianiz, 2013.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. In: **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.** Belo Horizonte, v. 05, nº 02. 2012. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116/103>. Acesso em: 23 ago. 2018.

7 ANEXOS

7.1 Anexo I – Pesquisa de Campo com a Comunidade da Costa da Lagoa - Questionário

TEMA: PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado por aluna do Curso de Museologia da UFSC, como atividade do Estágio Obrigatório sem.2018/2, em parceria com IPUF/SEPHAN (Serviço de Patrimônio, Histórico, Artístico e Natural), órgão municipal onde a aluna realiza o estágio. O objetivo é levantar informações sob o ponto de vista da comunidade sobre questões do território e do patrimônio cultural/natural da Costa da Lagoa, a serem utilizadas em pesquisa da aluna e trabalhos futuros do IPUF.

BLOCO 1 - Informações sobre o entrevistado.

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Local de nascimento:

1.5 Tempo que reside na Comunidade:

1.6 Vila e trapiche onde reside:

1.7 Profissão ou ocupação:

BLOCO 2 - Informações e impressões do entrevistado sobre a sua comunidade, a Costa da Lagoa.

2.1 Que imagem você tem do lugar que vive, a Costa da Lagoa? Escolha entre as descrições abaixo a que mais se aproxima de como você vê sua comunidade:

- () Uma vila de pescadores
- () Um local turístico
- () Um local de preservação ambiental
- () Um local de belezas naturais
- () Uma comunidade isolada e diferenciada
- () Todas as alternativas acima
- () Nenhuma das alternativas acima

2.2 Você tem alguma outra imagem para a Costa da Lagoa? Se sim, qual?

2.3 Você acha que a sua comunidade é um local de referência cultural para a cidade, o estado e o país?

Sim Não

2.4 Você tem alguma lembrança significativa de um lugar, uma edificação, uma paisagem, uma manifestação cultural, uma história, uma pessoa importante, um tipo de ofício ou algum outro bem de valor cultural existente ou que já não existe mais em sua comunidade? Se tem alguma, que lembrança é esta?

Sim Não

2.5 Você acha que a Costa da Lagoa passou ou passa por muitas mudanças em sua paisagem natural e cultural? Quais?

Sim

Não

2.6 Se existem mudanças, acha que são:

Positivas

Negativas

Tanto positivas quanto negativas

BLOCO 3 - Informações e impressões do entrevistado sobre o Patrimônio Cultural e Natural da sua comunidade.

3.1 O que você identifica como Patrimônio Cultural e Natural na Costa da Lagoa?

3.2 Na sua opinião é importante preservar esses Patrimônios da sua comunidade? Se sim, porque acha importante?

Sim Não

3.3 Você considera que estes Patrimônios estão bem cuidados?

Sim Não

3.4 Dentre as alternativas abaixo aponte as que descrevem: quem é responsável pela preservação e conservação do Patrimônio Cultural e Natural?

A administração pública (prefeituras, governo estadual ou federal)

As associações de moradores

O proprietário

A população

Os visitantes

Todos devem cuidar da preservação

3.5 Você reconhece o Caminho Geral da Costa da Lagoa como um Patrimônio Cultural da comunidade?

Sim Não

3.6 Em sua opinião, ao longo do Caminho Geral existe algum bem, ou bens culturais de relevância para a comunidade? Se sim, qual ou quais?

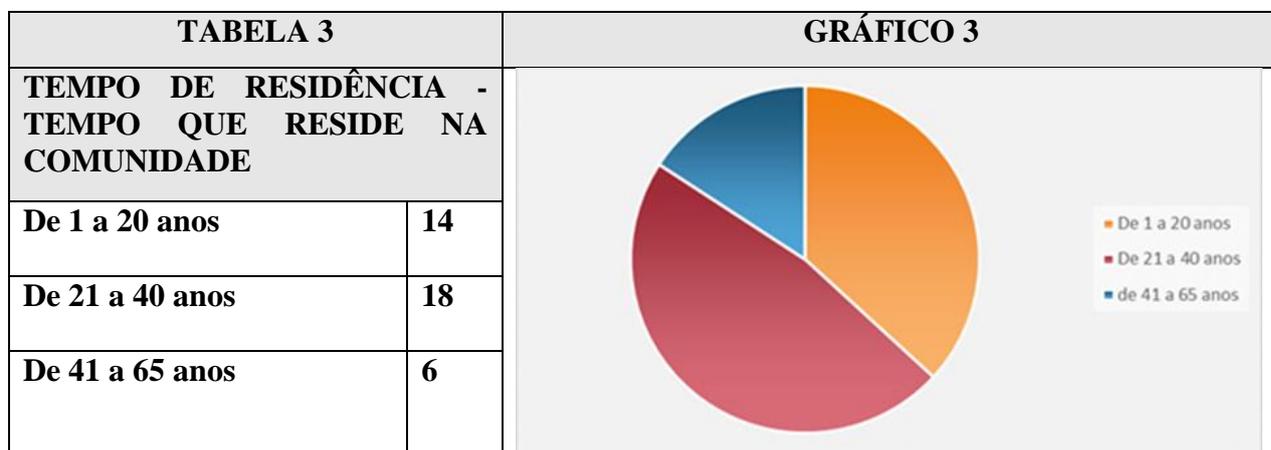
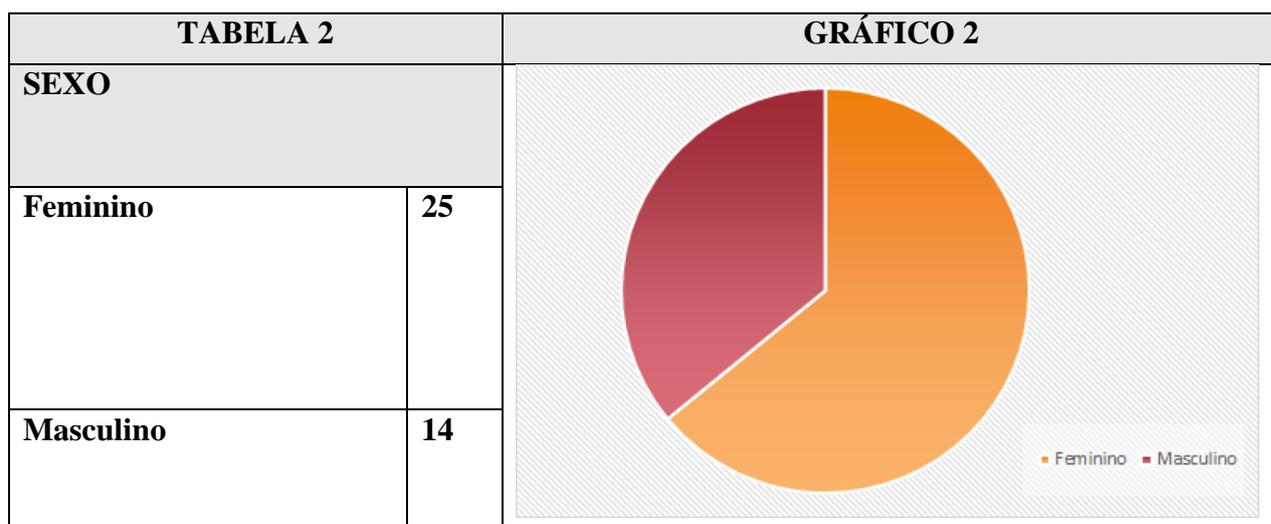
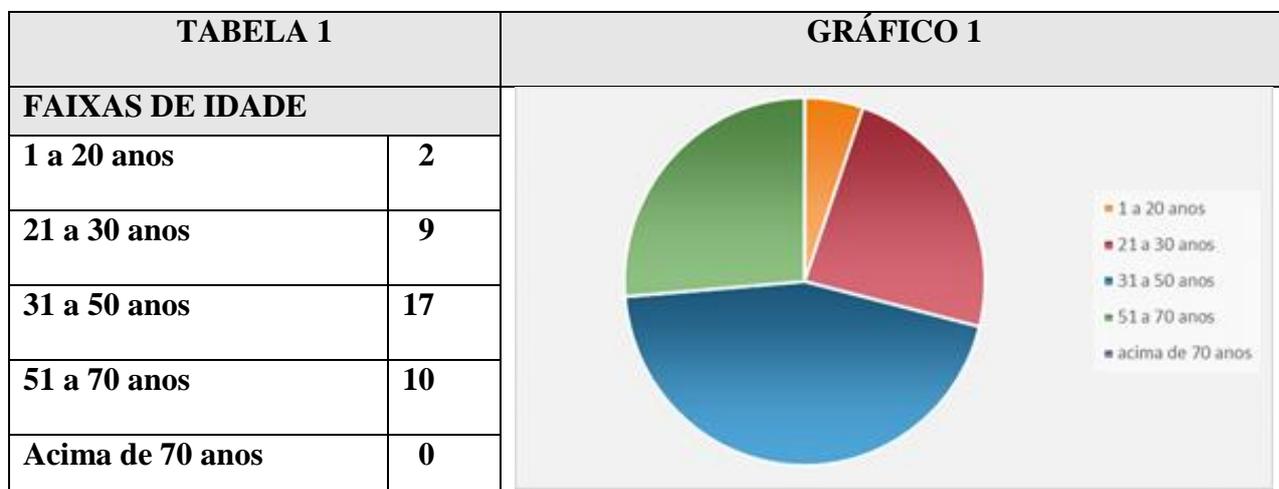
Sim Não

3.7 Se estes bens existem, acha que estão sendo usados de forma adequada? Se acha que não estão bem utilizados, que tipo de uso sugere para estes bens?

Sim Não

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS - Caso queira complementar o questionário com alguma questão, uma ideia, um desejo ou algum comentário sobre sua Comunidade, escreva no espaço abaixo:

7.2 Anexo II– Tabelas e gráficos dos resultados do questionário

BLOCO 1 - Informações sobre o entrevistado.

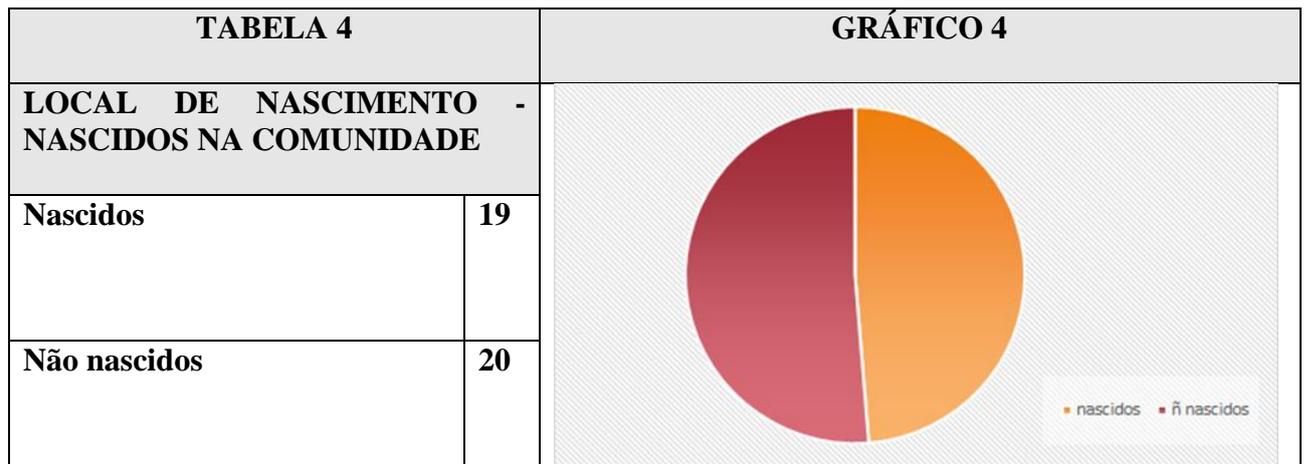
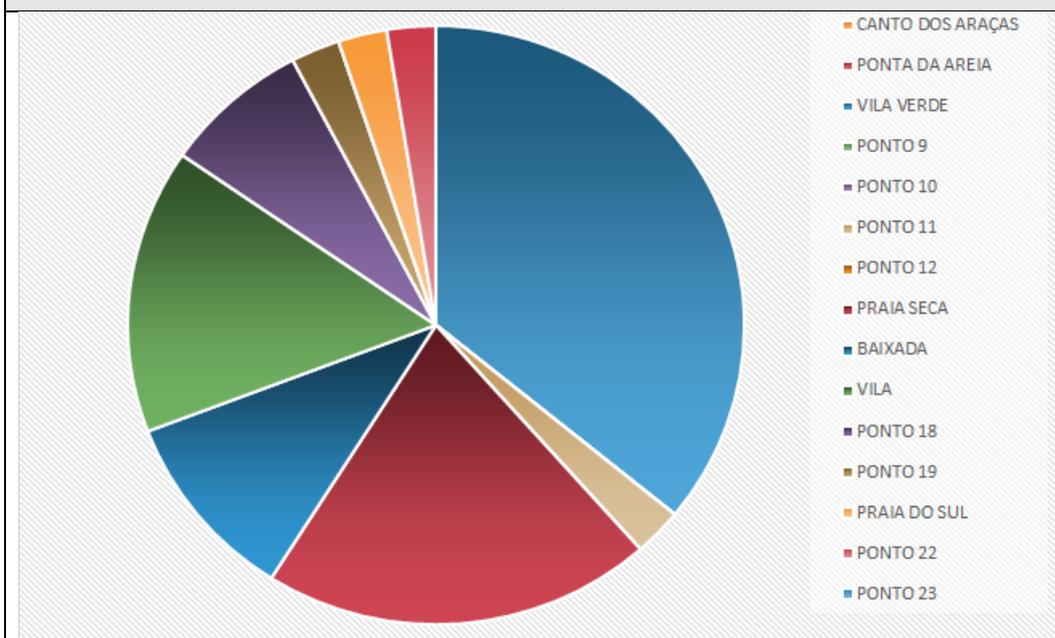


TABELA 5		
VILA E TRAPICHE ONDE RESIDE		
VILA ou LOCAL	PONTO	TOTAL
CANTO DOS ARAÇAS	3	0
PONTA DA AREIA	4	0
VILA VERDE	5	14
	6	
	7	
	8	
PONTO 9	9	0
PONTO 10	10	0
PONTO 11	11	1
PONTO 12	12	0
PRAIA SECA	13	8
	14	
BAIXADA	15	4
VILA	16	6
	17	
PONTO 18	18	3
PONTO 19	19	1
PRAIA DO SUL	20	1
	21	
PONTO 22	22	1
PONTO 23	23	0

GRÁFICO 5

BLOCO 2 - INFORMAÇÕES E IMPRESSÕES DO ENTREVISTADO SOBRE A SUA COMUNIDADE, A COSTA DA LAGOA.

Que imagem você tem do lugar que vive, a Costa da Lagoa? Escolha entre as descrições abaixo a que mais se aproxima de como você vê sua comunidade:

TABELA 6		
RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Uma vila de pescadores	4	8,51
Um local turístico	4	8,51
Um local de preservação ambiental	2	4,26
Um local de belezas naturais	8	17,02
Uma comunidade isolada e diferenciada	3	6,38
Todas as alternativas acima	26	55,32
Nenhuma das alternativas acima	0	0,00

GRÁFICO 6

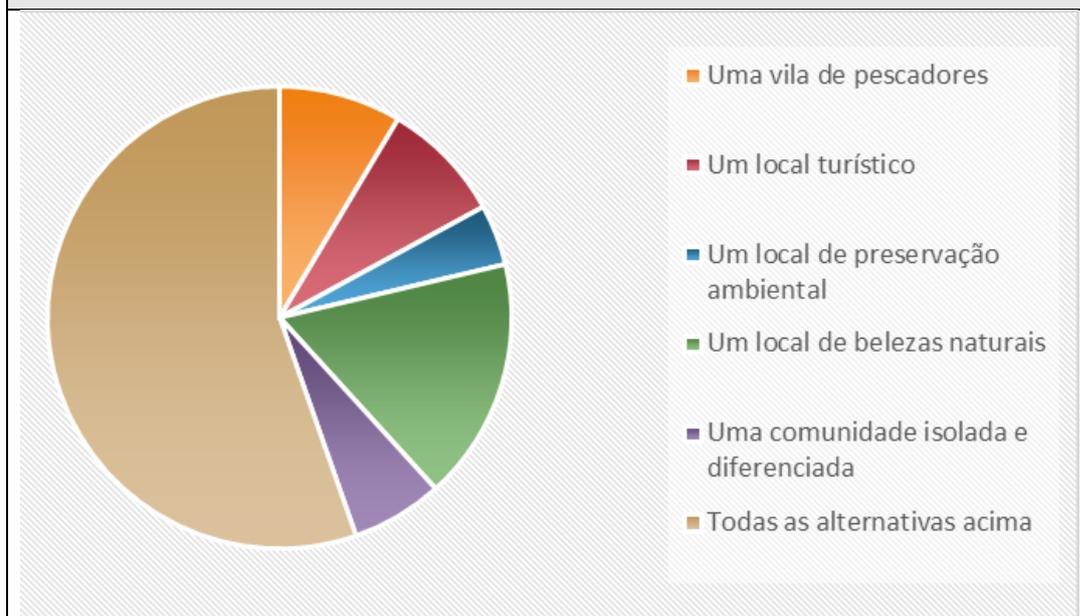
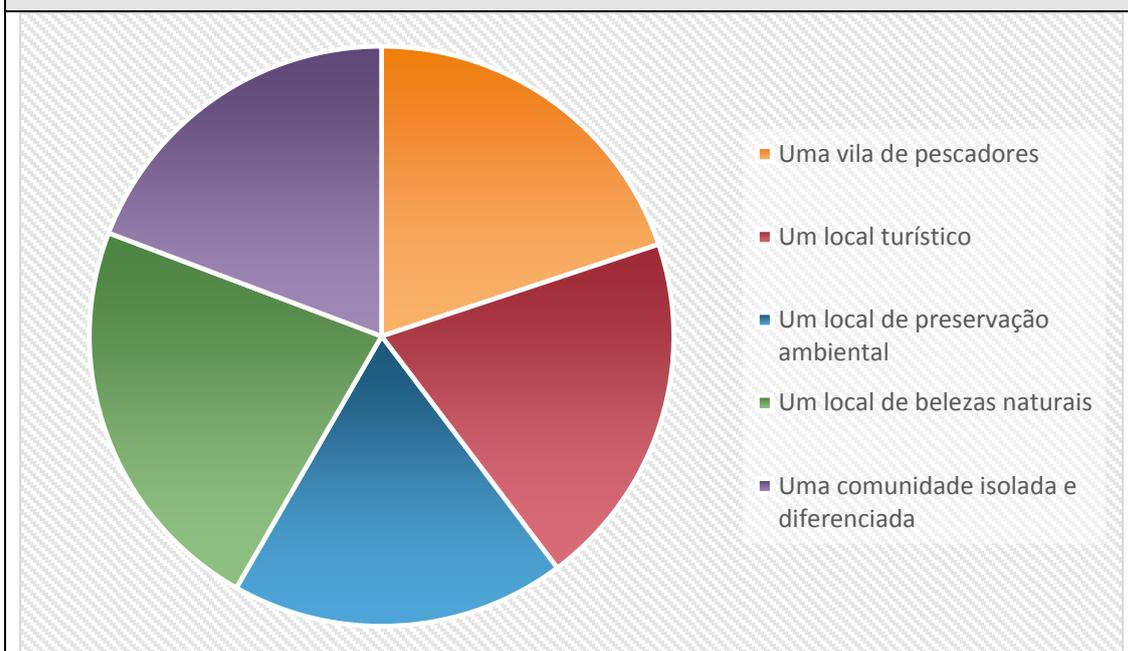
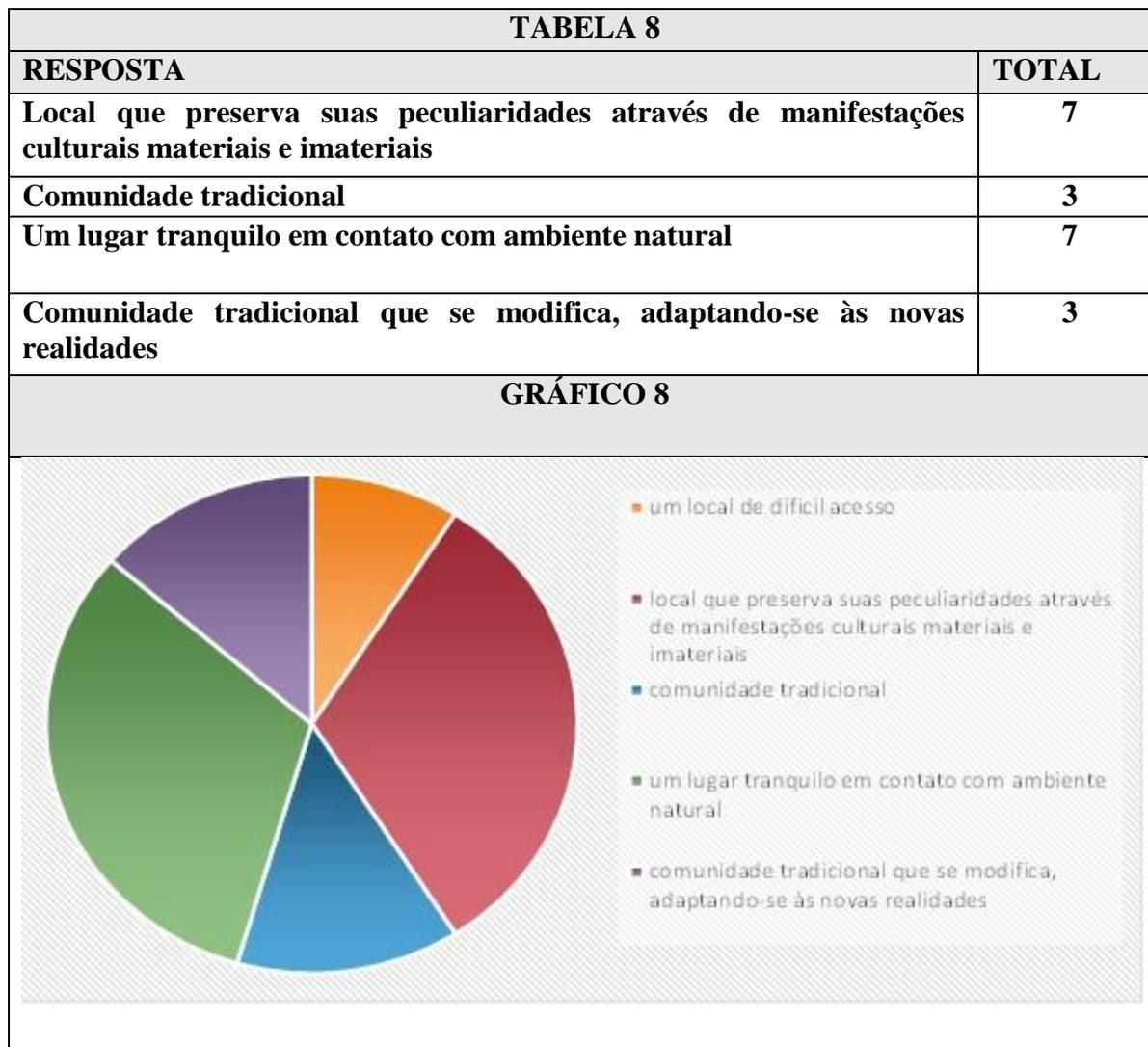


TABELA 7

RESPOSTA	TOTAL
Uma vila de pescadores	30
Um local turístico	30
Um local de preservação ambiental	28
Um local de belezas naturais	34
Uma comunidade isolada e diferenciada	29

GRÁFICO 7

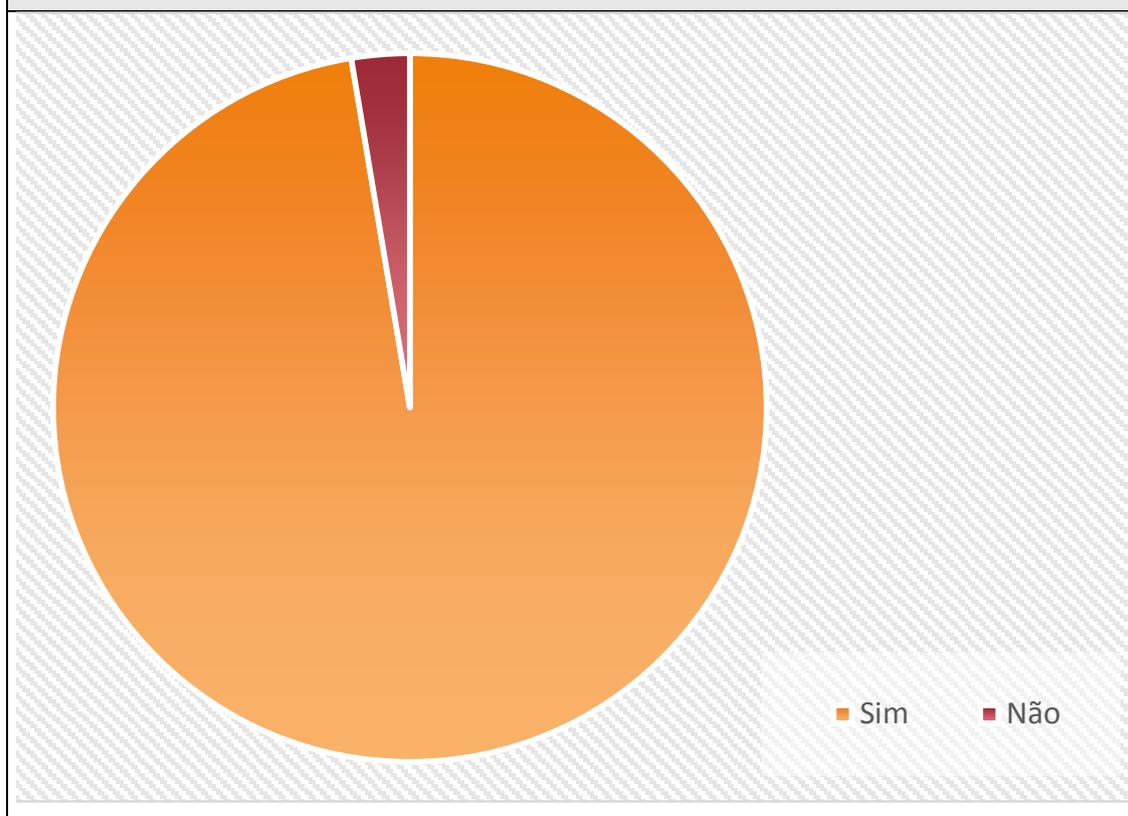
Você tem alguma outra imagem para a Costa da Lagoa?



Você acha que a sua comunidade é um local de referência cultural para a cidade, o estado e o país?

TABELA 9		
RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Sim	37	97,37
Não	1	2,63

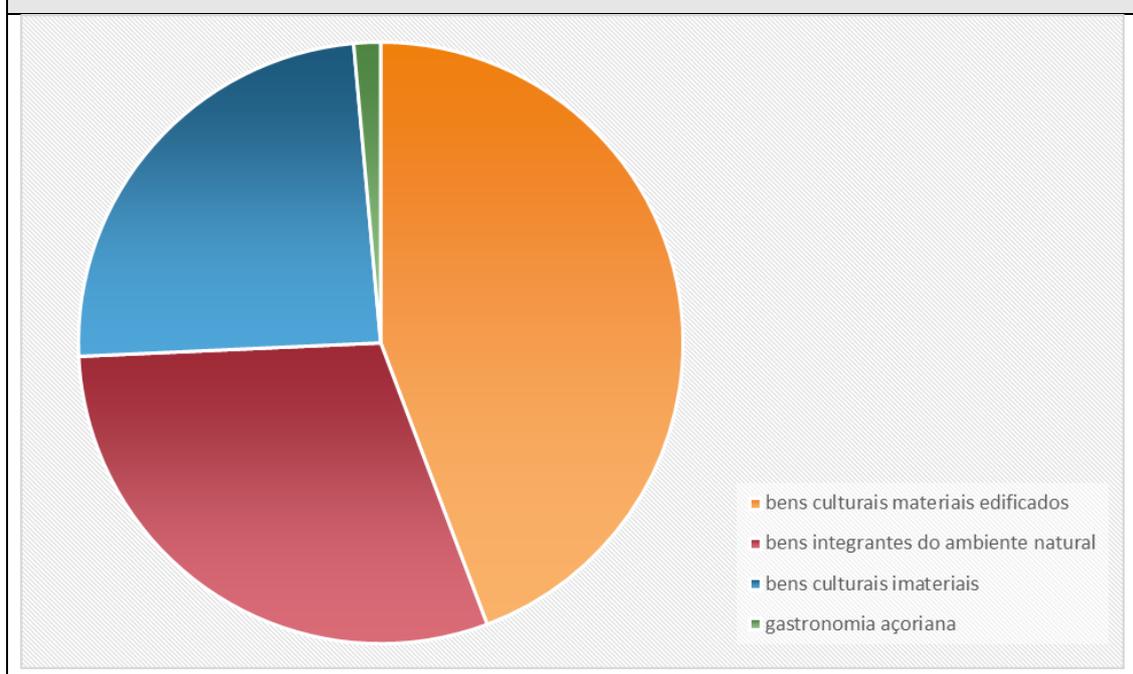
GRÁFICO 9



Você tem alguma lembrança significativa de um lugar, uma edificação, uma paisagem, uma manifestação cultural, uma história, uma pessoa importante, um tipo de ofício ou algum outro bem de valor cultural existente ou que já não existe mais em sua comunidade?

TABELA 10

RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Sim	29	80,56
Não	7	19,44

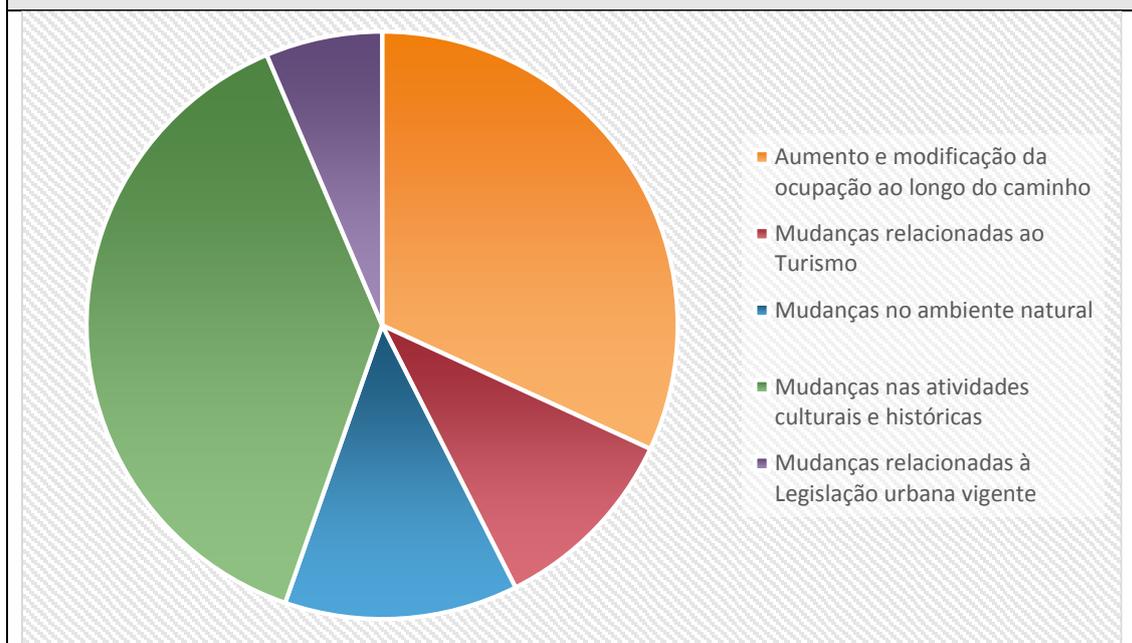
GRÁFICO 10

Você acha que a Costa da Lagoa passou ou passa por muitas mudanças em sua paisagem natural e cultural? Quais?

TABELA 11

RESPOSTA	PERCENTUAL	TOTAL
Sim	64,10	25
Não	35,90	14
RESPOSTA		
Aumento e modificação da ocupação ao longo do caminho		15
Mudanças relacionadas ao Turismo		5
Mudanças no ambiente natural		6
Mudanças nas atividades culturais e históricas		18
Mudanças relacionadas à Legislação urbana vigente		3

GRÁFICO 11

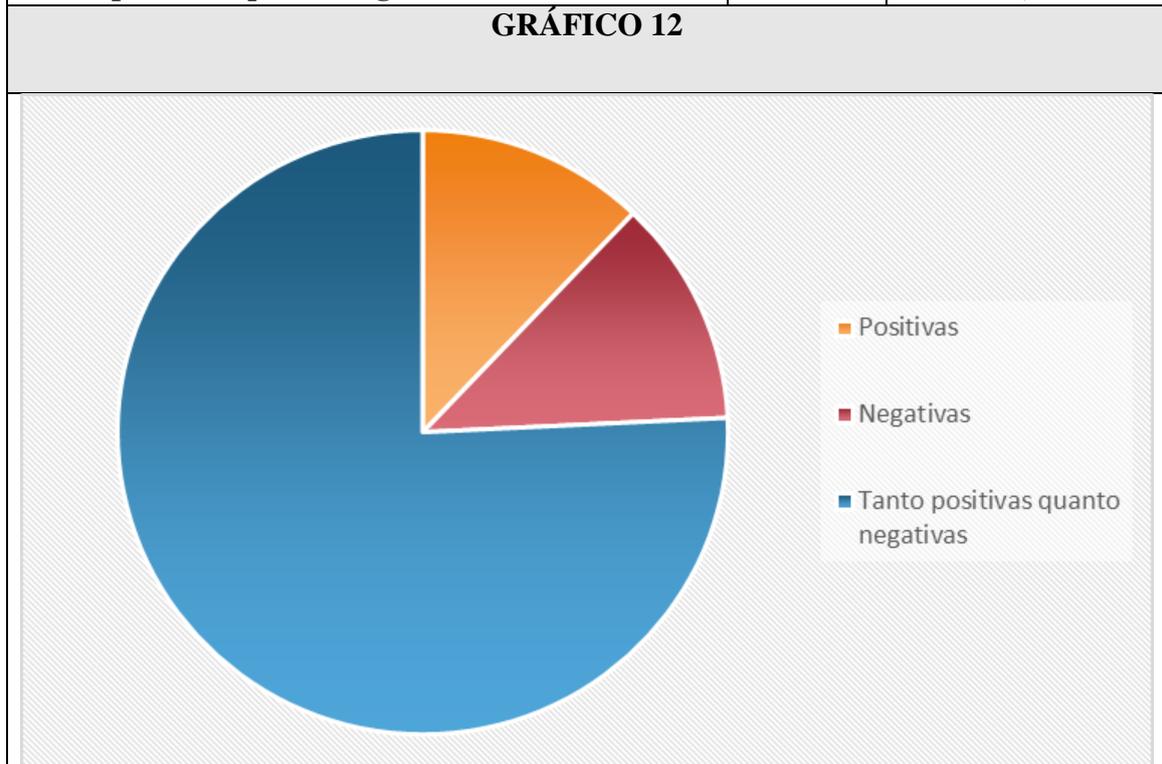


As mudanças são: positivas, negativas, tanto positivas quanto negativas?

TABELA 12

RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Positivas	4	12,12
Negativas	4	12,12
Tanto positivas quanto negativas	25	75,76

GRÁFICO 12



BLOCO 3 - Informações e impressões do entrevistado sobre o Patrimônio Cultural e Natural da sua comunidade.

O que você identifica como Patrimônio Cultural e Natural na Costa da Lagoa?

TABELA 13

RESPOSTA	TOTAL
Bens culturais materiais edificados	62
Bens integrantes do ambiente natural	42
Bens culturais imateriais	34
Gastronomia açoriana	02

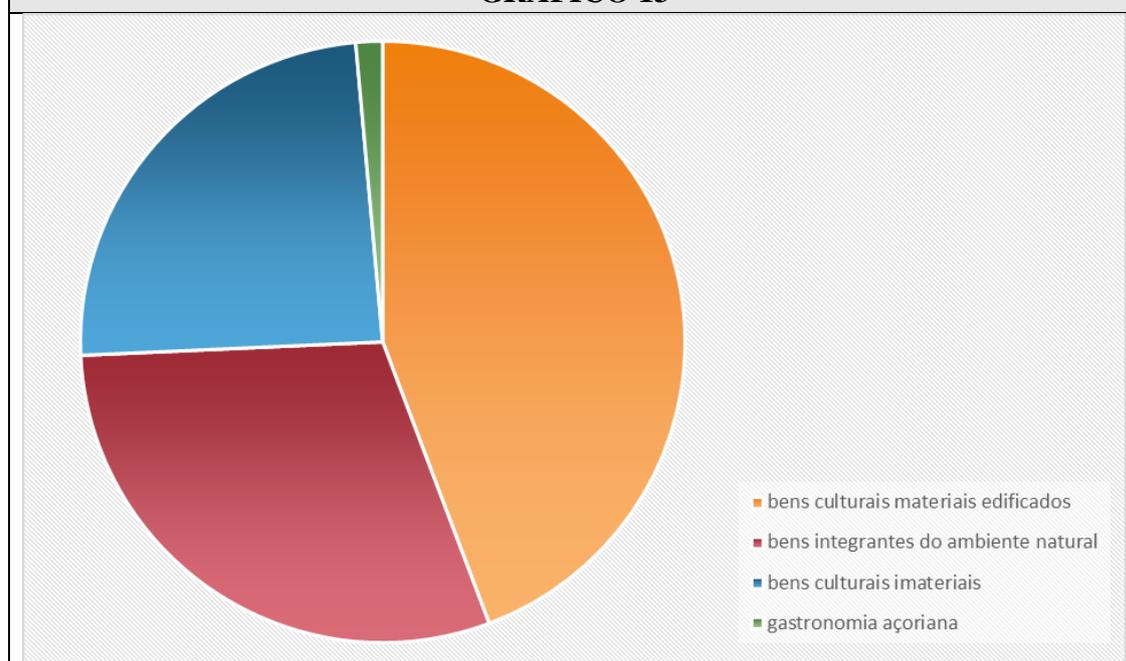
GRÁFICO 13

TABELA 13.1

BENS CULTURAIS EDIFICADOS	
RESPOSTA	TOTAL
Engenho(s) de farinha	21
Casarões desde os arraças até a Costa	7
Igreja	5
Ruínas no caminho	5
Registro de engenhos (farinha, cana)	1

GRÁFICO 13.1

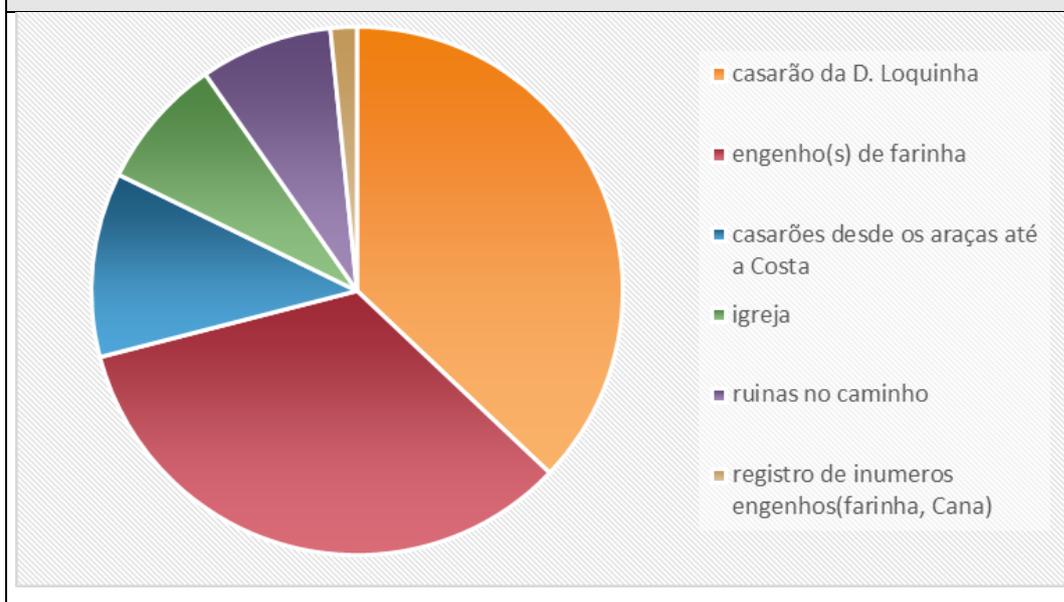
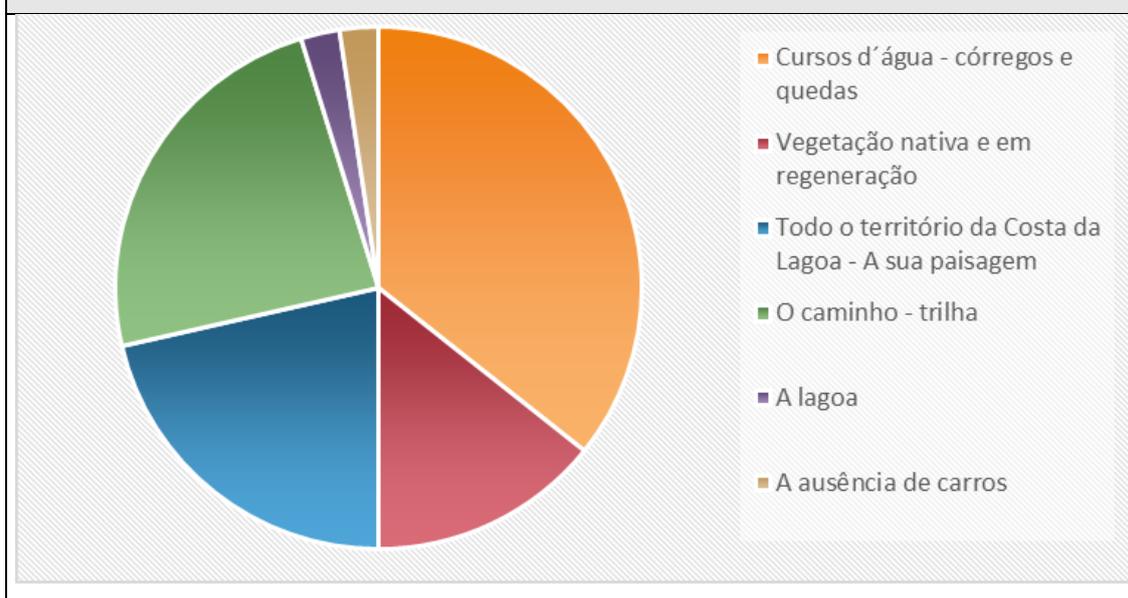


TABELA 13.2

BENS INTEGRANTES DO AMBIENTE NATURAL

RESPOSTA	TOTAL
Vegetação nativa e em regeneração	6
Todo o território da Costa da Lagoa - A sua paisagem	9
O caminho - trilha	10
A lagoa	1
A ausência de carros	1

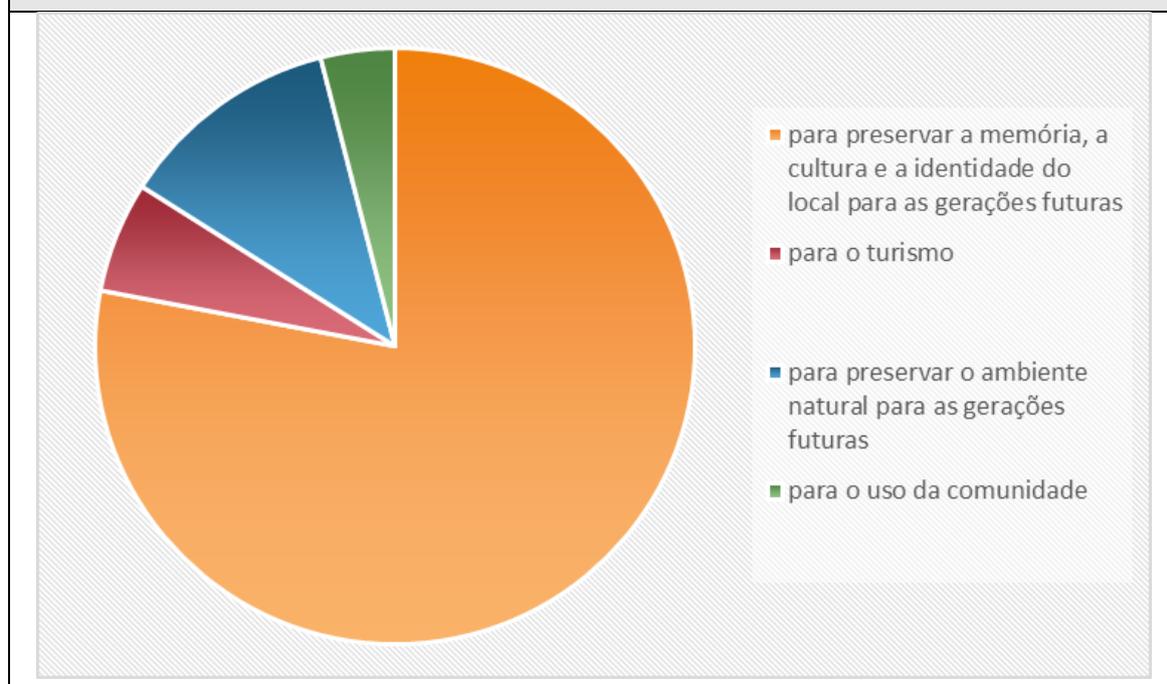
GRÁFICO 13.1



Na sua opinião é importante preservar esses Patrimônios da sua comunidade? Se sim, porque acha importante?

TABELA 14		
RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Sim	39	100,00
Não	0	0,00
RESPOSTA	TOTAL	
Para preservar a memória, a cultura e a identidade do local e para as gerações futuras	39	
Para o turismo	3	
Para preservar o ambiente natural para as gerações futuras	6	
Para o uso da comunidade	2	

GRÁFICO 14

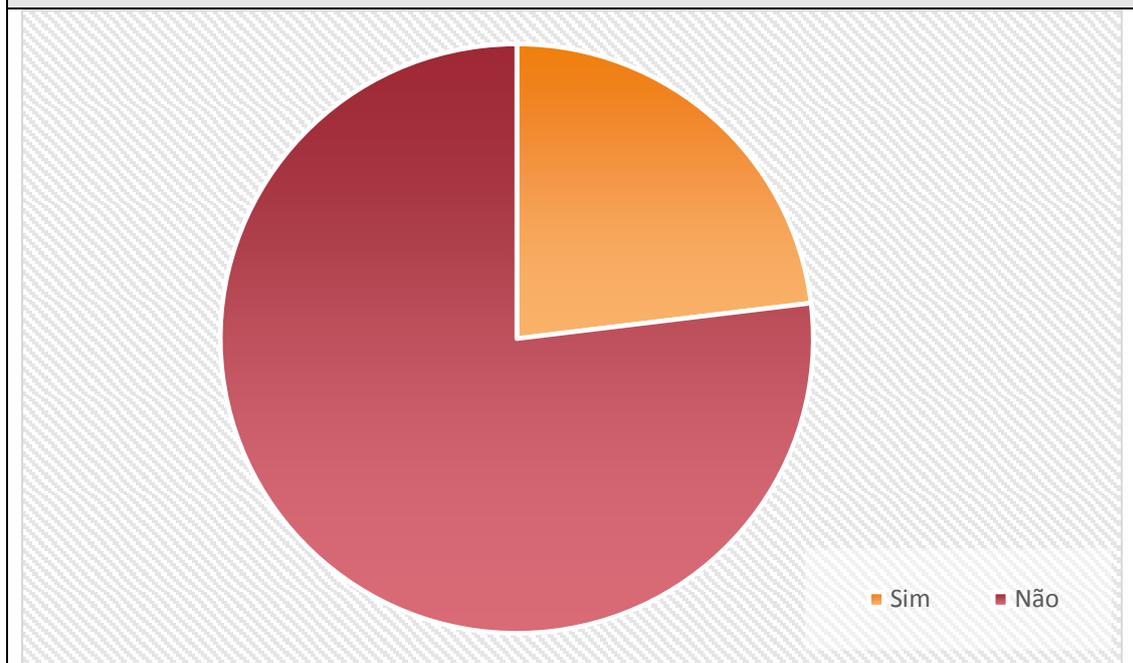


Você considera que estes Patrimônios estão bem cuidados?

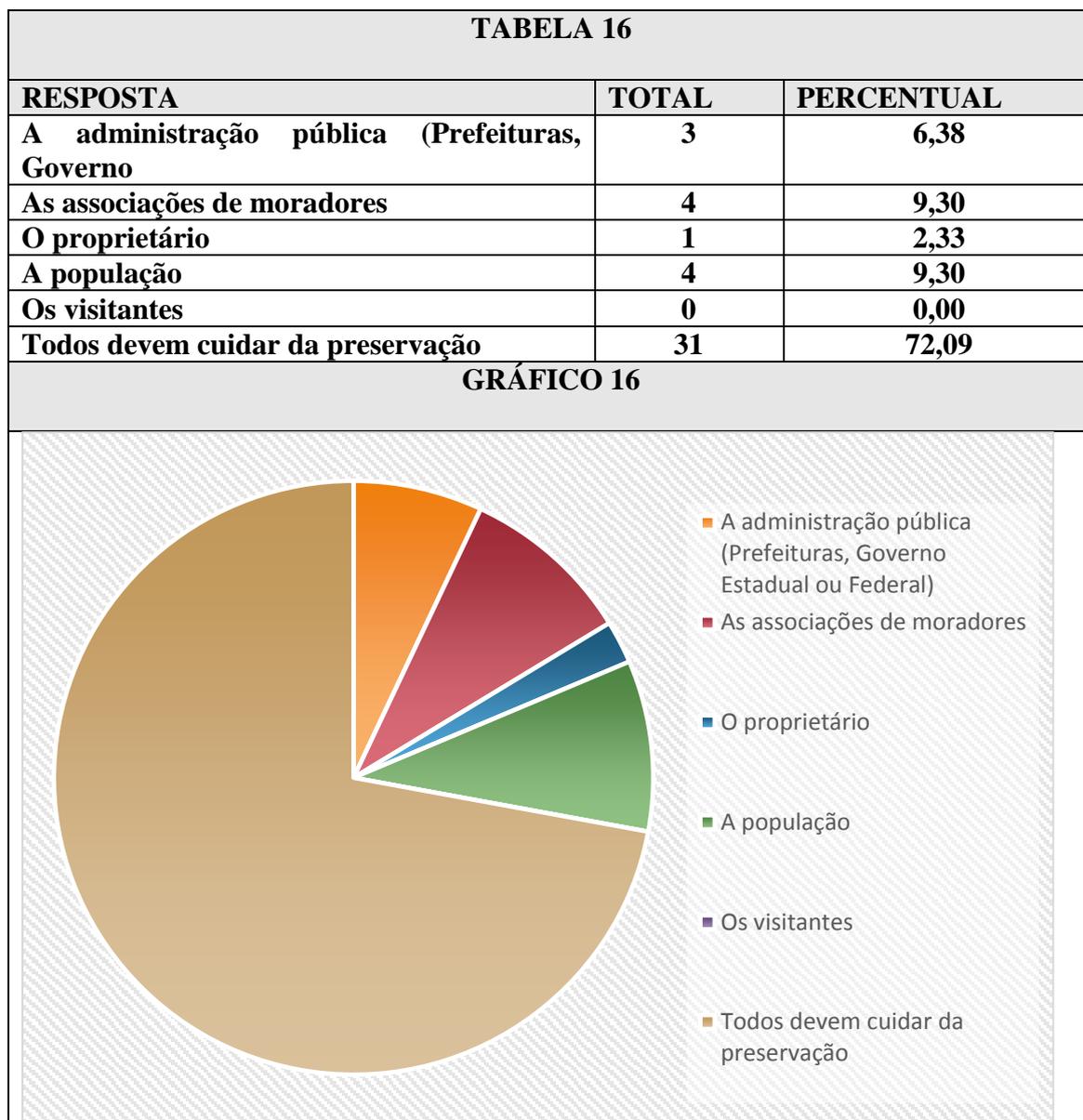
TABELA 15

RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Sim	9	23,08
Não	30	76,92

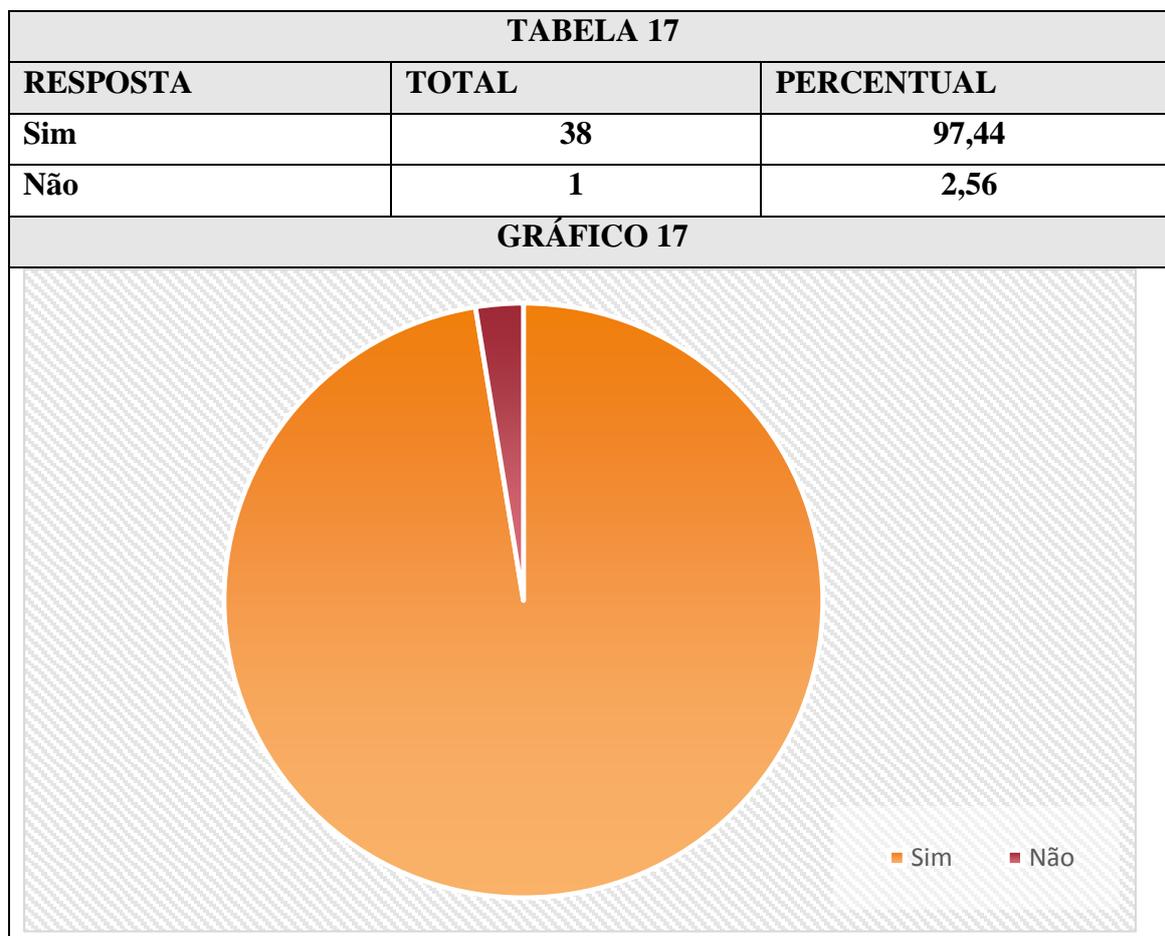
GRÁFICO 15



Dentre as alternativas abaixo aponte as que descrevem: quem é responsável pela preservação e conservação do Patrimônio Cultural e Natural?



Você reconhece o Caminho Geral da Costa da Lagoa como um Patrimônio Cultural da comunidade?

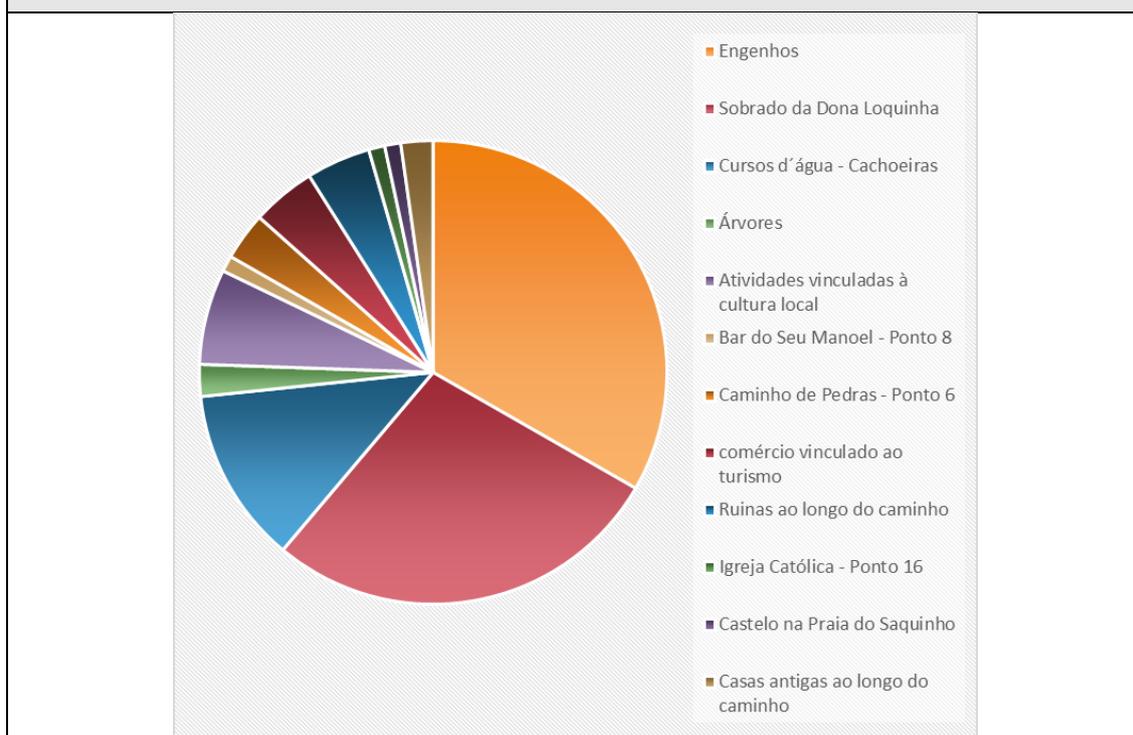


Em sua opinião, ao longo do Caminho Geral existe algum bem, ou bens culturais de relevância para a comunidade? Se sim, qual ou quais?

TABELA 18

RESPOSTA	TOTAL
Engenhos	30
Sobrado da Dona Loquinha	25
Cursos d'água - Cachoeiras	11
Árvores	2
Atividades vinculadas à cultura local	6
Bar do Seu Manoel – Ponto 8	1
Caminho de Pedras – Ponto 6	3
Comércio vinculado ao turismo	4
Ruínas ao longo do caminho	4
Igreja Católica – Ponto 16	1
Castelo na Praia do Saquinho	1
Casas antigas ao longo do caminho	2

GRÁFICO 18



Se estes bens existem, acha que estão sendo usados de forma adequada? Se acha que não estão bem utilizados, que tipo de uso sugere para estes bens?

TABELA 19		
RESPOSTA	TOTAL	PERCENTUAL
Sim	11	28,95
Não	27	71,05
RESPOSTA	TOTAL	
Ações de reocupação física de bens culturais edificados	11	
Ações para viabilização de usos e de bens culturais	22	
Ações de preservação e conservação de bens culturais	8	

GRÁFICO 19



7.3 Anexo III – Termo de Consentimento: Coleta de Dados

Termo de Consentimento: Coleta de Dados**Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

Eu, _____,

RG: _____, residente à Costa da Lagoa, entendo os propósitos, metodologia e objetivos desta pesquisa sob o tema do Patrimônio Cultural da Costa da lagoa, realizada por Sônia Marisa Melim Rocha, RG: 1 286 024 -7, residente à Costa da Lagoa - Vila Verde trapiche 7, aluna do Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina situada no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº, Trindade – Florianópolis – SC, CEP: 88040-900, sob orientação da professora / doutora Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes. AUTORIZO o uso dos resultados obtidos em questionário, por mim respondido para fins de pesquisa a ser utilizada em Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso. AUTORIZO, também, a divulgação pública dos resultados desta pesquisa, e entendo que os mesmos não serão usados para fins lucrativos.

Florianópolis, de _____, 2018.

Assinatura: Sujeito da Pesquisa

Assinatura: Promotora da Pesquisa

Assinatura: Orientadora da Pesquisa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Museologia, Departamento de
Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção
do grau de bacharel no Curso de Museologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Thainá Castro Costa
Figueiredo Lopes

Florianópolis, 2018